

Governo do Rio Grande do Norte (1935-2018)

Organização

André Felipe Pignataro
Gustavo Sobral
Honório de Medeiros



André Felipe Pignataro • Gustavo Sobral • Honório de Medeiros

Governo do Rio Grande do Norte (1935–2018)



Editora Biblioteca Ocidente
2022

Copyright © 2022 by André F. P. Furtado
Copyright © 2022 by Gustavo Sobral
Copyright © 2022 by Honório de Medeiros

Direitos reservados a:

Editora Biblioteca Ocidente
Av. Parque das Lagoas, 195
Parnamirim-RN, CEP 59154-325

e aos autores.

Título original em língua portuguesa: Governo do Rio Grande do Norte (1935–2018)

Capa: Gabriel Araújo

Imagem da capa: Pinacoteca estadual, antiga sede do governo do Rio G. do Norte, desenho de Gustavo Sobral

Editoração: Gabriel Araújo

Editor: Francisco Isaac D. de Oliveira

Comitê editorial: Bruno B. A. da Costa (IFRN), Francisco Isaac D. de Oliveira (PUC-SP), Roberto Airon Silva (UFRN) e Thiago do N. Torres de Paula (FAPERN).

Tipografia: Gentium, Open Sans, Fira Code, Tangerine e Oswald

Para comprar o e-book, acesse www.revistagalo.com.br.

Visite nossas redes sociais: @editorabocidente e @revistagalo.

Dados Internacionais de Catálogo na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Governo do Rio Grande do Norte (1935–2018) [livro eletrônico] /
organização André F. P. Furtado, Gustavo Sobral, Honório de
Medeiros. — Parnamirim, RN : Editora Biblioteca Ocidente,
2022.

PDF

Vários autores.
Bibliografia.

ISBN 978-65-00-49496-9

1. Rio Grande do Norte (RN) — História 2. Rio Grande do
Norte (RN) — Governadores 3. Rio Grande do Norte (RN) —
Política e governo I. Furtado, André F. P. II. Sobral, Gustavo.
III. Medeiros, Honório de.

22-120186

CDD-321.098132

Índice para catálogo sistemático:

1. Rio Grande do Norte : Estado : Governadores :
Vida e obra : Ciência Política 321.098132

Eliete Marques da Silva – Bibliotecária – CRB-8/9380

Sumário

Apresentação	v
Cronologia (1935–2018)	vi
1 Rafael Fernandes // <i>Honório de Medeiros</i>	1
2 Antônio Fernandes Dantas // <i>Gustavo Sobral</i>	8
3 Georgino Avelino // <i>Gustavo Sobral</i>	13
4 Miguel Seabra Fagundes // <i>Adilson Gurgel</i>	17
5 Ubaldo Bezerra de Melo // <i>Ricardo Sobral</i>	24
6 Orestes da Rocha Lima // <i>André Felipe Pignataro</i>	26
7 José Varela // <i>André Felipe Pignataro</i>	28
8 Dix-Sept Rosado // <i>Gustavo Sobral</i>	31
9 Sylvio Pedroza // <i>Ramon Ribeiro</i>	34
10 Dinarte Mariz // <i>Carlos Gomes</i>	39
11 Aluizio Alves // <i>Sérgio Trindade</i>	46
12 Walfredo Gurgel // <i>Sergio Trindade</i>	51
13 Cortez Pereira // <i>François Silvestre</i>	61
14 Tarcísio Maia // <i>Tarcísio Gurgel</i>	65
15 Lavoisier Maia // <i>José Antônio Spinelli</i>	67

16	José Agripino	// <i>David de Medeiros Leite</i>	76
17	Radir Pereira	// <i>Walclei de Araújo Azevedo</i>	82
18	Geraldo Melo	// <i>Vicente Serejo</i>	87
19	Vivaldo Costa	// <i>Saul Estevam Fernandes</i>	97
20	Garibaldi Alves Filho	// <i>Roberto Homem</i>	100
21	Fernando Freire	// <i>Saul Estevam Fernandes</i>	107
22	Wilma de Faria	// <i>Maria do Nascimento Bezerra</i>	110
23	Iberê Ferreira de Souza	// <i>Thiago Freire</i>	112
24	Rosalba Ciarlini	// <i>Isaura Rosado</i>	115
25	Robinson Faria	// <i>Ludimilla Oliveira</i>	119
	Sobre os autores		125

Apresentação

A história política do Rio Grande do Norte é também a história dos seus governos e governantes. O historiador Luís da Câmara Cascudo não deixou de estar atento a este aspecto, e o resultado é *Governo do Rio Grande do Norte* (1939) com perfis dos governos e governantes do Rio Grande do Norte de 1597 a 1935. Seguindo os passos de Cascudo, nós, os organizadores, nos propomos a continuar o trabalho até o presente, reunindo, no ano de 2019, textos de autores diversos para compor esta coletânea de perfis dos governantes de 1935 até 2018. Agora, em 2022, o trabalho vem a público com esta competente edição da Editora Biblioteca do Ocidente.

Os organizadores.

Cronologia (1935–2018)

29 out. 1935 a 03 jul. 1943	Rafael Fernandes Gurjão
03 jul. 1943 a 15 ago. 1945	Antônio Fernandes Dantas
15 ago. 1945 a 07 nov. 1945	José Georgino Alves e Sousa Avelino
07 nov. 1945 a 13 fev. 1946	Miguel Seabra Fagundes
13 fev. 1946 a 15 jan. 1947	Ubaldo Bezerra de Melo
15 jan. 1947 a 31 jul. 1947	Orestes da Rocha Lima
31 jul. 1947 a 31 jan. 1951	José Augusto Varela
31 jan. 1951 a 12 jul. 1951	Jerônimo Dix-Sept Rosado Maia
12 jul. 1951 a 31 jan. 1956	Sylvio Piza Pedroza
31 jan. 1956 a 31 jan. 1961	Dinarte de Medeiros Mariz
31 jan. 1961 a 31 jan. 1966	Aluízio Alves
31 jan. 1966 a 15 mar. 1971	Walfredo Dantas Gurgel
15 mar. 1971 a 15 mar. 1975	José Cortez Pereira de Araújo
15 mar. 1975 a 15 mar. 1979	Tarcísio de Vasconcelos Maia
15 mar. 1979 a 15 mar. 1983	Lavoisier Maia Sobrinho
15 mar. 1983 a 15 mai. 1986	José Agripino Maia
15 mai. 1986 a 15 mar. 1987	Radir Pereira de Araújo
15 mar. 1987 a 15 mar. 1991	Geraldo José da Câmara Ferreira de Melo
15 mar. 1991 a 02 abr. 1994	José Agripino Maia
02 abr. 1994 a 01 jan. 1995	Vivaldo Silvino da Costa
01 jan. 1995 a 05 abr. 2002	Garibaldi Alves Filho
05 abr. 2002 a 01 jan. 2003	Fernando Antônio da Câmara Freire
01 jan. 2003 a 31 mar. 2010	Wilma Maria de Faria
31 mar. 2010 a 01 jan. 2011	Iberê Paiva Ferreira de Souza
01 jan. 2011 a 01 jan. 2015	Rosalba Ciarlini Rosado
01 jan. 2015 a 01 jan. 2019	Robinson Mesquita de Faria

Rafael Fernandes

Honório de Medeiros

Rafael Fernandes Gurjão nasceu em Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, no dia 24 de outubro de 1891, filho de Abílio Fernandes Gurjão e sua prima Maria Umbelina Fernandes Gurjão. Descendia, portanto, do Capitão Mathias Fernandes Ribeiro, tronco de velhas famílias do Alto Oeste Potiguar com origens em Martins e Portalegre, no mesmo Estado.

Foi casado com Leonila Fernandes Maia, também natural de Pau dos Ferros, sua parenta, com quem teve os seguintes filhos: Glênio Fernandes Gurjão e Marcos Fernandes Gurjão.

Sua família, de beneficiadores e exportadores de algodão do Oeste e Alto Oeste do RN, exerceu forte influência política nessas regiões até meados dos anos cinquenta, e o apogeu foi a eleição de Rafael Fernandes para o Governo do Estado do Rio Grande em 1935, para a qual foi muito importante a aliança entre as famílias Fernandes (Oeste e Alto Oeste) e Medeiros (Seridó), abrigadas no Partido Popular (PP) e oriundas do Partido Republicano Federal (PRF).

Concluiu seus estudos secundários no ano de 1904. Ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia e formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1912, defendendo a tese *Os desvios do útero*. Recém-formado, começou a clinicar em Mossoró, ao mesmo tempo em que atuava como industrial e proprietários de salinas, bem como de uma grande firma comercial exportadora de algodão.

Em 1918, foi eleito deputado estadual pela primeira vez. Reeleito em 1921, nesse mesmo ano tornou-se primeiro-secretário da Câmara estadual. Exerceu o mandato até 1922, quando renunciou para assumir, em 20 de agosto de 1922, o cargo de Deputado Federal, em substituição a Francisco Pinheiro de Almeida Castro¹, que falecera dois meses antes. Seria reeleito seguidas vezes até a dissolução do processo legislativo por Getúlio Vargas, em outubro de 1930. Durante esse período, esteve particularmente ligado a José Augusto Bezerra

de Medeiros, líder do Partido Republicano Federal (PRF) e governador do Rio Grande do Norte entre 1924 e 1928.

Foi o primeiro Prefeito Constitucional de Mossoró, eleito em 2 de setembro de 1928, tomando posse em 1º de janeiro de 1929, e renunciando ao cargo em 2 de abril de 1929, para continuar na Câmara Federal, quando assumiu seu Vice, Vicente Carlos de Saboia Filho.

Com a vitória da Revolução de 1930, o então governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, sobrinho-afim de José Augusto Bezerra de Medeiros, foi deposto e substituído por uma junta integrada pelo Major Luís Tavares Guerreiro, o Capitão Abelardo Torres da Silva Castro e o Tenente Júlio Perouse Pontes. Nos anos seguintes, o estado teve cinco interventores federais.

Em 1934 foram marcadas, para outubro de 1935, as eleições à Câmara Federal e às Assembleias Constituintes estaduais, às quais caberiam escolher os governadores dos seus Estados. Rafael Fernandes² se apresentou como candidato ao governo do RN na legenda do Partido Popular, fundado no ano anterior, no intuito de aglutinar as forças políticas do antigo Partido Republicano Brasileiro (PRF). Seu adversário seria o interventor Mário Câmara, líder do Partido Social Democrático (PSD) no Rio Grande do Norte e ligado a Vargas.

Para disputar as eleições, o PSD aliou-se ao Partido Social Nacionalista (PSN) do Rio Grande do Norte, liderado por João Café Filho, constituindo a Aliança Social do Rio Grande do Norte. Vencidas as eleições pelo Partido Popular, em 29 de outubro de 1935 a Assembleia Constituinte elegeu Rafael Fernandes³ para o governo do Rio Grande do Norte⁴.

Em 23 de novembro de 1935, às 19h30m de um sábado, o 21º Batalhão de Caçadores do Exército Brasileiro, sediado em Natal, iniciou um levante liderado por sargentos e cabos filiados ao Partido Comunista do Brasil e à Aliança Nacional Libertadora, organização política de esquerda, recebendo a adesão da direção do PCB e a participação de operários, populares e ex-integrantes da guarda civil do Estado. O governador estava participando de uma solenidade, no Teatro “Carlos Gomes”, hoje Alberto Maranhão, acompanhado de vários auxiliares, quando eclodiu o movimento, e teve que se refugiar, com sua comitiva, primeiro na residência de Xavier de Miranda, localizado na Av. Duque de Caxias. Eis o relato de Ivis Bezerra⁵:

23 de novembro de 1935, sábado 19h30m

O governador, acompanhado do secretário geral e do ajudante de ordens, dirigiu-se à Inspeção de Polícia e como os tiros já estivessem sendo disparados na Praça Augusto Severo, optaram por

solicitar abrigo na residência do comerciante Xavier de Miranda, na Avenida Duque de Caxias, onde passaram a noite e aguardaram contatos com informações mais precisas. No mesmo momento, o prefeito Gentil Ferreira, o presidente da Assembleia Legislativa, Monsenhor João da Mata Paiva, o chefe de gabinete do governador, bacharel Paulo Pinheiro de Viveiros, bem como o diretor do jornal oficial A República, bacharel e jornalista Edgar Barbosa, refugiaram-se na residência do comerciante Amador Lamas, irmão do cônsul honorário do Chile, comerciante Carlos Lamas, também na Ribeira.

24 de novembro de 1935, domingo 18h

Após entendimentos intermediados por Aurino Suassuna, genro do cônsul honorário do Chile, Guilherme Lettière, o governador Rafael Fernandes, o secretário geral Aldo Fernandes e o ajudante de ordens, capitão José Bezerra de Andrade, transferem-se para a residência do cônsul, situada em rua próxima. A família do governador, que até então residia no Rio de Janeiro, havia partido no dia 21, de navio, tendo desembarcado em Salvador no dia 24, a convite do governador Juraci Magalhães, que a hospedou até o final do levante.

A revolta do 21º BC recebeu grande adesão civil, inclusive daqueles que julgavam tratar-se de um movimento para repor no governo o ex-interventor Mário Câmara. Nos poucos dias em que ocupou o poder o comitê revolucionário tornou o transporte coletivo gratuito, e distribuiu para a população parte do dinheiro obtido com o arrombamento do cofre do Banco do Brasil. De volta ao governo, Rafael Fernandes deu início à repressão aos revoltosos, estendendo-a, porém—segundo a oposição—a antigos adversários que não haviam participado do movimento.

Posteriormente, na preparação das eleições presidenciais marcadas para 1938, Rafael Fernandes apoiou a indicação oficiosa de José Américo de Almeida, articulada pelo governador de Minas Gerais, Benedito Valadares, para se opor à candidatura oposicionista de Armando de Sales Oliveira, e compareceu à convenção que homologou a candidatura situacionista, realizada no palácio Monroe, no Rio de Janeiro, no dia 25 de maio de 1937. Entretanto, Getúlio Vargas preparava o golpe que cancelaria as eleições e o manteria no poder. Com o propósito de obter apoio político, encarregou o deputado Fran-

cisco Negrão de Lima de uma missão oficiosa de consulta junto aos governadores. Rafael Fernandes assegurou sua adesão, e em 10 de novembro de 1937, ao ser inaugurado o “Estado Novo”, foi confirmado no governo do Rio Grande do Norte com o título de Interventor Federal.

Finalmente, em 10 de junho de 1943⁶, Rafael Fernandes foi exonerado da Interventoria Norte-rio-grandense. Já acometido pela doença—arteriosclerose—que o vitimaria, pediu exoneração do cargo, solicitando-a pessoalmente a Getúlio Vargas⁷, no Rio de Janeiro, em 1943, durante uma audiência no palácio do Catete. Getúlio lhe pediu que indicasse alguém para substituí-lo, mas Rafael não quis fazê-lo. Por indicação do ministro da Guerra, general Gaspar Dutra, e acolhendo ponderações do próprio Rafael Fernandes e do ex-deputado José Augusto, foi nomeado para sucedê-lo o general Antônio Fernandes Dantas, que já tinha sido interventor federal na Bahia em 1937. Com isso foi evitada a nomeação do jornalista Georgino Ave1ino, defendida pelo general Góis Monteiro, de quem era amigo⁸.

Com a formação de novos partidos a partir da desagregação do Estado Novo, em 1945, Rafael Fernandes filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD), chegando a ser membro do diretório nacional e presidente da representação estadual dessa agremiação, muito embora tenha, a partir de então, e lentamente, se afastado da política.

Rafael Fernandes fez um governo de razoável para bom, segundo os analistas da época, dentre os quais Luís da Câmara Cascudo. Com os recursos deixados em cofre pelo interventor Mário Câmara e nomeando prefeito de Natal o engenheiro Gentil Ferreira de Souza, formou um secretariado de alto nível, com o que de melhor existia na política local, naquela época.

Em sua administração, autorizado pela Lei n. 4, de 7 de outubro de 1936, contraiu um empréstimo junto ao Banco do Brasil. Parte dos recursos foi destinada a saldar dívidas anteriores, já o restante foi aplicado em um audacioso projeto de saneamento, que incluiu o abastecimento de água e a rede de esgotos de Natal. Em sua gestão foi iniciada e concluída a construção do Grande Hotel de Natal—velho sonho de diversos governadores—, sob a responsabilidade técnica do prefeito da cidade, o engenheiro Gentil Ferreira de Sousa.

Durante sua permanência na Interventoria, em 1942 o Governo do Estado, aliado a particulares, lançou a Campanha de Assistência aos Flagelados, criando abrigos para as vítimas das secas. Depois, foi criado um órgão destinado a centralizar os serviços assistenciais, o Serviço Estadual de Reeducação e Assistência Social, cujo primeiro diretor foi o futuro Governador Aluísio Alves.

Por outro lado, durante a Segunda Guerra Mundial (1939–1945), o Rio Grande do Norte desempenhou um papel estratégico importante, tendo sido instaladas em seu território bases militares norte-americanas. O Interventor foi assíduo colaborador do governo federal e das forças norte-americanas sediadas na base área de Parnamirim. Nunca é demais lembrar que, em Natal, se realizou o encontro entre os presidentes Getúlio Vargas e Franklin D. Roosevelt, dos Estados Unidos, nos dias 28 e 29 de janeiro de 1943.

Rafael Fernandes foi membro do Sindicato Médico Brasileiro e do Instituto Histórico-Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). Ao IHGRN, por decisão sua, foi doado o prédio que até hoje constitui sua sede (dec. n. 503, de 7 jun. 1938)⁹. Instalou o Banco do Rio Grande do Norte em prédio próprio (1939); reconstruiu o Centro de Saúde de Natal; ergueu novos pavilhões no Leprosário São Francisco e, por iniciativa do seu Secretário e Interventor substituto, Aldo Fernandes, iniciou as atividades do Hospital “Evandro Chagas”.

Reorganizou os municípios¹⁰ do Estado: elevou à categoria de cidade as Vilas de Pedro Velho, Alexandria e Angicos; promoveu à Vila os povoados de Almino Afonso e Jardim de Piranhas (em Patu), Epitácio Pessoa, hoje Pedro Avelino (em Angicos), Cerro Corá (em Currais Novos), São Paulo do Potengi (em Macaíba), São Rafael (em Santana do Matos), Vitória (em Pau dos Ferros), Itaú (em Apodi) e Ouro Branco (em Jardim do Seridó); restaurou a Comarca de Acari; fez voltar à Alexandria seu primitivo nome, e—enfim—deu titulação de cidade àquelas Vilas que sediavam os respectivos municípios, compreendendo Arez, Luís Gomes, Papari (Nísia Floresta, a partir de 1948), Portalegre, Santo Antônio, São Gonçalo, São Miguel de Jucurutu (hoje, Jucurutu), São Tomé, Serra Negra, Taipu e Touros.

O Governo Rafael Fernandes foi, também, responsável pela iniciativa pioneira de sanear os primeiros bairros de Natal, tarefa executada pela empresa “Saturnino de Brito” que, durante muitos anos, explorou o serviço de abastecimento e esgoto da cidade. Teve ainda a percepção de preservar áreas verdes de Natal que seriam transformadas mais tarde em atrações turísticas, como o “Bosque dos Namorados” e a “Cidade da Criança”.

Faleceu no Rio de Janeiro, em 11 de junho de 1952.

Ao longo de sua vida, Rafael Fernandes protagonizou alguns fatos curiosos. Foi o primeiro aluno do Colégio Diocesano Santa Luzia, de Mossoró, a governar o Estado. Também foi o primeiro (e único) Pauferrense, bem como o primeiro nascido no Alto Oeste do Rio Grande do Norte, e o primeiro industrial à frente do Governo do Estado. Além disso, foi o primeiro Prefeito

Constitucional de Mossoró, o primeiro Governador do Rio Grande do Norte eleito a usar esse título (antes era Presidente da Província), e o detentor da Chefia do Poder Executivo estadual que mais tempo esteve no poder.

Alguns momentos foram cruciais em sua vida política: a mais violenta eleição jamais realizada no Rio Grande do Norte, em 1934/1935, que o elegeu Governador; a Intentona Comunista de 1935, quando era Governador do Estado; o Golpe que instalou a Ditadura do Estado Novo, quando exercia o Governo; e o exercício do Poder Executivo do Rio Grande do Norte durante a Segunda Guerra Mundial.

Sua memória, no Estado que governou por tanto tempo, é prolongamento de sua personalidade discreta. Afável, polido, profundamente religioso, honrado, praticamente sem arestas, Rafael Fernandes, apesar de toda sua trajetória política, não recebeu, de seus conterrâneos, a atenção que o tempo e o descuido dos homens insistem em ocultar.

Notas

1. (p. 1) Em 20 de junho de 1922 morreu, inesperadamente, Almeida Castro. Poucos dias depois, no *O Mossoroense* de 15 de julho de 1922, em sua primeira página, é publicado um Edital do Partido Republicano Federal informando à população que a chefia política do Município ficaria sob os cuidados de um Diretório constituído por Rafael Fernandes, como Presidente; Cel. Manoel Cyrillo dos Santos, Vice; e Jerônimo Rosado, 1º Secretário, dentre outros. Nesse mesmo *O Mossoroense* informava-se que Rafael Fernandes fora indicado pelo Governador Ferreira Chaves para substituir Almeida Castro no Congresso Federal. Chegavam os Fernandes, assim, à chefia política da segunda maior cidade do Rio Grande do Norte, com forte influência em todo o Oeste e Alto Oeste potiguar. Consequência dessa situação ocorrerá logo em 1926, quando da escolha do novo Prefeito (Intendente) de Mossoró: “1926-1928: *Presidente, Rodolpho Fernandes de Oliveira Martins; Vice, Hemetério Fernandes de Queiroz. Intendentes: Luís Colombo Ferreira Pinto, Francisco Clemente Freire, Antonio Teodoro Soares Frota, Manuel Amâncio Leite e Francisco Borges de Andrade.*”

2. (p. 2) *História do Rio Grande do Norte*; SUASSUNA e MARIZ, Luiz Eduardo Brandão e Marlene da Silva; Sebo Vermelho; 2ª edição; 2005; Natal: “A grande surpresa foi a escolha de Rafael Fernandes Gurjão, médico e comerciante na zona Oeste, para o governo constitucional, quando se esperava a indicação de José Augusto ou algum dos seus parentes. Essa indicação sinaliza a nova tendência do Partido Popular de não lançar nenhum nome que estivesse muito visado pela Revolução de 1930. Outro aspecto importante é que o candidato escolhido, embora já tivesse experiência política no antigo Partido Republicano, era representante de uma região

- eleitoral e economicamente forte, com sólida situação financeira, e não tinha laços de parentesco com a antiga oligarquia tradicional do Estado. Além disso, pertencia ainda à família Távora do Ceará. Era um nome forte porque, além dos votos do Oeste, somados aos do Seridó, com o apoio de José Augusto, ainda teria respaldo na cúpula federal através de seus parentes”.
3. (p. 2) Foi o primeiro Governador eleito após o período intervencionista. A Constituição Brasileira, promulgada em 16 de outubro de 1934, dava aos chefes do Executivo Estadual o título de “Governador”.
 4. (p. 2) Com a chegada ao poder de José Augusto Bezerra de Medeiros em 1924; Juvenal Lamarine, de 1928 a 1930; o período sob o comando de Rafael Fernandes, de 1935 a 1943, a ascensão de Dinarte Mariz ao Governo, em 1958, e saída em 1961, as famílias Medeiros e Fernandes passaram, no total, em torno de 18 anos—diretamente—no comando do Poder Executivo estadual. É bom lembrar que Aluísio Alves foi cria do Partido Popular, o mesmo Partido de Zé Augusto e Rafael, e iniciou sua vida pública a convite de Rafael Fernandes.
 5. (p. 2) *A Insurreição Militar e Comunista de 1935*; BEZERRA, Ivis; http://www.dhnet.org.br/memoria/1935/livros/70anos_depois/05_ivis_bezerra_insurreicao_1935.htm
 6. (p. 4) Diz-nos Cascudo, em sua *História do Rio Grande do Norte*, que foi “a mais longa desde o período imperial e com realizações úteis.
 7. (p. 4) Telegrama de Getúlio Vargas a Rafael Fernandes, publicado no *Diário de Natal* de 13 de junho de 1952: “Atendendo seu pedido, assinei hoje decreto exonerando-o cargo Interventor Federal. Nomeei substituí-lo o general Antônio Fernandes Dantas, natural desse glorioso Estado e que espero bem corresponderá aos seus interesses e aspirações. Aproveito a oportunidade para agradecer os valiosos serviços prestados durante longo tempo permaneceu neste governo Rio Grande do Norte, onde sempre se conduziu de forma digna e patriótica, à altura das responsabilidades do cargo. Reitero-lhe a segurança da minha estima e formulo sinceros votos pela sua felicidade pessoal. GETÚLIO VARGAS”.
 8. (p. 4) *Perfil da República no Rio Grande do Norte (1889-2003)*; MACHADO, João Batista.
 9. (p. 5) DECRETO N. 503 DE 7 DE JUNHO DE 1938 Faz doação de um prédio para sede do Instituto Histórico. O Interventor Federal do Estado do Rio Grande do Norte, usando de suas atribuições e atendendo a representação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, constante do ofício n. 5, de 2 do corrente mês, do seu Presidente, DECRETA: Art. 1º — E’ doado ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, para sua sede definitiva, o prédio n. 622, à rua da Conceição, desta Capital, de propriedade do Estado, ficando autorizado o Procurador Fiscal a outorgar a competente escritura. Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário. Palácio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal, 7 de junho de 1938: — 50ª da República. (a) RAFAEL FERNANDES GURJÃO. (a) Aldo Fernandes R. de Melo. A REPÚBLICA, n. 2.240, de 23 de agosto.
 10. (p. 5) *História do Rio Grande do Norte*; CASCUDO, Câmara.

Antônio Fernandes Dantas

Gustavo Sobral

Em julho de 1943, o General Antônio Fernandes Dantas foi escolhido interventor para substituir Rafael Fernandes Gurjão.

O General Gustavo Cordeiro de Farias, que comandava as forças armadas em Natal, estava interessado na sua própria nomeação para a interventora, mas o presidente Getúlio Vargas o frustrou, optando por Fernandes Dantas. Era prerrogativa do presidente da República, de acordo com a Constituição Federal de 1937, a nomeação de interventores de sua escolha.

Antônio Fernandes Dantas nasceu em Caicó, no Rio Grande do Norte, em 18 de maio de 1881. Estava no alto dos seus 62 de idade e vinha de uma carreira militar consolidada. Carreira que começou aos 17 anos na Escola Militar da Praia Vermelha, Rio de Janeiro.

Fernandes Dantas havia comandado a 6ª Região Militar, em Salvador e, vigorando o estado de guerra em 1937, ficou responsável pelo Estado da Bahia e, com a instauração do Estado Novo, foi nomeado interventor federal da Bahia.

Fernandes Dantas assumiria o governo do Rio Grande do Norte em 3 de julho de 1943 e ficaria até 15 de agosto de 1945. O jornal católico *A Ordem*, na edição de 3 de julho de 1943, conferiu manchete de primeira página à chegada do interventor à Natal: “Assumiu, hoje, a interventoria do Estado o general Antônio Fernandes Dantas”.

O jornal também registrou as palavras do general ao agradecer às homenagens públicas com as quais fora recebido:

Meus conterrâneos:

É com a mais profunda emoção que volto ao meu Estado, depois de treze longos anos de ausência. Ao fazê-lo, devo dizer-vos que meu pensamento esteve sempre voltado para o Rio Grande do Norte, acompanhando com carinho e interesse o seu desenvolvimento e o seu progresso, e comungando as mesmas aspirações de seu laboroso povo.

Agora, aqui me encontro novamente ao vosso lado, portador do honroso mandato que me foi outorgado pela confiança de Sua Excelência o Senhor Presidente da República: conduzir os destinos do meu querido torrão natal.

Ainda na capital federal, as sucessivas e confortadoras demonstrações de simpatia que recebi dos coestadanos ali radicados, robusteceram a minha convicção de que, no desempenho de tão elevada missão, poderei contar com a solidariedade e a cooperação leal e franca dos rio-grandenses do Norte.

Fernandes Dantas, no dia de sua posse, foi saudado em praça pública, a Praça Pedro Velho, em Natal, capital do Estado, no palanque armado para a sua chegada, e recebido pelas autoridades constituídas. Rafael Fernandes ofereceu um almoço ao interventor no Grande Hotel, Ribeira, e a transmissão do cargo aconteceu à tarde no Palácio do Governo.

A Secretaria Geral do governo de Fernandes Dantas ficou a cargo do desembargador Dionísio Filgueira; Segurança e Força Policial, coube ao capitão Alexandre Moss; Educação, ao professor Severino Bezerra; Municipalidades, a Otto Guerra; Saúde Pública, ao alferes Galdino Lima; Agricultura, ao agrônomo Odorico Ferreira Chaves; Fazenda, a Gilberto Santos Moreira; Estatística, a Anfiloquio Câmara; Departamento Estadual de Imprensa, a Edilson Varela; chefia do gabinete, a Paulo Viveiros; Assistente Militar, ao tenente José Bezerra; Prefeitura da capital, a José Augusto Varela; e Delegacia de Ordem Social, ao major José Bezerra de Andrade.

Fernandes Dantas enfrentou a redemocratização e a pressão sobre o governo Vargas que resultou nas medidas que permitiram a anistia e a liberdade partidária que reanimou a criação dos partidos.

O Rio Grande do Norte se dividiu entre dois partidos: a União Democrática Nacional (UDN), que reunia os descontentes com o varguismo; e o Partido Social Democrático (PSD), dos varguistas, ao qual Fernandes Dantas aderiu e é considerado um dos fundadores no Estado.

O interventor encontrou em 1943 um Rio Grande do Norte em situação financeira difícil, sobretudo, em razão da diminuição das exportações e, conseqüentemente, da diminuição da arrecadação de impostos e, além disso, havia ainda o agrave da seca e a Segunda Guerra Mundial—o Brasil aderira aos Aliados em 1942, quando havia sido instalada, por permissão do Presidente Vargas, a base aérea em Parnamirim.

Algodão, sal e a cera de Carnaúba eram a base da economia do Estado. A indústria ainda estava se instalando no Rio Grande do Norte e a produção de minérios, incentivada a partir de então pelo governo, foi a salvação para a economia.

A guerra também proporcionou o desenvolvimento do comércio na capital. Antônio Fernandes Dantas entendia que até para ser útil à vitória Aliada na guerra, o Rio Grande do Norte deveria voltar os seus esforços para as atividades econômicas, aumentar a produção e industrializar-se.

O interventor acreditava que o Estado poderia se tornar um centro inesgotável de produção não só agrícola, mas também industrial. E destacava a força do interior do Estado. A região do Seridó, sobretudo, cuja produção de minérios serviria para a fabricação de materiais bélicos.

O aproveitamento dos vales úmidos para a produção de alimentos, a construção de estradas para facilitar o escoamento e a construção de açudes para combater a seca e êxodo rural eram as soluções desejadas ao desenvolvimento.

Era preciso reorganizar a produção para um melhor aproveitamento das atividades da pecuária e do cultivo do algodão, a exploração da Oiticica, da Carnaúba, Mamona, Mandioca, e do sal e a pesca no litoral.

Outro ponto chave do seu governo era o aumento da arrecadação de impostos e a melhoria da remuneração do funcionalismo público que só poderia ser alcançada com a elevação das receitas do Estado.

Assim, em entrevista ao jornal *A República*, em 16 de setembro de 1943, apontou:

Tenho uma preocupação máxima em aumentar a receita do Estado—respondeu-nos o Interventor Federal—intensificando e fiscalizando a arrecadação dos impostos, não só para fazer face aos encargos normais da administração, como, se possível, para atender à situação do funcionalismo público, mal remunerado e com padrão de vida elevado em consequência da guerra e outros fatores. Isto produziu um desequilíbrio que somente poderá ser reestabelecido com a melhor remuneração. Espero assim, desde que as fontes de receita me permitam, suavizar a situação dos servidores públicos.

Mas não era só o desenvolvimento econômico e a prosperidade que preocupavam o interventor. Havia também a necessidade de reforçar as alianças políticas no interior, cujas nomeações para chefe do executivo municipal

eram de sua responsabilidade, formando o elo do qual ele, interventor, era a ponta entre o governo federal, o Estado e os municípios.

Fernandes Dantas, cumprindo o seu papel, andou pelo Estado em comitiva, participando de inaugurações de escolas, açudes, etc., e foi recebido com festa, coquetéis, almoços, recepções, discursos, banda de música e homenagens.

Em Currais Novos, tratou de visitar as minas de scheelita. Em Parelhas, inaugurou a iluminação elétrica da cidade. O jornal *A Ordem* de 19 de outubro de 1943 registra a passagem pelo Seridó: “Acompanhado de grande comitiva, constituída de diretores de Departamentos, jornalistas, além de outros auxiliares da administração estadual”.

O primeiro ano de gestão foi comemorado com festa em 1944, ponto facultativo nas repartições públicas, missa e cânticos, almoço no Grande Hotel, inauguração do retrato do interventor na galeria dos chefes do poder executivo no Palácio do Governo e, à noite, uma recepção na residência oficial, a Vila Potiguar, com audição do Curso Waldemar de Almeida, retreta e exibição de cinema na praça Pedro Velho.

A reforma do sistema administrativo foi outra preocupação do seu governo e, para tanto, solicitou apoio do Departamento do Serviço Público que encaminhou à Natal uma equipe de técnicos, iniciativa que originaria o Departamento de Serviço Público do Estado.

Segundo o historiador Luís da Câmara Cascudo, em *História do Rio Grande do Norte* (1955), Antônio Fernandes Dantas instalou o Departamento do Serviço Público (1944); o Serviço de Pronto Socorro (1945) que seria realizado pela Sociedade de Assistência Hospitalar; e o Grupo Escolar Presidente Roosevelt em Parnamirim (1945).

Em 1945, mais um fato digno de registro na sua trajetória funcional no exército, é transferido para a reserva, permanecendo até aquele ano interventor no Rio Grande do Norte. Seu governo foi ainda, no último ano, 1945, conturbado pelas incertezas e sobressaltos da política nacional.

Durante a campanha de 1945, buscou garantir a ordem e o clima pacífico nas acirradas disputas. Em abril, foi organizado um banquete no Grande Hotel em sua homenagem, uma forma de reforçar o apoio ao seu nome tendo em vista que, àquela altura dos acontecimentos no tabuleiro do jogo político, a oposição já pressionava pela substituição do general.

Comícios e atos eram organizados pró e contra numa campanha política que já era parte do dia a dia do Rio Grande do Norte. O interventor era a situa-

ção e assumia o dever de zelar pela estabilidade do governo Vargas no Estado. As forças políticas da situação seguravam não só a ordem, mas o prestígio do representante do governo.

Ao interventor cabia organizar as diretorias estaduais do PSD. O partido foi fundado em 23 de maio de 1945. Mas quem assumiu o protagonismo nas articulações entre as lideranças e a capital federal foram as figuras de Georgino Avelino e Dioclécio Duarte. O primeiro, viria ser nomeado o próximo interventor, em substituição a Fernandes Dantas.

O movimento queremista em defesa da permanência de Vargas no poder ganhou as ruas em abril e maio de 1945. Comícios foram realizados e se pregava “A constituinte com Getúlio”, embora o próprio se declarasse não candidato. O movimento só teve fim a deposição de Getúlio Vargas em 29 de outubro daquele ano.

Em agosto, Fernandes Dantas deixou o cargo, e Vargas nomeou Georgino Avelino que era, naquele ano de 1945, diretor do Setor de Turismo e Propaganda da Prefeitura do Distrito Federal e foi um dos articuladores da formação do PSD no Rio Grande do Norte.

O jornal *A Ordem* noticiou a substituição, informando aos leitores que o afastamento de Fernandes Dantas acontecia em virtude do general ter se submetido a uma intervenção cirúrgica no Rio de Janeiro.

Fernandes Dantas ainda concorreria nas eleições de 1945. Seria candidato ao senado pelo PSD. No entanto, não conseguiu se eleger. O único eleito pelo PSD foi Georgino Avelino, inclusive, o candidato mais votado. O segundo seria da UDN, José Ferreira de Souza.

Derrotado na eleição de 1945, em 1947, Fernandes Dantas foi eleito suplente de João Câmara. No entanto, mesmo com o falecimento de Câmara, não pode assumir.

Um longo processo se arrastou na justiça eleitoral até 1949 e considerou finalmente a candidatura de Fernandes Dantas inválida. Nunca mais ele se elegeu para nenhum cargo público. Veio a falecer no Rio de Janeiro, onde residia, em 20 de janeiro de 1966.

Georgino Avelino

Gustavo Sobral

Em 15 de agosto de 1945, Georgino Avelino assumiu a Interventoria do Estado do Rio Grande do Norte em substituição ao general Antônio Fernandes Dantas e permaneceu no cargo até 7 de novembro do mesmo ano. O presidente Getúlio Vargas o escolheu por precisar e acreditar na sua capacidade de articulação política.

E não foi outra a mensagem que Georgino Avelino transmitiu em seu discurso de posse, como registrou o jornal *A Ordem* de 16 de agosto de 1945, reportando que Georgino Avelino

Acentuou que a sua orientação era a que tinha por guia o presidente Getúlio Vargas e como continuador o general Eurico Gaspar Dutra, candidato do Partido Social Democrático. Declarou ainda que garantiria um ambiente de segurança, e de paz, afim de que todos pudessem no próximo pleito exercer livremente o direito do voto. Na administração teria sempre em conta os elevados interesses da sua terra e da sua gente.

Poucos dias após tomar posse, começou o seu périplo pelo interior do Estado, visitando as lideranças políticas. Viajaria para o Seridó, foi a Mossoró, em razão das festividades em celebração à abolição da escravatura; e, no começo de outubro, esteve em Canguaretama, para acompanhar o Congresso Eucarístico.

Viajou também diversas vezes à capital federal para audiências com o presidente Vargas. Na volta, era recebido com festa, com curso de automóveis e desfile pelas ruas da capital, Natal, e discursos, inclusive transmitidos pela Rádio Educadora.

Ainda em setembro, *A Ordem* noticia o seu amparo à Cooperativa de Pescadores de Natal. O interventor providenciou algumas melhorias na cooperativa às expensas dos cofres públicos. É o jornal quem noticia: melhoramen-

tos no edifício sede dentre eles água encanada. Em outubro, por decreto-lei, proporcionou aumento de vencimentos para magistrados, promotores, procurador geral e consultor geral.

O historiador Luís da Câmara Cascudo, em sua *História do Rio Grande do Norte* (1955), escreveu: “em tão curto período não era possível trabalhos maiores além da rotina do despacho. Mas várias medidas foram tomadas e o plano geral era excelente se tivesse se objetivado”.

O interventor também cumpria a agenda social de solenidades e inaugurações, quando havia ocasião de dizer algumas palavras. Outra não foi a oportunidade que a inauguração dos melhoramentos do Hospital Miguel Couto, na capital, quando, registra *A Ordem* de 17 de setembro: “proferiu um improviso arrebatador, discorrendo sobre o problema do sofrimento, dos desajustamentos e da pobreza, que constitui hoje, também, problemas de governo”.

Seu papel foi essencial nos preparativos para as eleições que viriam e a criação e instalação do Partido Social Democrático, o PSD, no Rio Grande do Norte, juntamente com Dioclécio Duarte.

O momento político era de formação das alianças e fixação dos candidatos para o pleito de 1945, quando seriam realizadas eleições para presidente, senador e deputado federal. Depois de um longo período de ditadura, 1930 a 1945, o Brasil redemocratizava-se com a possibilidade não só de eleições, mas também de criação e fundação de partidos políticos.

No começo de outubro, o Departamento de Segurança Pública determinou algumas regras para a realização dos comícios, procurando conter a desordem e evitar confrontos. Os comícios haveriam de ser informados a polícia; deviam respeitar a ordem e autoridade pública; e o porte de armas de fogo e de armas brancas estavam proibidos.

Na convenção do PSD, no teatro Carlos Gomes, na qual estiveram presente os prefeitos e presidentes dos diretórios municipais do partido, foi escolhido Georgino Avelino o candidato do partido ao governo do Estado.

Na manhã seguinte, 28 de outubro, passou o cargo ao secretário-geral Dioclécio Dantas Duarte e viajou para o Rio de Janeiro. Em 29 de outubro, Getúlio Vargas seria deposto.

No dia 30, do Rio de Janeiro, Georgio Avelino envia o seguinte telegrama:

Tenho grande satisfação comunicar velhos amigos e prezados correligionários que a situação é de absoluta desordem, encontrando-se o ministro José Linhares inteiramente prestigiado por forças armadas. Desde ontem tenho estado com o nosso eminente amigo

General Gois Monteiro, cuja ação no Ministério de Guerra vem sendo uma garantia para a tranquilidade nacional e certa democratização do país. Igualmente se encontra ao lado de s. ex-cia. O general Eurico Gaspar Dutra, prestigiado por todos os elementos políticos e militares. Aconselhe aos nossos correligionários da capital e do interior que estejam tranquilos, informando ao mesmo tempo o meu breve regresso, afim de continuarmos a nossa elevada e serena propaganda eleitoral, certos da nossa vitória no próximo pleito de 2 de dezembro, quando se realizarão dentro da ordem as eleições. Cordiais abraços. Georgino Avelino, Interventor Federal.

Georgino Avelino, em consequência, também seria destituído do cargo pouco tempo depois, em 7 de novembro. Seria substituído pelo desembargador Miguel Seabra Fagundes.

No dia 14 de novembro, estaria de volta ao Rio Grande do Norte para a campanha política. Sairia candidato a senador pelo PSD, nas eleições de 1945. Sua articulação no curto período em que exerceu a Interventoria garantiu a vitória do PSD nas eleições daquele ano.

Além da sua eleição para o Senado, o partido conquistou quatro cadeiras na câmara federal: Dioclécio Duarte, José Varela, monsenhor Walfredo e Mota Neto foram eleitos deputados federais pelo PSD.

O jornalista João Batista Machado desenhou a figura de Georgino Avelino: “elegante, fino, educado, fluente, sabendo cortejar as pessoas. Foi quem introduziu no Rio Grande do Norte a maneira educada de beijar as mulheres no rosto e nas mãos. A cabeça completamente calva lhe dava um charme especial”.

José Georgino Alves e Sousa Avelino nasceu em Angicos, no Rio Grande do Norte, em 31 de julho de 1886, estudou no Ateneu Norte-rio-grandense e no Liceu Paraibano, foi bacharel em direito (1911); foi adido consular em Gênova, Itália (1911), deputado federal pelo Rio Grande do Norte (1924-1926).

No período do Estado foi nomeado secretário-geral da Universidade do Distrito Federal e diretor de Turismo e Propaganda da prefeitura do Distrito Federal, onde permaneceu entre 1937 a 1941.

Sua atuação política desde então garantiu outras vitórias ao partido no Rio Grande do Norte. Segundo o jornalista João Batista Machado foi vitorioso em 1945, 1947 e 1950, quando se aliou a Dix-Sept Rosado para derrotar a UDN, que preferiu a candidatura de Manuel Varela.

Empossado em fevereiro de 1946, Georgino Avelino ocupou o cargo de primeiro-secretário da Constituinte. Com a promulgação da nova constituição em 1946 e a transformação da Constituinte em Congresso ordinário, exerceu seu mandato até janeiro de 1955.

Foi líder do governo de Eurico Gaspar Dutra no Senado, primeiro-secretário da casa em 1948 e em 1950, tendo, a partir daí, chefiado por três anos a Comissão de Relações Exteriores.

Consta, nos capítulos da história política, que conseguiu se reeleger com o famoso “Pacto de Pirangi”, coordenado pelo governador Sylvio Pedroza. Uma aliança impensável entre PSD e UDN, para eleger Dinarte Mariz e reeleger Georgino Avelino ao senado em 1954.

Reeleito, continuou as suas atividades. Integrou, em 1952 e em 1954, a delegação brasileira aos trabalhos da Assembleia Geral das Nações Unidas na cidade de Nova Iorque. Reelegido para o senado em 1954, faleceu em 2 de abril de 1959, ainda ocupando o cargo de senador.

Miguel Seabra Fagundes

Adilson Gurgel

Miguel Seabra Fagundes, cognominado “Guerreiro do Direito”, nasceu em Natal em 30 de junho de 1910. Foi interventor Federal do Rio Grande do Norte, no período de 7 de novembro de 1945 a 13 de fevereiro de 1946. Foi antecedido por José Georgino Avelino e sucedido por Ubaldo Melo. Faleceu no Rio de Janeiro, em 29 de abril de 1993, aos 82 anos.

Fez o então curso primário no Colégio Diocesano Santo Antônio e prestando exames de revalidação no Ateneu Norte-Rio-Grandense. Depois, transferiu-se para Recife, onde chegou a cursar o primeiro ano da Faculdade de Medicina. Mas, deixou em 1928 para ingressar na Faculdade de Direito da mesma cidade.

Em seu registro sobre Seabra Fagundes, a Fundação Getúlio Vargas afirma que:

Entusiasmado com a campanha da Aliança Liberal—movimento político criado em 1929 em favor da candidatura oposicionista de Getúlio Vargas à presidência da República nas eleições previstas para o ano seguinte—, cujas caravanas percorreram todo o Nordeste, participou ativamente do centro acadêmico de sua faculdade, destacando-se por seus discursos em defesa do movimento aliancista. Após a vitória do candidato oficial, Júlio Prestes, nas eleições de março de 1930, apoiou a revolução deflagrada em outubro seguinte, que depôs Washington Luís e colocou Vargas na chefia do Governo Provisório.

Aparentemente, o então jovem Seabra Fagundes já chamava a atenção, pois, ainda estudante, em novembro de 1930, foi nomeado oficial-de-gabinete de Irineu Joffily, interventor federal no Rio Grande do Norte, permanecendo no cargo mesmo depois do titular deixar a Interventoria, devido a desentendimentos com o Presidente Vargas. Mas logo pediu demissão em razão de

divergências com o novo interventor, o primeiro-tenente Aluísio de Andrade Moura, então comandante da Polícia Militar do Estado.

Assim sendo, voltou para Recife, onde bacharelou-se em março de 1932, sendo o orador da turma. Em seguida, voltou a Natal, onde instalou o seu primeiro escritório de advocacia. Relata-se que foi atraído pelo integralismo de Plínio Salgado, passando a integrar os quadros da Ação Integralista Brasileira, no RN. Mas pouco tempo depois se afastou da AIB.

Era a época da Interventoria de Bertino Dutra, no Rio Grande do Norte, iniciada em junho de 1932. Aqui, mais um cargo público (também por pouco tempo): foi delegado-auxiliar do então chefe de polícia do Estado, João Café Filho—tempos depois Presidente da República.

Por essa época veio a Revolução Constitucionalista (julho a setembro de 1932) e, como já gozava de boa reputação profissional, foi nomeado juiz e em seguida designado pelo Presidente Vargas procurador do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio Grande do Norte. Assim, pode ele participar da organização, no Estado, das eleições de 3 de maio de 1933 à Assembleia Nacional Constituinte.

Com o advento da Constituição de 1934, ficou determinado que um quinto da composição dos Tribunais de Justiça deveria ser preenchido por advogados e membros do Ministério Público. Assim sendo, antes de completar 25 anos, em junho de 1935, Seabra Fagundes foi nomeado desembargador do Tribunal de Justiça—então Corte de Apelação—do Rio Grande do Norte, na qualidade de representante dos advogados.

Começou então a brilhar mais o nosso Ministro. Com efeito, em julho de 1943, ao lado do desembargador Sinval Moreira Dias, representou o Rio Grande do Norte na I Conferência Nacional de Desembargadores, no Rio de Janeiro. Ali, defendeu a tese (vitoriosa) de que deveria o novo Código Penal ser aplicado tanto quanto a lei anterior, a Consolidação das Leis Penais naquilo que cada um deles mais favorecesse o réu.

Naquele mesmo ano de 1943, representou seu Estado no I Congresso Jurídico Nacional, promovido pelo Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) durante as comemorações do centenário de sua fundação. Nesse encontro, a tese “Da proteção do indivíduo contra o ato administrativo ilegal ou injusto”, tendo obtido aprovação do congresso, inclusive com manifestações dos juristas Vítor Nunes Leal e Lúcio Bittencourt, que defenderam sua aprovação na íntegra.

Conforme bibliografia levantada pelo professor Raimundo Nonato Fer-

nandes, seu primeiro livro foi *O controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário*, lançado em 1941 e reeditado em 1950, 1957, 1968, 1979 e 1984. Toda classe jurídica sabe que esse livro é um clássico do Direito no Brasil.

A esse livro seguiram-se os outros: Da desapropriação no Direito Brasileiro (1942, 1949), Da proteção do indivíduo contra o ato ilegal e injusto (separata da Revista do Serviço Público, vol. IV, 1943), Dos recursos ordinários em matéria cível (1946), Pareceres do Consultor Geral da República (1947), Da contribuição do Código Civil para o Direito Administrativo (separata da Revista de Direito Administrativo, vol. 7, 1964) e As Forças Armadas na Constituição (1955).

Com a promulgação da Lei Eleitoral de 28 de maio de 1945, ainda durante a vigência do Estado Novo, foram fixadas as datas das eleições. Começou então as providências para os registros dos partidos políticos junto à Justiça Eleitoral. Foi nesse momento que Seabra Fagundes passou a exercer a presidência do TRE do Rio Grande do Norte.

O momento político brasileiro era muito conturbado e, em virtude de declarações ambíguas do Presidente Getúlio Vargas, quanto a realização das eleições e o movimento “queremista”, que defendia a instalação de uma Constituinte, com a manutenção do então presidente no poder, culminou com a deposição de Vargas (pois temia-se uma repetição do que houve em 1937). A presidência da república foi assumida por José Linhares, presidente do STF, que comandou as eleições para a Presidência da República e para a Assembleia Nacional Constituinte (da qual resultou a Constituição de 1946).

Através de emenda à Constituição de 1937 então em vigor, já no governo do Presidente José Linhares, foi suspensa a incompatibilidade entre a magistratura e o exercício de qualquer outra função ou cargo, exceção feita ao magistério. Com isso se objetivava ter a possibilidade legal de se preencherem as interventorias nos Estados com magistrados, o que efetivamente ocorreu em grande número de casos. Inclusive aqui, no Rio Grande do Norte. Com efeito, em 3 de novembro de 1945, Seabra Fagundes foi nomeado interventor federal neste Estado, substituindo Deoclécio Dantas Duarte, interventor em exercício.

Ressalte-se que, pouco tempo depois, Seabra Fagundes foi eleito presidente do Tribunal de Justiça do Estado, mas só tomaria posse no cargo após deixar a Interventoria.

Dos registros da Fundação Getúlio Vargas, verificamos que:

Apesar de seu curto período à frente do Executivo estadual—ape-

nas três meses—Seabra Fagundes reduziu de imediato seus subsídios, e, proibindo a publicação no Diário Oficial do Estado de matéria elogiosa às decisões por ele tomadas, passou a redigir as justificativas dos atos de sua administração. Ainda durante sua gestão, as seções da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do IAB do Rio Grande do Norte ganharam nova sede.

O seu mandato realmente foi muito curto: logo em fevereiro de 1946, após a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, deixou a Interventoria, sendo substituído por Ubaldo Bezerra de Melo, do Partido Social Democrático (PSD).

Com isso, pôde tomar posse na presidência do Tribunal de Justiça do Estado. Entretanto, logo se afastou para assumir o cargo de consultor-geral da República, convidado que foi pelo presidente Eurico Gaspar Dutra. Mas, também ali permaneceu pouco tempo, pois, com o restabelecimento da incompatibilidade pela Constituição Federal promulgada em setembro, demitiu-se da consultoria para não perder seu cargo na magistratura. Com isso, voltou ao Rio Grande do Norte, reassumindo a presidência do Tribunal de Justiça.

Em 1949, participou da organização da Faculdade de Direito de seu Estado e registra-se como sendo seu primeiro Diretor. Entretanto, parece que a vida no Rio de Janeiro, então Capital da República o atraía por demais.

Assim sendo, tendo decidido a se mudar para o Rio de Janeiro, em caráter definitivo, exonerou-se da função de desembargador do Tribunal de Justiça (em março de 1950) e retomou a advocacia. Em julho transferiu sua inscrição na OAB para a seção do Rio de Janeiro e foi contratado como assessor jurídico do Conselho Rodoviário Nacional.

Novas eleições presidenciais e se inicia o segundo governo Vargas (janeiro de 1951), mas ele continuou a advogar na capital da República. Em 1952 foi convidado para integrar o conselho técnico da Confederação Nacional do Comércio (CNC) e, em 1953, tornou-se membro do conselho seccional da OAB no Distrito Federal.

Mais um grande cargo o aguardava: 11 de agosto de 1954, em meio à crise política que agitava o país, foi eleito presidente do Conselho Federal da OAB. No fim do mandato, tornou-se membro honorário vitalício do Conselho Federal.

Mas, ainda não estava terminada a bela e exitosa carreira de Seabra Fagundes. Eis que, em 24 de agosto de 1954, com o suicídio de Getúlio Vargas, é

convocado a assumir a presidência da República o então vice-presidente João Café Filho, seu conterrâneo potiguar.

Ao reorganizar o Ministério e diante da saída de Tancredo Neves da pasta da Justiça (com a recusa de Nereu Ramos em assumi-la), por sugestão do próprio convidado e com a aprovação de todos os partidos, Café Filho convidou Seabra Fagundes para ocupá-la. Seabra Fagundes não aceitou de imediato. Mas, depois de consultar seus irmãos, e considerando as dificuldades com que se defrontava o presidente, além do fato de que os partidos o haviam aprovado, retornou à noite com a resposta afirmativa.

No mesmo dia 24 de agosto foi nomeado ministro da Justiça, após licenciarse da Presidência da OAB. Eis o depoimento colhido também da Fundação Getúlio Vargas:

Assumindo a pasta num momento tenso, quando as manifestações de rua agitavam o Rio, reuniu-se com as autoridades policiais pedindo-lhes o restabelecimento da ordem, sem violência. Desde o início de sua gestão, combateu as pretensões do jornalista Carlos Lacerda, que em seu jornal, Tribuna da Imprensa, liderava uma campanha pelo fechamento do vespertino getulista e agora de oposição Última Hora. Opondo-se com firmeza a essa ofensiva, à qual se aliavam vários setores civis do governo e altas patentes militares, Seabra Fagundes denunciou a inconstitucionalidade da proposta.

Não era fácil a situação do país naqueles tempos. Logo em novembro de 1954 começaram os debates e articulações visando a sucessão presidencial, inclusive com o lançamento, pelo PSD, do então governador de Minas, Juscelino Kubitschek, à presidência da República, nas eleições previstas para outubro de 1955. Não tendo um candidato à altura para enfrenta-lo, a UDN, sob a batuta de Carlos Lacerda, defendia a tese de um candidato único, de “união nacional”, contra candidaturas partidárias.

As paixões políticas se exacerbaram de uma tal maneira que Seabra Fagundes terminou entregando seu pedido de demissão, logo em 14 de fevereiro de 1955. E assim o fez depois que o Ministro da Marinha, Almirante Edmundo Amorim do Vale entregou a Café Filho um documento assinado pelos três ministros militares, defendendo a tese de Carlos Lacerda da conveniência de um candidato único às eleições presidenciais, cujo nome deveria receber a aprovação das forças armadas.

Não resistindo à pressão dos militares e em frontal desacordo com seu ministro da Justiça, Café Filho divulgou a nota dos militares em cadeia de rádio e de televisão. Diante do fato, em 14 de fevereiro Seabra Fagundes apresentou ao presidente seu pedido de demissão.

Registra-se que, ao deixar a pasta da Justiça, fez um discurso, que teve grande repercussão. Ali, ele explicou as razões de sua exoneração e reafirmou sua posição declarando que a função de coordenar as candidaturas à presidência não lhe competia, nem tampouco ao Presidente da República.

A respeito dessa passagem de Seabra Fagundes no Ministério da Justiça, Roberto Campos, no seu livro “A lanterna na popa”, elogia as escolhas feitas pelo Presidente Café Filho:

Globalmente, aliás, o gabinete de Café Filho era de excepcional qualidade. Lucas Lopes no Ministério da Viação e Obras Públicas; Juarez Távara, no Gabinete Militar e na secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional; Raul Fernandes no Ministério do Exterior; Cândido Mota Filho, na Educação; na Justiça, Seabra Fagundes. (1994:246)

Demonstrando seu espírito de defesa do Direito e da Democracia, observe-se o registro feito igualmente pela FGV, no artigo já referido:

Apesar de ter sido duramente combatido por Carlos Lacerda no período de sua gestão no Ministério da Justiça, opôs-se com firmeza à proibição feita pelo governo ao então parlamentar, através da portaria baixada pelo Ministério da Viação em outubro de 1956, de se pronunciar em emissoras de rádio e de televisão. Com base nesse fato, escreveu um artigo intitulado “Regime legal do rádio e da televisão em face da Constituição Federal”, criticando a censura prévia do pensamento político, cuja livre manifestação era garantida constitucionalmente.

Ele foi substituído por Alexandre Marcondes Filho. Passou então a se dedicar apenas à advocacia e logo em seguida reassumiu a presidência da OAB, permanecendo no cargo até agosto de 1956.

Seabra Fagundes continuou participando de muitos eventos em defesa do Estado Democrático de Direito, inclusive criticando os atos institucionais dos governos militares. Mesmo assim, em abril de 1966, foi criada uma comissão

de juristas, responsável pela elaboração de um anteprojeto de nova Constituição.

Mesmo tendo sido convidado a integrá-la, na companhia de Levi Carneiro, Orozimbo Nonato e Temístocles Cavalcante, ele foi o único que dela se desligou antes da conclusão dos trabalhos, por discordar sobretudo da manutenção no anteprojeto de eleições indiretas.

Parece até que tinha premonição de que o anteprojeto constitucional seria rejeitado, como o foi pelo presidente Castelo Branco.

Teve também uma posição firme contra o Ato Institucional n. 5, de 13 dez. 1968, posicionando-se, como jurista, contra a cassação dos mandatos eletivos, a suspensão dos direitos políticos, a supressão do *habeas-corpus* e a demissão sumária de magistrados.

Continuando suas lutas, ganhou mais uma importante tribuna ao ser eleito presidente do IAB, em abril de 1970, durante o governo do General Garrastazu Médici, marcado por uma escalada de medidas repressivas. Afirma-se que seu discurso de posse, no qual abordou o tema “A legalidade democrática”, gerou tal polêmica entre os políticos que foi considerado, até mesmo por seus críticos, uma apologia à liberdade.

Novamente, invoca-se o testemunho de Roberto Campos, no tocante à atuação de Seabra Fagundes, como advogado. Sem precisar exatamente os anos, Campos diz o seguinte:

A capacidade de Antonio Gallotti de se cercar de talentos era legendaria. Durante certo tempo, o Departamento Jurídico da Light se tornou uma espécie de Almanaque Gotha do saber jurídico da nação, incluindo luminares como Miguel Reale, Seabra Fagundes, Caio Tácito, José Alfredo Lamy, Carlos Medeiros, Luiz Antônio Andrade, Marques Filho e Antônio de Azevedo Sodré. (1994:852)

Registre-se que, a seguir, Seabra Fagundes nunca parou. Mesmo sem cargos ou encargos, continuou exercendo a advocacia, proferindo palestras e conferências. Participou ativamente dos debates nacionais sobre a elaboração da Constituição de 1988.

Sem se desligar das lutas e atividades da OAB, participou da decisão da entidade de apresentar o pedido de abertura do processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor à Câmara em setembro de 1992, quando era presidente do Conselho Federal o advogado Marcello Lavenère Machado.

Ubaldo Bezerra de Melo

Ricardo Sobral

Ubaldo Bezerra—Seu Ubaldo—foi um nome que eu comecei a escutar ainda pequeno e com certa familiaridade. Era padrinho de meu irmão Luciano. Depois, nas conversas de meu pai com amigos produtores de cana, vez por outra surgia seu nome, fora dono de usina no vale verde. Outra situação era motivo de citação de seu nome: nas férias no Engenho Laranjeiras, astucioso, botava os galos da bagaceira em contenda.

Nesses momentos, sempre surgia uma voz mais prudente me advertindo: cuidado, menino, vou dizer a seu pai, pois foi um galo desses que comeu o olho de Augusto, filho de Seu Ubaldo. Já adolescente, estudando em Natal, sempre que passava em frente ao número 1.074 da Av. Hermes da Fonseca, lembrava que aquela bela edificação era a residência de “Seu Ubaldo”

Lembro também que “Seu Ubaldo” e meu pai faleceram no mesmo ano—1974—; ele, em 19 de agosto; e seu Joaquim Fernandes Sobral, em 30 de novembro.

Em 1979, Acadêmico de Direito, assisti a solenidade de inauguração da Escola Estadual Interventor Ubaldo Bezerra, situada na Avenida que divide a cidade de Ceará-Mirim ao meio. Ainda hoje o tamanho da escola me causa admiração, considerada sua localização.

Dos caracteres da personalidade de Ubaldo Bezerra o que mais escutei enaltecidos foram sua correção no desempenho de suas atividades empresariais e sua honestidade no trato da coisa pública. Nascido no Recife (19 de agosto de 1984), com 11 anos de idade a família radicou-se em Natal, onde ele estudou no Colégio Santo Antônio e no Atheneu Norte-Rio-Grandense.

Não chegou a frequentar curso superior, precisava trabalhar, razão pela qual ingressou no serviço público, inicialmente no Departamento dos Correios e Telégrafos; depois, na Inspeção Federal de Obras Contra as Secas.

Vitoriosa a chamada Revolução de 30, liderada pelo gaúcho de São Borja, Getúlio Vargas, Ubaldo foi escolhido para presidir o Banco do Rio Grande do Norte. Função em que se houve com destacada eficiência, conquistando assim

o reconhecimento das classes produtoras do estado, o que lhe deu visibilidade como gestor para alçar voos mais altos.

No período do Estado Novo (1937–1945), quando a Assembleia Legislativa foi substituída por um Conselho de Notáveis denominado de Conselho Administrativo do Estado, foi membro desse Conselho, que deliberada com base no princípio da colegialidade, embora não eleito.

Atingiu o ponto alto de sua vida pública em fevereiro de 1946, quando foi nomeado interventor federal no Rio Grande do Norte em substituição ao desembargador Miguel Seabra Fagundes, sendo substituído pelo general Orestes da Rocha Lima. Era a fase dos interventores federais.

Consta que no seu período como interventor o estado teve até então a maior arrecadação de sua história, resultado das mudanças que implantou na repartição fazendária que hoje se chama Secretaria de tributação.

Mais tarde, já na redemocratização, elegeu-se deputado estadual pelo PSD no pleito de outubro de 1954; chegando a ser Vice-Presidente do Poder Legislativo Estadual, encerrando sua vida pública em janeiro de 1959. Nesse período—1954/1955—foi também membro do conselho consultivo do Banco do Nordeste.

Para se ter ideia do dinamismo da vida empresarial de Ubaldo Bezerra, se faz oportuno lembrar que o Lóide Brasileiro em Natal o teve como Diretor; e a Caixa Econômica Federal no Rio Grande do Norte o teve como diretor-presidente, o que equivale hoje ao cargo de superintendente regional. Eram funções cobiçadas, importantes dentro da economia de um pequeno estado nordestino, tipicamente agrário.

Em Ceará-Mirim foi proprietário das Usinas Ilha Bela e Santa Terezinha, sendo de certa forma pioneiro na indústria açucareira em âmbito estadual. Foi um empreendedor nato, que a iniciativa privada emprestou ao serviço público.

Ubaldo era casado com Haydée Bezerra de Melo, com quem teve nove filhos. Nestes tempos que correm, malferidos por tantos escândalos na vida pública brasileira, lembrar a figura de Ubaldo Bezerra de Melo é um exercício de cidadania, uma homenagem à honestidade e à ética.

Orestes da Rocha Lima

André Felipe Pignataro

Nascido em Santa Catarina, no dia 15 de dezembro de 1893, Orestes da Rocha Lima era filho de Antônio Correia Lima. Estudou na Escola Militar de Realengo, no Rio de Janeiro, onde graduou-se em 1911. Seguiu sólida carreira militar.

Participou ativamente da Revolução de 1930, sendo nomeado por Getúlio Vargas como oficial de gabinete do Ministério da Guerra. Àquela altura, era capitão.

Em 1946, foi promovido para general de brigada. Por decreto assinado em 21 de junho, pelo presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, foi nomeado como comandante do Destacamento Misto de Natal.

O general Orestes da Rocha Lima e sua esposa desembarcaram no aeroporto de Parnamirim, num avião da companhia Cruzeiro do Sul, no dia 1º de julho de 1946. Naquela mesma tarde, assumiu o exercício da função para a qual foi nomeado pelo presidente Dutra.

Durante o período que esteve em Natal, o general Orestes sempre morou no Grande Hotel, na Ribeira. Como maior autoridade do Exército no Rio G. do Norte, participava de eventos atinentes ao cargo que ocupava, como, por exemplo, a comemoração ao Dia do Soldado, o desfile militar de 7 de Setembro e a inauguração da nova estação de passageiros da base aérea de Natal.

No início de janeiro de 1947, o presidente Dutra, atendendo a um pedido do então interventor federal do Rio Grande do Norte, Ubaldo Bezerra de Melo, e em razão do clima de hostilidade ocorrido no município de Pedro Velho, durante comício de Aluízio Alves, nomeou Orestes da Rocha Lima como substituto daquele, vindo a assumir a interventoria no dia 15 de janeiro do mesmo ano.

O novo interventor assumiu, pois, faltando apenas 4 dias para a histórica disputa eleitoral de governador do Estado, a primeira, em mais de 16 anos, depois do fim da chamada Era Vargas.

Na cerimônia de posse, estavam presentes diversas autoridades militares e civis, incluindo os dois candidatos ao governo do Estado, o deputado José Varela (PSD) e o desembargador Floriano Cavalcanti (UDN-PSP), além dos senadores Georgino Avelino e José Ferreira de Souza.

Em seu discurso, o interventor Orestes falou que não estava emocionado, pois aquele era um ato de obediência à uma ordem superior. Também falou que, por sua passagem pela interventoria ser transitória, não iria apresentar um plano de governo.

No entanto, o resultado das eleições foi parar nos tribunais, alongando o tempo em que Orestes da Rocha Lima ficaria como interventor. E o motivo foi uma eventual parcialidade em benefício do candidato José Varela, que terminou sagrando-se o vencedor daquela disputa eleitoral.

Inconformada com a derrota nas urnas, a Coligação Democrática (UDN-PSP) impugnou a vitória de José Augusto Varela, levando o caso, primeiro, ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE-RN) e, depois, até o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Enquanto a questão não era decidida, o general Orestes continuava como interventor. Insatisfeito, pediu diversas vezes para ser substituído, mas não foi atendido pelo presidente Dutra.

Como interventor, Orestes da Rocha Lima ficou marcado por suas medidas na economia, como a criação da Comissão Estadual de Preços (CEP) e a redução de gastos com a máquina pública, e o combate aos jogos de azar. Mas também trouxe melhorias para o Rio Grande do Norte, como as Faculdades de Odontologia e Farmácia e o trecho ferroviário entre Angicos e São Rafael.

Em 31 de julho de 1947, o general Orestes transmitiu o cargo de chefe do executivo potiguar a José Varela, recebendo os agradecimentos do presidente da República, ao que retornou à sua função de general.

Reformou-se em agosto de 1952, recebendo a patente de marechal. O marechal Orestes da Rocha Lima era casado com Dulce Lins da Rocha Lima, com quem teve um filho, chamado Orestes Lins da Rocha Lima. O último interventor do Rio Grande do Norte morreu no dia 23 de dezembro de 1966, no Rio de Janeiro.

José Varela

André Felipe Pignataro

O governo de José Varela (PSD) teve início em 31 de julho 1947, após decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que confirmou o resultado das eleições de 19 de janeiro daquele ano, com vitória sobre o desembargador Floriano Cavalcante (UDN-PSP), por uma diferença de apenas 1.860 votos.

O motivo da disputa ter chegado aos tribunais foi uma impugnação apresentada pela Coligação Democrática (UDN-PSP), liderada pelo senador José Ferreira Souza, deputados federais Café Filho e Aluísio Alves, além de Dinarte Mariz, que acusava interferência do então interventor Orestes da Rocha Lima, bem como da existência de movimento subversivo.

José Augusto Varela, filho de José Fonseca Varela, ex-combatente da Guerra do Paraguai e último comandante da Fortaleza dos Reis Magos e de Inácia Cândida Varela, nasceu no dia 28 de novembro de 1896, no município de Touros.

Teve uma infância pobre na cidade de Ceará-Mirim, ajudando o pai com os serviços que demandavam a fazenda da família. Em busca de um futuro melhor, foi enviado à capital paraibana, onde seu irmão era padre, para estudar no Colégio Diocesano.

Posteriormente, ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, em Salvador. Durante o curso, fazia apenas uma refeição por dia para economizar o dinheiro do aluguel, da água e da energia.

Concluiu o curso de medicina em dezembro de 1922, sendo sua tese sobre câncer e fibromas uterinos. No ano seguinte, retornou ao Rio Grande do Norte e passou a exercer a medicina em Natal. Foi nomeado, em 1929, pelo então governador Juvenal Lamartine, para integrar o Conselho Penitenciário do Rio Grande do Norte.

José Varela era deputado estadual quando eclodiu a Revolução de 1930, que culminou num golpe de Estado liderado por Getúlio Vargas. Instalado o governo provisório, o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as

Câmaras Municipais foram dissolvidas, bem como foram destituídos todos os governadores e prefeitos.

José Varela refugiou-se em Caicó, onde passou 8 meses, para, depois, se mudar, em definitivo, para Macau. Na terra do sal, foi médico clínico e inspetor sanitário da Companhia de Comércio e Navegação.

Elegeu-se, novamente, deputado estadual em 1935. Em 1936, foi acusado perante à Assembleia Legislativa, por meio de uma carta anônima, de ser comunista e de ter feito parte da Intentona em 23 de novembro de 1935.

José Varela defendeu-se das acusações e obteve apoio dos colegas deputados. Renunciou naquele mesmo anos. Em 1942, tomou posse como diretor do Hospital de Alienados de Natal. Já em 1943, por indicação do interventor Fernandes Dantas, assumiu a função de prefeito de Natal, cargo que ocupou até 1946. Neste mesmo ano, ocupou um assento na Câmara Federal, como deputado federal pelo Rio Grande do Norte, tendo renunciado em 1947, para governar o Rio Grande do Norte.

Após a decisão do TSE, José Augusto Varela e o desembargador Thomaz Salustino, vice-governador, puderam, enfim, tomar posse das suas funções. No primeiro dia como governador, José Varela apresentou seu secretariado e, como bom político, manteve Silvio Pedroza como prefeito de Natal. O julgamento do mérito da impugnação da Coligação Democrática só terminou em agosto de 1948, com a manutenção do diploma do governador do Rio Grande do Norte.

Na sua gestão, foi lançada a pedra fundamental (29 nov. 1948) do edifício do quartel da Polícia Militar do Estado. Também foi sancionada a Lei Estadual n. 146, de 23 dez. 1948, que tratou da nova divisão territorial e organização judiciária do Rio Grande do Norte, ocasião em que foram criados cinco municípios, quais sejam, Jardim de Piranhas, Pedro Avelino, São João do Sabugi, São José do Campestre e São Rafael.

Na área da educação, foi durante o seu governo que foram criadas a Faculdade de Direito de Natal (Lei Estadual n. 149, de 15 ago. 1949) e a Escola Agrícola de Jundiáí (Lei Estadual n. 202, de 7 dez. 1949).

Como governador, só fez uma viagem oficial: foi ao Rio de Janeiro, então capital federal. Nunca recebeu presentes de comerciantes, enquanto exerceu cargos políticos, e não deixou de receber um adversário político, mesmo sendo criticado pelos seus próprios correligionários. José Varela cuidava dos talões de combustível dos veículos oficiais e gostava de fiscalizar as obras, pois não confiava em ninguém.

Seu mandato como governador encerrou-se no dia 31 de janeiro de 1951, ao que foi sucedido por Dix-Sept Rosado. Quando do término do seu mandato, saiu com muitas dívidas, tendo vendido um automóvel que recebera de alguns amigos, pois não tinha dinheiro para a manutenção, como também vendeu sua melhor propriedade. Voltou para Macau, onde abriu o consultório médico.

Em 1954, disputou uma das duas vagas para o Senado Federal. Ficou em terceiro lugar, com 60.527 votos, atrás de Dinarte Mariz, com 103.711 votos, e Georgino Avelino, com 81.958 votos. Em 1955, elegeu-se vice-governador (31 de janeiro de 1956 a 31 de janeiro de 1961), com 80.325 votos, derrotando Jessé Pinto Freire, com 66.464 votos. Para governador, o eleito foi seu eterno rival, Dinarte Mariz. Em 1958, tentou, mais uma vez, a vaga de senador, mas seus 78.473 votos não foram suficientes para derrotar os 84.264 votos de Dix-Huit Rosado.

Por ser vice-governador, também ostentava o posto de presidente da Assembleia Legislativa. Em 1960, José Varela permitia a entrada de deputados armados com revólveres. Foi neste ano que o deputado Moacir Duarte, genro do governador Dinarte Mariz, baleou o deputado Garibaldi Alves, irmão do governador eleito Aluízio Alves. Anos mais tarde, ocorreu episódio semelhante: o deputado Olavo Lacerda Montenegro atirou contra o deputado Ângelo José Varela, filho de José Varela, que, apesar de gravemente ferido, sobreviveu.

Em 23 de maio de 1962, assumiu como conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, vindo a se aposentar compulsoriamente em 1966, aos 70 anos, época em que já era praticante de ginástica sueca e de yoga.

De sua união com Maria da Conceição Varela, tiveram quatro filhos: Ângelo José Varela, Marcelo Augusto Varela, Irma Maria Varela e Magaly Conceição Correia Varela.

José Augusto Varela morreu na manhã do dia 14 de junho de 1976, aos 79 anos, de isquemia cerebral, no Hospital das Clínicas, atual Hospital Universitário Onofre Lopes, em Natal.

Dinarte Mariz discursou no Senado Federal lamentando a morte de José Varela, a quem se referiu como impetuoso, bravo e dedicado. Tanto o governador Tarcísio Maia, como o prefeito de Natal, Vauban Bezerra de Faria, decretaram luto oficial por três dias.

José Varela morreu desiludido com a política, sem guardar mágoas nem saudades.

Dix-Sept Rosado

Gustavo Sobral

No dia 12 de julho de 1951, às 4h15, o avião Douglas, de prefixo PL-3 PPLG da Linhas Áreas Paulistas (LAP) decolou do aeroporto de Parnamirim com destino ao Rio de Janeiro e não chegaria ao seu destino.

O avião não encontrou condições de pouso quando sobrevoava Aracajú e caiu no Rio do Sal, em terreno pantanoso e de difícil acesso, a três quilômetros da capital de Sergipe, o que dificultou a chegada das equipes de busca.

Morreram 32 pessoas no desastre e, dentre os mortos, o governador do Rio Grande do Norte, Jeronimo Dix-Sept Rosado Maia e os membros de sua comitiva.

Jeronimo Dix-Sept Rosado Maia havia sido eleito governador do estado do Rio Grande do Norte em 1950 com 59,8% dos votos válidos. Em Mossoró, sua cidade natal, da qual era prefeito, recebeu mais de 70% dos votos válidos.

Foi preciso, durante a campanha, esclarecer a todos. É que várias pessoas indagaram o nome do candidato. E a Radiopress explicou pelos jornais: seu nome representa o número dezessete em francês. Seus irmãos foram batizados naquele idioma dos números “um” até “vinte e um”.

Jeronimo Dix-Sept Rosado Maia nasceu em 25 de março de 1911, e já era parte da história de Mossoró. Seu pai, Jerônimo Ribeiro, embrincando a história da família à história da cidade, legou aos herdeiros prestígio, riqueza e um caminho para a política.

Dix-Sept reunia todas os méritos que se podia esperar para um candidato ideal ao governo do Estado: família tradicional, empresário e desportista, praticante de aviação, jovem, alto, forte, 39 anos, bem casado e pai de crianças adoráveis.

A atividade política do jovem Dix-Sept começa com a candidatura e eleição a prefeito de Mossoró em 1948 pela União Democrática Nacional (UDN).

Sua administração se concentrou na construção de uma biblioteca pública, escolas rurais, maternidade, centro de puericultura e obras de sanea-

mento básico. E uma coleção de livros que surgiu como edição do boletim bibliográfico da biblioteca e, depois, seguiu para a publicação de livros por séries, e se tornou a Coleção Mossoroense.

Inclusive, a Série G contou com um trabalho organizado por ele. Trata-se de um documentário importante para a história do Rio Grande do Norte: Falas e relatórios dos presidentes de província (1835–1888).

A liderança política dos Rosado no Alto Oeste se consolidou com a persona criada para a figura de Dix-Sept e as alianças políticas necessárias.

Seis partidos dividiam o Rio Grande do Norte em 1950: PSD, UDN, PSP, PTB, PSB e PRP. Seu partido, a UDN, buscando aproximar-se do PSD, lançou a candidatura de João Avelino à governador. Entretanto, a morte de Avelino frustrou os planos partidários.

Uma cisão no PSD e na UDN originou dois novos partidos. Do PSD, originou-se o Partido Social Trabalhista (PST); e da UDN, surgiu o Partido Republicano (PR), fundado pelos irmãos Rosado Dix-Sept e Dix Huit Rosado.

O PR, juntamente com o PSD e PSP, com o apoio do PTB, formaram a coligação Aliança Democrática cujo candidato a governador seria Dix-Sept Rosado. Silvio Pedroza, prefeito de Natal, seria o vice.

O testemunho do tempo sobrou no depoimento Hélio Galvão: “Dix-Sept Rosado dirigiu pessoalmente a sua campanha. Foi ele o percussor desse tipo de arregimentação popular, o candidato sem título, o nome simples, a indumentária simples, mangas de camisa”. Além disso, acrescentou Galvão, Dix-Sept aboliu “senhor” e “vossa excelência”, era “você” para todo mundo.

Assumindo o governo 31 de janeiro de 1951, governou até a data do fatídico acidente aéreo em 12 de julho de 1951. No entanto, não teve ampla liberdade para escolha do secretariado, pois os partidos aliados cobraram a sua parte.

O PTB, por exemplo, ficou com a Secretaria de Saúde. O PSP usou o fato de seu chefe ser o vice-presidente da República, João Café Filho, e ficou com a prefeitura de Natal, indicando Olavo João Galvão.

No dia seguinte a posse, Dix-Sept anunciou o secretariado: Secretário Geral: Mário Negócio de Almeida e Silva; Diretor de Departamento de Imprensa: José Gonçalves Pires de Medeiros; Diretor do Departamento de Municipalidades: José Borges de Oliveira; Chefe de Polícia: Major Ulysses Cavalcanti; Consultor Geral do Estado: Antônio Soares de Araújo Filho; Diretor do Departamento de Saúde Pública: Álvaro Vieira; Departamento de Estatística: Américo de Oliveira Costa; Departamento de Educação: Francisco Gonzaga Galvão;

Serviço Estadual de Reeducação e Assistência Social: Hélio Mamede de Freitas Galvão; Chefe de Gabinete: Raimundo Nonato da Silva; Ajudante de Ordens: Major Sebastião Revoredo; Departamento de Estradas de Rodagem: Adauto de Sá Leitão; Prefeito da Capital: Olavo João Galvão.

O seu estilo, segundo Hélio Galvão, seu biógrafo, “era assumir e trabalhar. Trabalhar naquele seu ritmo, naquele seu estilo, de pouco repouso e muito rendimento, de poucas férias e muita dedicação”.

A plataforma que construía com a colaboração de Aldo Fernandes e Eloy de Souza havia sido lançada na campanha: irrigação, açudagem, expansão da economia, estimular o empreendedorismo, educação e ensino profissional, melhoria da saúde pública; organização das finanças e do funcionalismo públicos; assistência aos municípios; melhoria das condições de trabalho e dos vencimentos da magistratura; ferrovias e rodovias para o escoamento da produção. Eis os principais pontos.

No dia seguinte à posse, Dix-Sept começou a trabalhar. Então veio o acidente fatídico cinco meses depois e ficou a promessa do que poderia ter sido. No seu lugar, assumiu o vice-governador Silvio Piza Pedroza que governaria o Rio Grande do Norte até o fim do mandato em 31 de janeiro de 1956.

Sylvio Pedroza

Ramon Ribeiro

Educado em bons colégios do Rio de Janeiro e de Londres, tenista e velejador de grande talento, bacharel pela Faculdade Nacional de Direito, estilo refinado de se vestir e se portar, pinta de galã, amigo de intelectuais, aos 33 anos Sylvio Piza Pedroza (1918–1998) era o vice-governador que de forma repentina precisou assumir a cadeira de chefe do executivo estadual após a morte trágica do então governador Dix-Sept Rosado.

Embora jovem para o cargo, e de perfil incomum para a política potiguar da época, Sylvio tinha no sangue a descendência de duas famílias históricas: era sobrinho neto dos ex-governadores Pedro Velho e Alberto Maranhão, e tetraneto do major Fabrício Gomes Pedroza, uma das maiores fortunas do estado na segunda metade do século XIX, proprietário do Casarão de Guarapes, em Macaíba, mais movimentado entreposto comercial do Rio Grande do Norte na época.

Entretanto, a posição em que Sylvio Pedroza se encontrava não se sustentava apenas pelo prestígio do sobrenome, ele trazia no currículo a experiência recente como prefeito de Natal (1946–1950).

Sua passagem pela prefeitura se destacou pela criação de uma série de bairros, ruas e avenidas, aumentando o traçado urbano da capital, mas sobretudo por aquela que foi sua obra de maior repercussão: a construção da Avenida Circular (hoje rebatizada de av. Café Filho), na Praia do Meio, marco zero da ligação da cidade com as dunas e o mar. Mas os desafios que Sylvio encontraria no governo do Rio Grande do Norte exigiriam bem mais dos conceitos urbanos inspirados na metrópole carioca onde cresceu.

Pelo menos nos primeiros anos, Sylvio não teria, como teve na prefeitura, tanto espaço para exercer seu lado desportista polivalente e bon vivant—eram famosas no tempo de prefeito suas escapulidas do Palácio Felipe Câmara para ir até a casa de Câmara Cascudo conversar sobre temas históricos,

passar até a Pedra do Rosário para contemplar o pôr-do-sol, descer para a praia jogar futebol, ou ir a cidades vizinhas derrubar boi em vaquejada.

Como governador ele precisaria urgentemente ajustar as contas do estado e pleitear verbas federais, pois tinha diante de si o interior castigado por uma forte seca e a capital necessitada de várias obras de saneamento. Para variar, velhas lideranças da política local não tardariam a se movimentar visando a próxima eleição.

Sylvio Pedroza assumiu o governo em julho de 1951 e concluiu o mandato no tempo previsto, em janeiro de 1956. Sob sua administração foi ampliado o sistema rodoviário do estado, o que permitiu que diversos distritos do interior fossem interligados com a pavimentação de estradas.

Também foi dado suporte para o setor agropecuarista, sobretudo no tocante à motomecanização da agricultura. E, visando melhor estruturar o abastecimento de água no RN, foi implantado o Departamento de Saneamento do Estado (embrião da CAERN)—nessa área o governador conseguiu praticamente dobrar a capacidade de abastecimento de Natal.

Sylvio Pedroza ainda foi responsável pela criação do Parque Aristóфанes Fernandes, em Parnamirim, a inauguração do Quartel da Polícia Militar, na Rodrigues Alves, em Natal, o prolongamento da Avenida Circular até a Fortaleza dos Reis Magos, e também foi responsável pela doação do terreno para a construção da Vila Dom Eugênio, a “Vila dos Pobres”, que abrigou flagelados que chegavam à capital potiguar fugindo da seca.

Mas foi sua atuação em prol da educação, cultura e esporte que o fizeram mais lembrado. Como chefe do executivo estadual inaugurou o Instituto de Educação, um prédio moderno em forma de X que passou a abrigar o Colégio Atheneu, em Petrópolis. Também criou em Natal o Jardim Escola Modelo, que ficava na esquina da Praça Pedro Velho.

Pelo interior, construiu uma série de escolas e abriu cursos para formação de professores. Outro marco importante foi a implantação, de fato, da Faculdade de Direito, que havia sido instituída por lei pelo governo passado, mas que até então estava sem funcionamento. Na área cultural, deu apoio institucional para apresentações de teatro, manifestações folclóricas e construiu a concha acústica da Lagoa Manoel Felipe.

Sylvio sempre se mostrou um gestor preocupado com a preservação e valorização da história local. Um exemplo do seu apreço pela memória é a restauração do Palácio Potengi, feita durante seu mandato. Seu interesse histórico muito tem a ver com a amizade que manteve com o etnógrafo Luís da

Câmara Cascudo.

O intelectual potiguar foi o responsável por introduzir Sylvio, ainda na época de prefeito, nos círculos sociais de Natal. Em troca fez de Câmara Cascudo o historiador oficial da cidade, bancando a publicação do livro “História da Cidade do Natal”. A mesma parceria se repetiu no período como governador, quando encomendou à Cascudo a produção do livro “História do Rio Grande do Norte”.

Ainda no campo literário, foram promovidas reedições de livros importantes, como “Poesias”, de Segundo Wanderley, cujo evento de lançamento contou com a presença da viúva do autor, já bem velhinha. Também foi sob sua gestão que foi doado o terreno na rua Mipibu para a construção da sede da Academia Norte-Riograndense de Letras.

No Esporte, o governador construiu aquele que foi apontado pela imprensa nordestina como o palco esportivo mais moderno do Norte e Nordeste: o Ginásio Sylvio Pedroza (erguido em espaço anexo ao Colégio Atheneu). O nome do governante foi dado à obra desde o início por sugestão das entidades desportivas, agradecidos pelo apoio dado ao esporte amador.

O sucesso do ginásio foi tanto que clubes de outros estados vinham com frequência disputar pequenos torneios de vôlei, basquete e tênis de quadra em Natal. O próprio governador chegou a representar o Aeroclube em disputa de tênis contra o Clube Internacional do Recife, sagrando-se inclusive campeão (durante a adolescência, Sylvio foi tenista de destaque no Rio de Janeiro). Mas o governador também se aventurou em outras modalidades. Quando sobrava tempo, ele derrubava boi nas vaquejadas de Parnamirim e velejava—como quando realizou a travessia Natal-Fortaleza no seu barco “Boa Sorte”.

O período de Sylvio à frente do governo do Rio Grande do Norte também foi marcado por um fato histórico sem igual no estado. Pela primeira e única vez na história, um governador potiguar foi recebido por um presidente da república igualmente potiguar, no caso Café Filho.

O encontro oficial se deu no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, em 1954. O curioso é que ambos os mandatários foram originalmente eleitos vice e assumiram seus cargos de modo semelhante: Café Filho após o suicídio de Getúlio Vargas, e Sylvio após o trágico acidente de avião de Dix-Sept Rosado. Café Filho depois viria a ser recebido por Sylvio em viagem oficial à Natal.

Desses encontros foi possível garantir para o RN recursos para a conclusão da Escola Industrial, para o desenvolvimento da Liga de Defesa Norte-

Riograndense Contra o Câncer, urbanização das Rocas e para a construção do prolongamento da Avenida Circular até a Fortaleza dos Reis Magos.

Democrata irrestrito

Sylvio foi um gestor preocupado em criar uma cultura pacífica de disputa política. Seu esforço em defender no RN um estado democrático de direito, colocando esse valor acima de qualquer questão partidária—algo raro no tradicional jogo político potiguar—rendeu conflitos até dentro de sua legenda, o PSD, como o próprio governador chegou a mencionar no jornal Diário de Natal na edição de 4 de dezembro de 1952, às vésperas das Eleições Municipais.

No meu próprio partido cheguei a ser considerado como mau político e pior partidário. Forte dessa autoridade e dessa linha de conduta me sinto à vontade para formular o apelo agora dirigido aos chefes políticos de todo o Estado, quaisquer que sejam as suas legendas, para que conduzam pacificamente os seus comandados às urnas de domingo próximo; para que não recorram a processos desleais de violência ou coação, sob qualquer de suas formas; para que afastem do terreno pessoal divergências que devem permanecer apenas nas fronteiras da disputa política. A fim de que, passada a refrega, se imponha, sem ressentimentos intransponíveis, a necessidade de todos trabalharmos em conjunto pelo Rio Grande do Norte.

Tal visão republicana se repetiu em 1955, na Eleição para o Governo, como destacou em certa ocasião o escritor Veríssimo de Melo, ao comentar que Sylvio não utilizou o prestígio para favorecer ninguém do seu partido.

“Não devemos esquecer o título mais honroso que ele recebeu em toda sua vida política, durante os meses que antecederam uma eleição, a de verdadeiro magistrado no comando do executivo. Teve grandeza para enfrentar as críticas dos seus próprios companheiros de partido, assumindo a responsabilidade da postura histórica”, escreveu Veríssimo.

O governador concluiu seu mandato em 31 de janeiro de 1956. Em julho daquele ano, por ocasião da viagem para Fortaleza, onde assumiria um cargo no Banco do Nordeste, publicou no jornal uma carta de despedida ao povo potiguar: “Jamais me desinteressarei do seu destino ou estarei alheio aos seus

reclamos, agora ou aonde me levarem as imposições ou as contingências da própria vida”.

De certo modo, foi o que aconteceu. Sylvio partiu do RN para trilhar uma carreira nacional fora da política partidária—ainda chegou a se candidatar ao Senado em 1958, mas não obteve êxito. Depois do Banco do Nordeste foi ser oficial de gabinete da Presidência da República e Subchefe da Casa Civil da Presidência nos governos Juscelino Kubitschek e João Goulart, respectivamente.

Com Kubitschek, inclusive, foi o responsável por dirigir o Grupo de Trabalho de Brasília, comissão encarregada de realizar a mudança do governo federal do Rio de Janeiro para a nova capital do país, onde passa a residir. Entretanto, em 1964, com o Golpe Militar, deixa Brasília para ir morar no Rio de Janeiro, onde assume cargo executivo na Confederação Nacional do Comércio (CNC).

Mesmo vivendo fora do RN, nunca abnegou sua terra. Nos anos 1980, fez uma série de visitas à Natal, sempre sendo recebido com homenagens, sobretudo das instituições culturais. Em 1984, quando lançou o livro “Pensamento e Ação”, sobre sua trajetória política, a Fundação José Augusto promoveu a exposição “O Mundo de Sylvio Pedroza”, montada com 195 fotografias do acervo doado anos antes pelo próprio ex-governador—no acervo doado também constavam livros raros, como “A Seca de 1915—Crônica documentada” e “Seccas contra a Secca—RN”, de Felipe Guerra, “O Meu Governo”, de Juvenal Lamartine, além de 62 obras de Câmara Cascudo. Em novo retorno à cidade, em 89, ministra palestra sobre Pedro Velho durante recebimento do título de sócio-correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do RN—palestra semelhante ele já havia feito no Rio de Janeiro sobre Câmara Cascudo.

Numa entrevista concedida em 1982 ao Programa Memória Viva, da TVU, Sylvio chegou a dizer que esperava vir passar seus últimos anos de vida em Natal: “Quero jogar meu tênis, ter um barquinho ancorado aqui. Espero que a minha última fase seja voltar, morar em Pirangi e ficar com vocês no Grande Ponto”. Não foi possível.

O ex-governador ainda fez uma última visita ao RN em 1997, quando tomou posse na Academia Norte-Riograndense de Letras, mas de volta ao Rio de Janeiro, faleceu no dia 19 de agosto de 1998. Ele tinha cinco filhos e era casado com Nelma Cavalcanti Pedroza.

Dinarte Mariz

Carlos Gomes

De raízes autenticamente nordestinas, nasce em 23 de agosto de 1903 o menino Dinarte de Medeiros Mariz, trazendo consigo a saga das famílias tradicionais: Pereira Monteiro, da Serra Negra do Norte, por parte do pai Manuel Mariz Filho, e dos Medeiros Rocha/Tomaz de Araújo Pereira, por parte da mãe Maria Cândida de Medeiros Mariz, fundadores das freguesias do Seridó, herdando a predestinação dos homens simples do campo e, pelo lado materno, a predestinação política do sangue do seu avô, Senador da República José Bernardo de Medeiros, que foi constituinte em 1891 e ocupou cadeira no Senado no período de 1890 a 1907.

Em entrevista dada ao Programa Memória Viva, em 1980, confidenciou que, “a morte do seu avô Bernardo foi o momento mais dramático da minha vida, ao ver uma multidão de cavaleiros que vinham trazer o seu adeus ao falecido, uma prova indiscutível do seu indômito valor e prestígio nas terras do Seridó”—tinha então 5 anos de idade.

Desenvolvimento

Em que pese ter nascido na Fazenda Solidão e ali vivido o começo da sua vida, não foi cativado pela vida campesina, atraído irremediavelmente pela vida nas cidades, ainda que tivesse mantido o seu sentimento do homem humilde do campo e os ares bucólicos da paisagem sertaneja, pois fixou na Fazenda Solidão o seu retiro espiritual e o lugar da construção dos seus empreendimentos.

Como todos os seus quatorze irmãos, teve como início do aprendizado com a sua mãe, que teceu a personalidade da família para ganhar os caminhos da vida adulta, da qual somente doze atingiram a idade adulta.

Passou depois pelas mãos do Professor Arthéfio Bezerra da Cunha Pereira de Brito e dele pelos Grupos Coronel Mariz, Escola de Ademar Medeiros e

do Grupo Escolar Senador Guerra, com o Professor Pedro Gurgel, em Caicó, destacando-se entre os meninos daquele tempo e armazenando os conhecimentos mais consagrados da “Universidade do Seridó”.

Ali foi instruído em inúmeras disciplinas básicas, como Aritmética, Português, Leitura e Análise, esta que lhe o sentido real da compreensão das coisas, das pessoas e do mundo.

Seus estudos, ainda que incompletos, não lhe tirou o firme propósito de investir na educação, embora de forma indireta, auxiliando estudantes, concedendo-lhes estágio em sua empresa, daí saindo homens que se tornaram notáveis ou vencedores na vida laborativa.

Iniciou suas atividades comprando algodão no lombo de animais, que o levou a ser comerciante e agropecuarista. Nesse período, inusitadamente, tornou-se Delegado de Polícia de sua terra natal, num contraste com a pacificidade de sua vida. Tornou-se grande industrial no ramo do algodão, cuja empresa, por questões éticas, decidiu se desfazer quando assumiu o governo do Rio Grande do Norte entre 1956 a 1961, por entender existir incompatibilidade.

O Brasil vinha de mais um período de instabilidade política, administrativa e econômica, quando adveio a República, procurando dar um rumo ao desenvolvimento. Nas três primeiras décadas do Século XX as dificuldades e divergências ainda persistiam.

Comentam os historiadores que em 1930: “Derrotados pela aliança entre paulistas e mineiros na tradicional *política do café-com-leite* e com a conseqüente eleição de Júlio Prestes para a Presidência da República, os liberais refluíram e foram alijados do processo político até que, com o assassinato de João Pessoa em 26 de julho daquele ano catalisou todos os opositores do governo federal na chamada Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder”.

Aliás, Getúlio Vargas e João Pessoa já haviam lançado as suas candidaturas a presidente e vice-presidente naquelas eleições.

O político

E foi nesse clima, em 1929, durante o governo de Washington Luís (1926–1930), quando era comerciante de algodão em Caicó (RN), que ingressou na política apoiando a Aliança Liberal—agrupamento político opositor formado basicamente pelos partidos republicanos mineiro e gaúcho, pelo Partido Demo-

crático de São Paulo, com ramificações no situacionismo paraibano apoiando a candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa à presidência e vice-presidência da República nas eleições de março de 1930, movimento que lançou Dinarte Mariz na política, o que o fez afirmar: “em que pese haver nascido em Serra Negra do Norte, meu berço político foi Caicó”, de onde foi Prefeito nomeado em 1930, prestigiado pelo comando do capitão do Exército Abelardo Torres da Silva Castro, participante da revolução no Rio Grande do Norte, colaborando, após sua vitória, com a junta governativa que administrou o estado entre os dias 6 e 12 de outubro de 1930, permanecendo no cargo até 1932. Daí em diante ficou ligado à política, adotando a AL.

Nas eleições realizadas o candidato vencedor foi Júlio Prestes, apoiado pelo presidente Washington Luís, havendo um acirramento dos derrotados, do que resultou o assassinato de João Pessoa no mês de julho em Recife, precipitando a eclosão da Revolução de 1930 que redundou a queda do presidente Washington Luís e em 3 de novembro seguinte o apogeu do movimento, que levou Getúlio Vargas novamente ao poder.

Para a sua escolha política espelhou-se em algumas figuras da sua convivência, como José Augusto Bezerra de Medeiros, Juvenal Lamartine e Eloi de Souza.

Sua trajetória de político estava traçada com vários acontecimentos, a partir de quando, após dois anos, ter se afastado do cargo para emprestar o seu apoio à Revolução Constitucionalista de 1932, o que lhe valeu três prisões no Rio de Janeiro. Ao retornar ao seu estado resolveu fundar um jornal, que deu o nome de A Razão, tornando-se um dos fundadores do Partido Popular que se apresentava como nova e forte opção política, sem largar as suas atividades negociais, que então estavam em crescimento.

Logo depois, em 1935 eclode o movimento de rebeldia que ficou conhecido como Intentona Comunista iniciada em Natal no dia 23 de novembro, tendo liderando a reação com cerca de 150 sertanejos, auxiliado por tropas do Exército e efetivos das polícias dos estados vizinhos. Com a derrota dos revoltosos, o poder voltou às mãos do governador Rafael Fernandes (1935–1943).

Resolvida a Intentona e a retomada do poder, surge outro momento conturbado que redundou na instalação do Estado Novo, em 1937, no qual ficou na oposição, recusando-se a retornar ao meio político de então.

Em 28 de fevereiro de 1945, através da Lei Constitucional n. 9, Vargas estabeleceu prazo para a convocação de eleições gerais no país, o que marcou oficialmente o início da desagregação do Estado Novo. Essa medida permitiu

a organização de vários partidos políticos, entre os quais a União Democrática Nacional (UDN), que teve Dinarte Mariz como um de seus fundadores no Rio Grande do Norte, representando a sua volta ao campo político, ingressando na UDN, disputando vaga de uma cadeira de Senador, mas sendo derrotado, fato que se repetiria em 1950.

Sem se deixar abater pelos reveses, conseguiu triunfar em 1954 favorecido por um acordo firmado com seu adversário, o pessedista Georgino Avelino, elegeu-se senador pelo Rio Grande do Norte como candidato da coligação UDN-PSP-PSD. Pouco depois de assumir a cadeira no Senado, em fevereiro de 1955, lançou sua candidatura ao governo do estado, com o apoio do presidente João Café Filho, com o qual já havia contado na eleição para senador. No pleito de outubro de 1955 foi eleito governador do Rio Grande do Norte, derrotando Jocélio Vilar de Melo, do PSD, por expressiva margem de votos.

Mesmo com as durezas daquela época, Dinarte conseguiu realizar um sonho de toda a sua vida em prol da educação, criando a Universidade do Rio Grande do Norte, feito fundamental para o futuro do Estado e anseio maior dos que pretendiam ingressar nas atividades profissionais liberais, o que então só era possível procurando outros estados da Federação, com muito esforço e despesa.

Vivendo outras contingências políticas, Dinarte sofre nova derrota em 1960, quando o seu candidato a governador Djalma Marinho foi derrotado por Aluizio Alves, num pleito repleto de confrontos ideológicos com o seu outrora aliado.

Reiniciando o seu idealismo pela política, em 1962 foi eleito para o segundo mandato de Senador da República, apoiando a deposição de João Goulart e a instauração do Regime Militar de 1964, compondo o novo partido denominado ARENA.

Com o sentimento de continuar a ajudar o seu Estado, em 1965, disputou o governo do Estado pela segunda vez, tendo Tarcísio Maia como vice-governador, sendo derrotado pelo Monselhor Walfredo Gurgel, que fora o vice-governador de Aluizio.

Colaborou com todos os governos militares na intenção de proteger a sua terra e sua gente, como comprovam inúmeros episódios em que teve participação decisiva.

Sentimento

Cultivou em toda a sua trajetória o sentimento de agregação, participando dos costumes do lugar e conhecendo as tradições da sua região, prestigiando os artistas. Numa entrevista confessou que a música da sua preferência e que o emocionava era Maringá, da autoria de Joubert de Carvalho e consagrado nas vozes de Inezita Barroso e Orlando Silva.¹

Testemunhos

No correr da existência testemunhei ou fui informado por fontes fidedígnas, de gestos de extremo humanismo do velho Senador, que merecem registro.²

Quando jovem, como os rapazes do seu tempo, destacou-se como declamador respeitado, requisitado para as festas do lugar. Nunca perdeu esse lado do seu espírito criativo no campo da arte até o fim dos seus dias.

Falecimento e prole

Faleceu em Brasília, no dia 9 de julho de 1984, em pleno exercício do mandato. Seu lugar foi ocupado pelo suplente Moacir Duarte, seu genro.

Era casado com Diva Vanderlei Mariz, natural de Campina Grande/PB, em cerimônia celebrada em Serra Negra/RN (28 de julho de 1925), deixando grande prole: filhos netos e bisnetos.

Notas

1. (p. 43) Foi numa leva que a cabocla Maringá
Ficou sendo a retirante que mais dava o que falar
E junto dela veio alguém que suplicou
Pra que nunca se esquecesse de um caboclo que ficou

Maringá, Maringá
Depois que tu partiste
Tudo aqui ficou tão triste
Que eu garrei a imaginar

Maringá, Maringá
Para haver felicidade
É preciso que a saudade
Vá bater noutro lugar

Maringá, Maringá
Volta aqui pro meu sertão
Pra de novo o coração
De um caboclo assossegar

Antigamente uma alegria sem igual
Dominava aquela gente da cidade de Pombal
Mas veio a seca, toda chuva foi embora
Só restando então a águas
Do caboclo quando chora.

2. (p. 43) Em 1927, na cidade de Caicó, morava o casal José Gomes da Costa e Maria Ligia de Miranda Gomes (meus pais). Ele Promotor de Justiça e ela um jovem esposa de 15 anos, grávida pela primeira vez e acompanhada por Mãe Quininha (mãe do Monsenhor Walfredo Gurgel). Lá às tantas, em comentário entre amigos ela ponderou a Dinarte que “Ligia de Zé Gomes corre risco de vida, pois é ainda muito jovem e sua gravidez é de risco, para o que me falta competência para resolver. Dinarte chama o seu motorista e manda chamar em Currais Novos o Dr. Mariano Coêlho, médico dos mais conceituados do Estado e este examina a paciente, resolvendo o problema, colocando a criança na posição correta. Nasceu Moacyr Gomes da Costa, hoje um arquiteto consagrado. Esse gesto selou uma longa amizade entre Dinarte e Dr. José Gomes, independentemente de política, embora algumas pessoas confundissem as coisas, motivando a perseguição ao saudoso desembargador.

Em depoimento gravado na OAB/RN ao tempo em que fui presidente, criamos um movimento humanitário denominado “Comitê em Defesa da Vida” em 1989 para ouvir todos os antigos presos políticos em decorrência de suas atuações na vida política do Brasil, engajados na ideologia de esquerda e em épocas de exceção. Ali prestaram depoimentos vários militantes, dentre os quais registro Helio Xavier de Vasconcelos e Petrextato José da Cruz, que revelaram a ajuda substancial do velho Senador para as suas sobrevivências e subsistências no “exilo”.

O advogado Carvalho Neto, que defendia os militares que combatiam repressão do Governo na Corporação da Polícia Militar, foi preso por esse motivo. O Senador ao tomar conhecimento, tratou de reivindicar a sua soltura junto ao Governo Federal, logrando êxito.

O servidor do Tribunal Eleitoral do Rio Grande do Norte Mozart Galvão, sobrinho do Dr. Hélio Galvão que exercia forte oposição a Dinarte, foi para o Rio de Janeiro em estado de saúde precário. O assunto foi levado ao conhecimento do Senador que, pessoalmente, tomou todas as providências para a sua melhor assistência possível durante o internamento no Hospital dos Servidores do Estado, o que, igualmente, obteve resultado exitoso e Mozart retornou a Natal restabelecido.

Ouvi de várias pessoas que Dinarte costumava dizer: “Não admito que um cidadão do Rio Grande do Norte passe dificuldades na busca da solução dos seus problemas graves, independentemente do lado político que estiver”.

Aluizio Alves

Sérgio Trindade

Como tema de um perfil do poder, Aluizio Alves é, tanto quanto seja possível conceber, um caso notável. Precoce, ainda de calças curtas desfilava entre os próceres do Partido Popular, agremiação liderada no estado pelo ex-governador José Augusto Bezerra de Medeiros.

Elegeu-se deputado federal com menos de trinta anos, constituindo-se numa das maiores zebras eleitorais de que se tem notícia no Rio Grande do Norte. Na Constituinte de 1946, ainda que com pouca idade, destacou-se pela sua atuação. Reeleito em 1950, 1954 e 1958 constituiu-se num dos mais ativos parlamentares da Câmara de Deputados.

Em 1960, foi eleito governador do Rio Grande do Norte e, logo após cumprir o mandato, elegeu-se novamente deputado federal, quando foi cassado pelos militares em 1969. No processo de redemocratização empreendido pelos militares (1974–1985) foi um importante articulador pelo MDB e, posteriormente, pelo PMDB. Após 1985, foi eleito deputado federal e duas vezes nomeado Ministro de Estado. Uma trajetória política, até o momento, nunca empreendida por nenhum político do estado.

Aluizio Alves provinha de uma família com ativa militância política no interior do estado. Seu pai, seo Nezinho, exercera funções públicas na cidade de Angicos e ele, Aluizio, cedo dedicara-se ao jornalismo, impressionando velhas lideranças políticas do estado e despontando para a vida pública. Foi diretor do SERAS (Serviço Estadual de Reeducação) e da representação estadual (do Rio Grande do Norte) da Legião Brasileira de Assistência (LBA), de 1943 a 1945.

Esses caminhos permitiram ao jovem Aluizio Alves arregimentar uma forte base eleitoral, que o escolheria sucessivamente deputado federal por quatro vezes, de 1946 a 1958. Mesmo exercendo ativamente os seus sucessivos mandatos de deputado federal, Aluizio não se afastou de sua grande paixão—o jornalismo.

Fundou dois jornais: A Tribuna do Norte (em Natal) e a Tribuna da Imprensa (Rio de Janeiro), esta em parceria com Carlos Lacerda, prócer político

da União Democrática Nacional (UDN), partido a que pertencia o jovem líder potiguar. Essa sua estreita ligação com o jornalismo lhe permitiu inovar na campanha para governador do estado em 1960, como utilizar recursos de marketing e radiofônicos (este último já era utilizado à farta por ele desde 1958).

O destaque que Aluizio Alves conquistara como político e jornalista não pressagiava, no início, a liderança que iria exercer no estado (e no país) nos anos seguintes (mesmo nos anos em que esteve cassado).

A pergunta “como Aluizio Alves foi possível?” tem preocupado pouco os cientistas sociais deste estado. Outras questões difíceis, além da referente a como Aluizio alcançou o poder, dizem respeito ao caráter, à extensão e ao exercício de seu poder. Historiadores e sociólogos, de quase todos os espectros políticos, são unânimes em enquadrar o poder de Aluizio no fenômeno do populismo, portanto num período de transição de uma economia agroexportadora para uma economia industrial.

É possível que os grupos políticos tradicionais do estado, liderados pelos caciques udenistas (Dinarte Mariz à frente) e pessedistas (Georgino Avelino e, depois, Teodorico Bezerra à frente) imaginassem que o jovem Alves fosse um bom agitador de massas e um político competente, porém sem prestígio eleitoral suficiente para alçar voos mais altos.

Ou que não estaria, ainda, suficientemente amadurecido para governar, e que poderia ser rapidamente neutralizado pelos grupos tradicionais de poder, tão logo a crise política que abalou os dois mais fortes partidos do estado —UDN e PSD—fosse superada. Esse, a história comprovou, revelou-se um fatídico erro de avaliação.

É fato, também, que antes (e principalmente depois) e durante a sua candidatura em 1960, Aluizio logrou consolidar e ampliar lideranças que garantiram a sua vitória e possibilitaram a sua permanência incontestada, mesmo depois de cassado pelos militares, quando era a grande liderança política do Rio Grande do Norte.

A consolidação e ampliação de poder de Aluizio Alves suscita algumas indagações sobre as bases de seu poder, os deslocamentos de força que ocorreram entre os grupos políticos e econômicos do Rio Grande do Norte, a maneira como esses deslocamentos afetaram a extensão e o exercício de seu poder, e o efeito da forma peculiar de autoridade política representada por Aluizio nas estruturas de governo e administração existentes.

A análise dessas questões permitirá uma melhor avaliação da relação do

poder de Aluízio com as forças sociais que o moldaram e o condicionaram, que grau de autonomia Aluízio possuía no exercício individual do poder, e qual foi a relação desse poder personalizado que levaram o mergulho do Rio Grande do Norte numa das mais acirradas e fanáticas batalhas políticas já conhecidas (Aluízio Alves versus Dinarte Mariz).

É uma tarefa árdua, pois ao se depararem com essas questões, os cientistas sociais sempre tiveram que se confrontar com a difícil tarefa de equilibrar a importância relativa da personalidade, das estruturas e das forças impessoais no processo do desenvolvimento histórico.

Num dos extremos, as interpretações marxistas atribuem pouca importância ao papel da personalidade na história.

Consequentemente, será minimizado o papel pessoal de Aluízio e negada a existência de qualquer prática significativa de um poder individualizado autônomo. Segundo esse ponto de vista, o poder de Aluízio teria sido fruto de grupos econômicos e sociais dominantes que o teriam guindado ao poder, preparando o terreno para que ele atuasse como porta-voz e agente popular de tais grupos.

Existe uma proposta liberal que confere à personalidade uma importância independente bem maior do que o marxismo estaria pronto a aceitar. É necessário cuidado, pois podemos, ocasionalmente, correr o risco de elevarmos o poder pessoal de um líder a um nível em que a história fique reduzida a pouco mais do que uma expressão da vontade dele.

A Cruzada da Esperança é tão personificada em Aluízio, que é como se o processo histórico do estado tivesse sido desviado de seu curso normal pela influência de um único homem. O poder de Aluízio Alves, nessas óticas polarizadas, é, parece, um elemento totalmente desprezível ou um fator tão supremo que pode ser retratado apenas como aluizismo.

É fato, porém, que Aluízio foi crucial na marcha dos acontecimentos. Todavia, na explicação histórica, tanto as intenções dos atores principais quanto às condições externas que promovem ou invalidam essas intenções, têm uma importância capital.

As motivações e objetivos dos líderes políticos poderosos são, certamente, de uma significação expressiva. Porém, não estão isoladas no mundo, têm que se exercer, na maioria das vezes, em circunstâncias que extrapolam o controle e a manipulação do personagem histórico isolado, por mais substancial que seja o poder político possuído por esse indivíduo.

No caso do Rio Grande do Norte dos anos 1950 e 1960, Aluízio Alves e Di-

narte Mariz se beneficiaram da perda de poder do grupo possedista tradicional, liderado por Georgino Avelino e, posteriormente, por Teodorico Bezerra.

É possível compreender o grau de poder de Aluizio Alves num conceito de Max Weber: o de “dominação carismática”. Vou procurar utilizar o conceito “carisma” num sentido técnico específico, que não pode ser confundido com a utilização descompromissada do termo, tais como para enquadrar os políticos ou pessoas públicas dotadas de personalidade marcante ou atraente.

Contrastando com a dominação baseada na “autoridade tradicional” dos governantes hereditários, ou com a burocracia impessoal da “autoridade legal”, que caracteriza a maioria dos modernos sistemas políticos, a “autoridade carismática” se baseia nas percepções—por parte de um séquito de adeptos—de heroísmo, grandiosidade e de uma “missão” num líder proclamado.

A “autoridade carismática” tende a emergir em situações de crise e está sujeita a ruir em virtude de duas razões principais: ou pela impossibilidade de atender às expectativas, ou por se “tornar rotina” num sistema que só é capaz de se reproduzir através da eliminação ou subordinação da essência “carismática”.

Certamente os marxistas afirmariam que a noção de “dominação carismática” é difícil de conciliar com a existência de uma estrutura política adequada ao capitalismo moderno. Realmente, o exercício da “dominação carismática” parece estar em contradição com as estruturas de governo regulamentado necessárias à reprodução do capitalismo.

Porém, a emergência das reivindicações “carismáticas” de poder, bem como a natureza e função da expressão “carismática” do poder, podem ser apreendidas sem dificuldade quando as estruturas de poder capitalistas são contestadas.

Nas modernas estruturas políticas capitalistas, o poder político geralmente repousa na ocupação de determinado cargo e na função desempenhada por esse cargo. O poder é impessoal. O exercício burocrático e impessoal do poder que se fundamenta numa base de normas legais igualmente impessoais é o ponto central do que Weber chamou de dominação “legal-racional”.

Entretanto, no contexto de uma crise social, política ou econômica—envolvendo um sistema político constantemente contestado por importantes setores sociais e políticos—essa mesma base impessoal do exercício funcional do poder pode sofrer um ataque frontal e ser execrada pelos que se julgam preteridos ou pelos que são “convencidos” a execrá-la por estarem preteridos.

Esse foi o contexto histórico que permitiu a emergência de líderes caris-

máticos no Brasil e, em particular, no Rio Grande do Norte. A consequência foi uma violenta guinada, com a crise terminal do período democrático (1946–1964), a ascensão e consolidação do regime militar e as mudanças econômicas, sociais e políticas que terminaram por “sepultar” as lideranças carismáticas por essas paragens.

É difícil imaginar que a “dominação carismática” crie uma estrutura duradoura para a perpetuação da dominação personalizada. Porém, sua transitoriedade, como uma tentativa de solução de crise que, no final, estava fadada ao fracasso, não mascara o fato de que, em algumas circunstâncias, ela pode se desenvolver de forma descomunal e desgastante, e se estabelecer como um agente de capacidade corrosiva e destrutiva extremamente dinâmica.

Mesmo rompidos desde o final dos anos 1950, Aluízio Alves e Dinarte Mariz ingressaram na ARENA após a reforma partidária patrocinada pelos militares em 1965. Embora correligionários, as disputas entre o grupo dos Alves e dos Mariz persistiram e, ainda que fosse o principal líder político estadual com ampla penetração nos meios populares, Aluízio terminou sendo cassado, por influência de Dinarte, em 1969, pelo regime militar, que podou precocemente a carreira política do ainda jovem político norte-rio-grandense.

A cassação de Aluízio e de alguns de seus aliados mais próximos parece ter sido um aviso dado pelos militares: não tolerariam dissidências inflamadas, pois a divisão entre as forças que apoiavam o regime militar poderiam enfraquecê-lo junto à sociedade.

A tentativa de examinar o processo que possibilitou um cidadão como Aluízio Alves chegar a exercer um poder com razoável grau de personalização tem de começar pela consideração do modo como as qualidades “carismáticas” nele se manifestaram.

Um ponto fundamental foi, sem dúvida, a reconhecida adequação de seus atributos pessoais às exigências da situação, a correspondência entre sua promessa de modernização e as expectativas da população. Isso Aluízio Alves soube captar como ninguém aqui no estado. Foi o novo, o progressismo chegando para sepultar o tradicionalismo das forças do atraso.

Walfredo Gurgel

Sergio Trindade

Caçula de seis irmãos, Monsenhor Walfredo Gurgel nasceu no dia 2 de dezembro de 1908, em Caicó, Rio Grande do Norte. Filho do professor Pedro Gurgel do Amaral Oliveira e de dona Joaquina Dantas Gurgel, a parteira mãe Quinhinha. Teve cinco irmãos: Zózimo, nascido em 1901, Maria Zenóbia (Sinhazinha), em 1902, Clotário, em 1904, e Polísia, em 1906.

O nome de batismo seria Armando, entretanto, o padre Emídio Cardoso, oficiante da cerimônia, convenceu os pais criança a batizá-lo com o nome de Walfredo, numa singela homenagem ao Monsenhor Walfredo Leal, religioso e político paraibano, com forte atuação no brejo e no litoral do seu estado, onde foi deputado constituinte estadual no início do período republicano, vice-governador nos períodos 1893–1896 e 1904–1905, quando assumiu o cargo de governador devido a renúncia do titular.

Depois que deixou o governo da Paraíba, monsenhor Walfredo Leal foi eleito, em 1908, senador, mandato que exerceu até 1917. Posteriormente, de 1922 a 1923, 1924 a 1926 e 1928 a 1930, voltou ao legislativo estadual. Depois da revolução de 1930, afastou-se da vida pública.

Walfredo Gurgel foi filho dedicado, sacerdote virtuoso, professor competente e querido e político íntegro. Machado (2014) destaca que o padre, assim chamado por familiares, nem mesmo quando esteve à frente do governo do estado, abusou das benesses do poder. Nunca deixou de celebrar a missa dominical na antiga Catedral Metropolitana, às 5 da manhã, durante todo o mandato governamental.

Chegava desacompanhado, dirigindo seu Fusca verde. Procedia assim para evitar aglomerações de fiéis em horários mais acessíveis, evitando paralelos entre o governador e o sacerdote. Somente católicos madrugadores assistiam à missa. Por insistência do sobrinho José Daniel Diniz, que exercia o cargo de Secretário

da Fazenda (Tributação), um cabo da polícia da guarda residencial lhe fazia companhia em caso de ocorrer alguma eventualidade. Foi a única concessão permitida.

Machado, 2014, p. 150

Perdeu o pai em 31 de março de 1918, vitimado pela gripe espanhola, aos 38 anos. Seguiram-se tempos difíceis para a família, com dona Joaquina exercendo as ocupações de costureira, florista, doceira, artesã (crochê, bordado, confecção de chapéus, etc) e parteira, tudo para garantir o sustento da numerosa família.

O menino Walfredo, para ajudar a família, vendia banana, dividindo o tempo entre esta atividade e as aulas no Grupo Escolar Senador Guerra, onde concluiu o curso primário. Queria ser padre, mas a sua mãe, viúva pobre, não tinha condições financeiras para financiar sua estadia no seminário. Por interferência de D. José Pereira Alves, bispo diocesano, conseguiu uma bolsa de estudos que garantiu matrícula e manutenção do jovem caicoense no Seminário de São Pedro, no qual ingressou em fevereiro de 1921, aos 12 anos. Ainda antes de concluir os estudos, lecionava latim para os seminaristas iniciantes.

Concluiu o curso do Seminário Menor em 1925, após quatro anos de muita disciplina e estudo, sendo laureado ao lado do padre Monte. Como prêmio, recebeu bolsa para estudar em Roma, para onde embarcou, aos 17 anos, no navio Mosella, em 16 de abril de 1926 e chegando no dia 15 de maio.

Concluiu os cursos de Filosofia e Teologia e, logo depois, doutorou-se em Direito Canônico pela Pontifícia Universidade Gregoriana, ordenando-se padre na Capela do Pontifício Colégio Pio-Americano.

O período em que esteve na Itália, Walfredo Gurgel passava as férias em Montenero, distrito montanhoso de Livorno. Quando a saudade batia a saudade de sua terra e de sua gente, escrevia poemas e cartas. Manteve intensa correspondência com sua mãe. Invariavelmente perguntava pelo inverno no sertão, informava-se sobre os acontecimentos da diocese de Santana e sobre notícias de amigos e familiares e da querida cidade. Pedia ainda que ela enviasse cocadas, café, fotografias e até cigarros.

Em Roma, recebeu todas as Ordens Menores e Maiores e a Tonsura (corte redondo dos cabelos no topo da cabeça). A sua primeira Tonsura em 21 de dezembro de 1929, as ordens de Ostiário e Leitor em outubro de 1930, as Ordens menores de Exorcista e Leitor em dezembro do mesmo ano. Recebeu o Subdiaconato no dia 26 de julho de 1931, dia de Sant'Ana. A Ordenação Presbiterial

foi realizada dia 25 de outubro de 1931. Celebrou a primeira missa no Altar de Nossa Senhora Aparecida da Igreja de São Joaquim, na capital italiana.

Voltou para o Brasil em 10 de julho de 1932, chegando ao porto do Recife dia 12 de agosto de 1932. Na bagagem, os diplomas de Filósofo e Teólogo, com especialização em Direito Canônico. Era poliglota: conhecia o latim, grego, hebraico, francês, inglês e espanhol. Foi recebido com grandes festas, inclusive um banquete, ao qual compareceram figuras expressivas da região, realizado na Intendência de sua cidade.

No dia 16 de agosto de 1932, celebrou uma missa em ação de graças pelo aniversário de seus pais (nascidos no mesmo dia 16: ele em 1879 e ela em 1883). Neste mesmo ano foi convocado pelo bispo D. Marcolino Dantas para assumir a Reitoria do Seminário de São Pedro. Em 1935, foi nomeado vigário de Acari.

A exemplo de grande número de intelectuais católicos de sua época, ingressou na Ação Integralista Brasileira (AIB). No ano da chamada Intentona Comunista, em 1935, surgiu a informação que militantes armados invadiriam a Serra do Doutor para fundar comitês do partido comunista nas cidades do Seridó.

Incontinenti, Monsenhor Walfredo participou da arregimentação de voluntários para combater os revoltosos, que se acantonavam na Serra do Doutor. Após intensa fuzilaria, a coluna comunista se dispersou e retornou a Santa Cruz, onde os seus membros, após analisarem a derrota e receberem informações de que tropas legalistas de outros estados seguiam em direção a Natal, tentaram contato telefônico com a Junta na capital do estado, sem sucesso. Sem alternativas viáveis, resolveram fugir (Costa, 1995, p. 112).

Em 1936, D. Marcolino transferiu o padre Walfredo para ser o vigário da Matriz de Sant'Ana em Caicó, onde também passou a lecionar no Educandário Santa Teresinha, dirigido pelas freiras austríacas Irmãs do Amor Divino, dedicado à educação de moças. Dinâmico, participou de forma relevante da luta pela criação da Diocese de Caicó, que, vitoriosa, elevou D. José de Me-deiros Delgado como primeiro bispo. No dia 25 novembro de 1939, como recompensa pelo seu desempenho nessa tarefa, recebeu o título de Cônego e assumiu a função de vigário-geral.

Professor e sacerdote, Walfredo Gurgel se preocupou muito com a educação dos jovens do Seridó, batalhando pela construção de uma escola, de primeiro grau, para os meninos, que resultou na fundação, pelo bispo D. José Delgado, do Ginásio Diocesano do Seridó, em 1º de março de 1942, dedicado

à educação de rapazes, sendo seu primeiro diretor, além de professor de várias disciplinas: latim, francês, história e português. Era também contador e administrador das obras da diocese, treinador dos times de futebol, voleibol e ainda acompanhava os ensaios da banda de música, permanecendo nessas funções até 1946, quando partiu para dedicar-se à política.

Dotado de liderança incontestada no Seridó, não demorou a entrar na política partidária, como outros seridoenses ilustres, a exemplo de José Augusto, Juvenal Lamartine e Dinarte Mariz, ingressando no Partido Social Democrático (PSD), a convite de Georgino Avelino. Na legenda, conseguiu se eleger, com 7.116 votos, deputado federal na Assembleia Constituinte, ao lado de Dioclécio Duarte, José Varela e Mota Neto.

Na eleição de 1950, ficou na suplência de deputado federal, mas chegou a ser convocado para exercer parte do mandato. Em 1960, foi eleito para o cargo de vice-governador, na chapa com Aluizio Alves, e nessa função presidiu a Assembleia Legislativa Estadual.

Aluizio manifestava, desde meados da década de 1950, a pretensão de concorrer ao governo do estado. Sabia, porque o relacionamento com Dinarte Mariz estava desgastado, que não teria o apoio do governador.

Isso inviabilizava sua candidatura pela UDN, pondo o PSD, então, como o único dos grandes partidos a poder lhe dar guarida e estrutura para concorrer com chances eleitorais. E assim ele segue—e consegue—o apoio do PSD, que “contrabalançaria, no interior, a força da máquina governista”, visto que os possedistas tinham “forte presença no meio rural” e lhe permitiria “amortecer derrota no interior do estado.

Os votos que obtivesse nos centros urbanos cobririam a derrota que tivesse no interior, desde que essa derrota fosse por pequena margem”. E daí em diante os esforços concentraram-se no sentido de encontrar alguém, no seio do PSD, que pudesse agregar forças e ampliar o arco de alianças que iriam lhe emprestar apoio.

Um nome quase consensual foi o de Walfredo Gurgel, antigo quadro do PSD. O *staff* aluizista indicava que o “apoio e a participação de Walfredo (...) abrandariam as resistências que alguns integrantes do PSD ainda poderiam ter quanto à participação na campanha do ‘ex-udenista’,” e, de quebra, atingiria o coração político do governador Dinarte Mariz, ele, como Walfredo, egresso do Seridó potiguar (Trindade, 2004, p. 122–125).

O próprio Aluizio Alves (2001, p. 111–112) enumera quatro motivos que o levaram a escolher Walfredo Gurgel como companheiro de jornada. Indica as

qualidades intelectuais e morais do líder caicoense e finaliza dizendo que o PSD, partido ao qual pertencia Walfredo, tinha a maior estrutura política do estado, presente em praticamente em todos os municípios e “se a dissidência da UDN indicava o governador, era natural que o PSD viesse a reivindicar a vice-governadoria. Precipitando a escolha, evitaria disputa com outros nomes menos indicados” (Alves, 2001, p. 112).

Walfredo renunciou à vice-governança para disputar mandato de senador, em 1962. Teve 108.301 votos, sendo eleito juntamente com Dinarte Mariz, que concorreu a outra vaga.

Segundo Trindade (2004, p. 124), a volta de Walfredo Gurgel à cena política “é típico de um vazio de poder das lideranças tradicionais”. Não devemos esquecer que o sacerdote abandonara a vida político-partidária, desde o início da década, quando fôra derrotado no pleito para a Câmara Federal. No retorno à vida pública, Walfredo foi efeito vice-governador (1960), senador (1962) e governador (1965). A sua escolha para concorrer a uma das duas vagas senatoriais em disputa e, depois, ao governo do estado deveram-se, segundo Aluizio Alves (2001), ao seu comportamento reto, à sua dignidade, sobriedade e competência políticas.

Durante dois anos presidindo a Assembleia Legislativa, como determinava a Constituição de 1946, manteve um alinhamento de absoluta sobriedade na luta em que, tentando libertar as finanças do estado das consequências do inventário que herdei, tive que travar permanentemente com a Assembleia Legislativa, onde éramos minoria até as eleições de 1962, com o Tribunal de Justiça e com o Tribunal de Contas, envolvidos nas paixões políticas.

Esse comportamento o fez meu candidato a senador, em 1962, e, em 1965, a governador.

Alves, 2001, p. 113

Para Walfredo Gurgel, a política era algo transitório, que não justificava a intriga e o ódio. O importante era conservar as amizades, porque elas, sim, deveriam ser duradouras. Por isso mesmo, o sacerdote e político governou dando lições de democracia, sobretudo na convivência civilizada com a oposição, numa época em que o estado estava dividido, entre os anos 1960-70, por paixões avassaladoras, como registra Bianor Medeiros, para quem a grande contribuição do seu governo foi a construção de um clima de paz, evitando qualquer tipo de antagonismo que pudesse gerar ódio.

Bianor Medeiros declarou que Monsenhor Walfredo Gurgel nunca cometeu ou permitiu uma violência, nem a mais leve injustiça contra os seus mais rancorosos adversários; com estes sempre foi de uma exemplar generosidade, quando os via em situação difícil. Sobrinho e auxiliar (foi Secretário de Fazenda) de Walfredo Gurgel, José Daniel Diniz (2016, p. 15–16) não esconde o envolvimento afetivo que tem com o personagem sobre o qual escreve:

Desde logo, é necessário esclarecer que o objetivo desta obra não é o de fazer uma louvação ao Monsenhor Walfredo Gurgel: é deixar um registro para as próximas gerações das muitas obras realizadas pelo seu governo, apesar das muitas dificuldades enfrentadas.

Dentro dessa linha, não vou apontar sua administração como a mais inteligente e brilhante das história do Rio Grande do Norte. (...) Todavia, os eventos aqui registrados autorizam a conclusão de que o governo por ele chefiado foi, até o presente momento, o mais operoso, pois destinou para despesas de investimento o mais elevado percentual do total de recursos estaduais disponíveis. Essas despesas de capital traduziram-se em muitas obras (...).

Em livro escrito sobre a história do PSD potiguar, Lauro Bezerra diz que o candidato do PSD ao governo do estado, em 1965, seria Theodorico Bezerra, conforme resultado tirado da convenção do partido em 1963. O governador Aluísio Alves apoiava o registro da candidatura do líder traiense, desde que ela “apresentasse as melhores condições para vencer as eleições de 1965”.

Quando a hora da escolha definitiva se aproximava, a conjuntura demonstrava que Theodorico não conseguia unir o partido. A Olavo Montenegro, que desde de 1963 considerava “inoportuno o registro da candidatura de Theodorico” (Bezerra, 2012, p. 138–145), juntaram-se outras lideranças pessedistas.

Para evitar a divisão do partido, que inviabilizaria a manutenção do posto governamental, Theodorico Bezerra, mostrando desprendimento, renunciou às suas pretensões ao governo, e os delegados escolheram, na convenção realizada em 29 de junho de 1965, monsenhor Walfredo Gurgel como o nome do PSD para concorrer ao governo do estado, tendo como vice petebista Clóvis Mota (Bezerra, 2012, p. 146).

Em 1965, numa campanha que opunha o “padre” ao “velho” (os slogans eram “É o padre” e “É o velho”), Walfredo Gurgel (O Padre) foi eleito gover-

nador do Rio Grande do Norte, com 151.349 votos contra 124.914 dados a Dinarte Mariz (“O velho”), numa campanha realizada ainda no alvorecer de um dos momentos mais radicalizados da política potiguar. Segundo Diniz (2016), “com poucas exceções, foram reproduzidos os resultados de cinco anos antes, quando Aluízio Alves era oposição.

Monsenhor Walfredo venceu onde Aluízio havia triunfado cinco anos antes; e perdeu onde Aluízio havia sido derrotado em 1960” (Diniz, 2016, p. 39). Mesmo assim, afiança Machado (2014), num quadro de radicalização política extrema, Walfredo Gurgel pacificou de certa forma os espíritos entre “os contendores e desafetos”.

O seu “governo não admitia perseguição a servidor que votasse contra o governo, punindo-o com transferência, conforme existira em passado recente. Os adversários frequentavam o palácio, inclusive o senador Dinarte Mariz, que tinha sido derrotado pelo monsenhor, na tentativa de voltar ao governo do estado” (Machado, 2014, p. 150).

O senador Dinarte Mariz visitava o governador Walfredo Gurgel, no início de 1968, segundo o jornalista Paulo Tarcísio Cavalcanti (2006), porque os principais grupos políticos do estado já olhavam a ainda distante eleição de 1970 com binóculos e, sendo assim buscavam “pontos de confluência nos projetos políticos de Aluízio Alves e de Dinarte Mariz”, então as duas maiores lideranças do Rio Grande do Norte e potenciais contendores na disputa pela governança estadual.

Ou, melhor, como registra o autor: “Se Aluízio queria ser candidato a governador, Dinarte estaria concluindo o mandato senatorial que conquistara em 62 e, portanto, precisava renová-lo”. O caso era tão dramático que correu a notícia de que seria realizado “um encontro secreto entre Aluízio e o principal herdeiro político de Dinarte na época, seu genro, o então deputado estadual Moacir Duarte.”

O tema voltou à baila às vésperas da convenção da Arena (em junho de 1968) que definiu os seus candidatos a prefeito na maioria dos municípios do estado, quando, novamente, foi “aventada a possibilidade de uma recomposição para 1970, na qual, além de Aluízio e Dinarte assegurarem suas respectivas pretensões (um se candidatar ao Governo e o outro a Senador), Moacir sairia candidato a deputado federal”.

Como a tentativa de abertura de canal direto entre os dois grandes líderes não se concretizou, o senador Dinarte Mariz solicitou audiência com o governador Walfredo Gurgel. No início de setembro, menos de um mês após a

reunião, o governador deu entrevista um importante jornal local “admitindo a existência de condições para um entendimento político como senador Dinarte Mariz” (Cavalcanti, 2006, p. 52–57).

José Daniel Diniz destaca que a aplicação substancial de recursos em investimentos durante o governo de Monsenhor Walfredo Gurgel (e também o de Aluizio Alves) gerou muitos empregos e rendas no estado. Para reforçar sua tese, afirma que durante os governo da Cruzada da Esperança (Aluizio e Walfredo), a população de Natal cresceu 65% e a do Rio Grande do Norte cresceu em 39,26%, atingindo os mais elevados índices entre todos os estados do Nordeste, o que significa que o Rio Grande do Norte teve, dentre todos os estados nordestinos, a maior capacidade de reter sua população dentro seus limites territoriais, contrariando a corrente migratória que existia naquela época em direção aos estados do Sul e Sudeste (Diniz, 2016, p. 16–17).

O autor catalogou 123 obras, mas supõe que houve muitas mais, difíceis de quantificar pela escassa divulgação sobre o Governo do Padre (Diniz, 2016, p. 103–151). E completa que não é exagero afirmar que em torno de 130, visto que conjuntos habitacionais foram construídos em Mossoró, Caicó e Currais Novos e não constam na relação dos projetos executados e inaugurados (Diniz, 2016, p. 21).

São muitos os textos (principalmente em jornais) que afirmar ter o governador Walfredo Gurgel assumido um estado endividado e que nos primeiros dois anos aplicou uma política de austeridade para colocar as contas em dia, tendo inviabilizado as realizações do governo. Registra Diniz (2016), no entanto, com a autoridade de quem tinha as chaves do cofre durante a gestão de Walfredo Gurgel, que

a dívida deixada pelo Governo Aluizio Alves não foi enorme, provavelmente não atingia 2% ou 3% (dois ou três por cento) do total atualmente devido pelo Estado. As dificuldades financeiras enfrentadas pelo Governo do Monsenhor nos seus dois primeiros anos decorreram de que a dívida deixada pelo governo anterior era toda de curto prazo, classificada como “Restos a Pagar” do exercício de 1965.

Diniz, 2016, p. 20–21

Além disso, a implantação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICM), fruto da reforma tributária feita pelo presidente Castelo Branco, impactou negativamente todos os estados. Nos meses iniciais de 1967, as recei-

tas do Rio Grande do Norte caíram acentuadamente (Diniz, 2016, p. 24–25). Ainda assim, com dívidas de curto prazo a vencer e queda nas receitas tributárias, o governo lançou 22 das 123 obras realizadas ao longo do quinquênio.

A primeira obra de repercussão foi a construção da ponte de concreto sobre o rio Potengi, em Igapó, inaugurada em 26 de setembro de 1970. Em seguida vieram a ponte de concreto sobre o rio Seridó, em Jardim do Seridó, e mais 25 pontes, totalizando 1.500 metros de extensão; a biblioteca pública Câmara Cascudo, em Natal; a energia da usina de Paulo Afonso para 63 comunidades urbanas—cinquenta e nove cidades e quatro sedes de distritos; a pavimentação de 160 km de rodovias (mais que dobrou a pavimentação das rodovias do estado); a ligação de Ponta Negra a Pirangi com pavimento de paralelepípedos; foram instaladas cinco estações de micro-ondas, que possibilitaram a integração ao sistema estadual de telecomunicações às cidades de Areia Branca, Ceará-Mirim, Macau, Martins e Pau dos Ferros; a realização maior, porém, foi a aquisição da Companhia de Força e Luz, que permitiu a expansão do serviço de telecomunicações em Natal, que com 200 mil habitantes tinha somente 2 mil linhas instaladas.

Criou ainda a Companhia de Fomento e Desenvolvimento (COFERN), logo depois transformada em Banco de Desenvolvimento (BDRN). Fortaleceu o BANNER elevando seu capital social e instalando novas agências em Macau, Caicó, Parelhas, Lajes e Ceará Mirim. Na educação, foram construídas 376 salas de aula, aumento em 50% nas matrículas das escolas primárias e em 100% nas secundárias.

Na saúde, sua principal obra foi o Hospital de Pronto Socorro de Natal, depois chamado de Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel. Criou a CAERN, aumentando a oferta de água em Natal de 34 milhões para 51 milhões de metros cúbicos, construiu uma adutora de 4.300 metros em Caicó, ligando o açude Itans à cidade, solicitou e conseguiu que a Petrobras perfurasse um poço, em Mossoró, posteriormente montado e equipado pelo governo (Poço Costa Cavalcanti). Construiu 3 mil casas populares, em algumas cidades, por meio da Fundação de Habitação Popular (Diniz, 2016, p. 103–151).

Após deixar o governo, realizou um retiro espiritual em Salvador, onde ficou hospedado na residência episcopal do cardeal D. Eugênio Sales, potiguar de nascimento, retornando a Natal, onde começou a organizar viagem à Europa, feita na companhia de amigos e familiares (Diniz, 2016, p. 161).

A viagem ao Velho Mundo durou 45 dias, começando em maior e encerrando em meados de junho, visitando vários países: Portugal, Alemanha, Es-

panha, Áustria, Inglaterra, etc. De volta a Natal, no dia 3 de outubro de 1971, Walfredo Gurgel sentia-se revigorado. Aos sábados, conforme Diniz (2016), alguns de seus ex-auxiliares iam à sua residência para animados bate-papo.

Em julho, quando foi a festa de Santana, em Caicó, começou a sentir dores no ombro, que persistiram até o início de agosto. Perdendo peso e abatido, foi aconselhado pelos amigos a procurar um médico. Em exame realizado no Instituto de Radiologia de Natal, em setembro, e analisado pelo seu ex-aluno Paulo Bezerra (Paulo Balá), foi constatado um tumor maligno no pulmão e lesões secundárias em outros órgãos.

Buscou alternativas no Rio de Janeiro, para onde viajou em 17 de outubro, mas o diagnóstico evidenciou não haver qualquer esperança. De volta a Natal, dia 24, viveu os últimos dias em sua casa, assistido pelo médico e amigo Genivaldo Barros, onde veio a falecer no dia 4 de novembro de 1971, exatamente duzentos e trinta e quatro dias após a transmissão do cargo de governador” (Diniz, 2016, p. 161–163), aos 63 anos de idade.

Referências

- ALVES, Aluizio. **O que eu não esqueci**. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2001.
- BEZERRA, Lauro Gonçalves. **O verdadeiro**: a história do PSD potiguar. Natal: Edição do Autor, 2012.
- CAVALCANTI, Paulo Tarcísio. **Aluizio Alves**: o despertador da esperança. Natal: Print, 2006.
- COSTA, Homero de Oliveira. **A Insurreição Comunista de 1935**: O Primeiro Ato da Tragédia. Natal: Cooperativa Cultural Universitária; São Paulo: Ensaio, 1995.
- DINIZ, José Daniel. **O governo do Monsenhor Walfredo Gurgel**. Natal: Edição do Autor, 2016.
- MACHADO, João Batista. **Os bastidores do poder**: memórias de um repórter. Natal: [s.n.], 2014.
- MACHADO, João Batista. **1960—Explosão de Paixão e Ódio**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1998.
- MEDEIROS, Bianor. **Uma biografia de Walfredo Gurgel**. Brasília: Senado Federal, 1976.
- MEDEIROS FILHO, João. **82 horas de subversão**: Intentona Comunista de 1935 no Rio Grande do Norte. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.
- TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. **Aluizio Alves**: populismo e modernização no Rio Grande do Norte. Natal: Sebo Vermelho, 2004.

Cortez Pereira

François Silvestre

Em 1924, o Brasil era uma vasta capitania dividida em sesmarias oligárquicas, dominadas pelo tacão de uma burguesia urbana nascente e sustentada pela força rural da agropecuária.

Senhores de terra, de gado e de engenhos. Feudalismo sucessor recente de um Império decaído, mas continuado nos mesmos privilégios e com os mesmos privilegiados.

Governava o Brasil, sob Estado de Sítio, o senhor Arthur Bernardes. De São Paulo, renovava-se o movimento tenentista, de 1922, com nova fisionomia de luta. Nasciam as colunas, sendo a mais famosa a comandada por Miguel Costa e Carlos Prestes.

Foi esse o cenário nacional do nascimento de José Cortez Pereira de Araújo, filho de Vivaldo Pereira e Olindina Cortez. Muito longe daquilo tudo. Currais Novos, berço de Cortez Pereira, era uma pequenina urbe perdida no meio da sequidão do Seridó.

A formação educacional deu-se nos moldes tradicionais da sua terra. De famílias religiosas, após o primário em Currais Novos, fez o curso secundário na Convento das Carmelitas, PE; graduando-se em Filosofia pela Universidade Católica do Recife. Posteriormente, formou-se em Direito, ainda em Pernambuco, tornando-se um renomado criminalista. Suas preleções na tribuna do Júri empolgavam jurados e assistentes.

Porém, Cortez Pereira não nascera para ser homem de atividade única. Multifacetado, pensador inquieto e, principalmente, homem de ação, Cortez não era um. Eram muitos. E todos vastos.

O advogado

Formado em filosofia, em 1959, só em 1952 diplomou-se em direito, também em Pernambuco. Já era então deputado estadual, eleito em 1950. Agregou às suas atividades a advocacia criminal.

E levou para essa seara o seu talento ímpar de orador fluente. É dele uma imagem belíssima do instituto da presunção de inocência, traduzida mais claramente no princípio do *in dubio pro reo*.

Era uma causa difícil, com poucas chances para a tese da defesa de negativa da autoria. Então ele cria uma imagem retórica comparando a certeza ao céu completamente azul, todo o céu, sem uma nesga sequer de nuvem, nada. E conclui, “se houver um pedacinho de nuvem, por menor que seja, a certeza não se configura, pois a configuração da dúvida não precisa ser vasta. Quem precisa ser completa é a certeza. Em não sendo, nasce a dúvida e onde há qualquer lampejo de dúvida, por mínimo que seja, não pode prevalecer a condenação”.

O professor

Sua cadeira, na cátedra, era denominada Iniciação à Ciência do Direito, cuja denominação imprópria foi depois corrigida para Iniciação ao Estudo do Direito.

Suas aulas eram um encanto. Vinculado por estudos e formação filosófica, seu trato com o Direito dava-se numa mistura constante com a filosofia. Um dos filósofos da sua preferência era Emanuel Kant, cujo imperativo categórico fazia-se presente em muitas explicações. Caso por exemplo da distinção entre o nômeneo e o fenômeno. Num a coisa na sua essência, nem sempre ou quase nunca conhecida. O nômeneo. Outra, a coisa como se apresenta, quase sempre ou nunca como realmente é. O fenômeno.

Quando ele assumiu uma diretoria no Banco do Nordeste, continuou a lecionar. Mas, envolvido com questões de economia e finanças do banco, empolgou-se tanto que acrescentou ao programa da matéria tópicos relativos a esses estudos. Tais como “as relações de trocas do Nordeste”.

Ao ser escolhido governador, pelo regime da Ditadura, deixou a cátedra. O professor Mucio Ribeiro, que já lecionava Teoria Geral do Estado, assumiu a cadeira de Introdução, reestabelecendo o programa original da matéria.

O político

Se foi dito que vinha Cortez de uma família de tradição religiosa, pode-se afirmar que na mesma dosagem havia tradição política. Agropecuária, política e religião: o triângulo seminal do Seridó.

Sua irmã, Maria do Céu, foi a primeira mulher eleita deputada estadual na história do Brasil. Quatorze anos mais velha, Maria do Céu exerceu influência natural sobre o irmão mais novo. Era uma mulher avançada, no tempo em que nem se falava em feminismo. Teve o seu mandato de deputada ceifado pelo golpe do Estado Novo.

Cortez pereira foi deputado estadual por três legislaturas, de 1950 a 1962, quando conclui seu último mandato para candidatar-se a suplente de Senador. Nessa condição, assumiu várias vezes a cadeira de Senador, com licenças ou impedimentos do titular, Dinarte Mariz.

Representou o Nordeste, na condição de deputado, num célebre encontro de Assembleias Legislativas ocorrido na capital gaúcha.

Na presença do governador Leonel Brizola, do presidente João Goulart e do premier Tancredo Neves, Cortez Pereira pronunciou um verdadeiro Libelo de acusação ao poder central e às discriminações sofridas pelo Nordeste ao longo e permanência dos anos. Foi interrompido por aplausos várias vezes.

O governador

O governo Cortez Pereira deu-se no período mais brutal da ditadura iniciada em 1964. O tempo mais escuro do que a opacidade do chumbo. E ele, filósofo e humanista, sabia disso. Não foi enganado nem traído pelo regime. Foi enganado e traído por auxiliares e correligionários antigos.

Pensou o Estado com visão de estadista, mas faltou-sagacidade política. De boa-fé, exemplos não faltam, confiou nos auxiliares de “confiança”.

Do meio para o fim do governo pipocaram inúmeras denúncias de desvios em vários órgãos da administração. E a oposição ostensiva que sofria desde o início do governo, muito por sua falta de habilidade em pavimentar terreno da aproximação, fartou-se na hora da desgraça. E os antigos aliados lhe deram as costas. Uns, omissos. Outros, por traição.

Houve um esquecimento combinado sobre os méritos do seu governo. Projetos que estimularam novas e consistentes atividades econômicas. Projeto Camarão, Projeto Serra do Mel, expansão de eletrificação rural e vários outros. A carcinicultura nunca havia tido um tratamento de natureza sustentável e promotora de empregos. O projeto das agrovilas serviu e serve de modelo.

Mas preferiram lembrar, para atingi-lo, as denúncias de malfeitos na administração. No departamento de estradas, na COSERN, no BANDERN, etc. Foi

uma enxurrada. Até suicídio de auxiliar houve.

Cercado pela fúria oposicionista de um lado e a traição de aliados do outro, ele viveu a solidão do desamparo.

Quando das eleições de 1974, para senador, o MDB venceu em quase todos os Estados. Quase todos. O programa televisivo eleitoral, no Estado de Pernambuco, influenciou todo o Nordeste. Mas o fenômeno foi nacional. Em Minas, um candidato neófito, Itamar Franco, derrotou as lideranças tradicionais. Em São Paulo, Orestes Quércia, desconhecido político campinense, derrotou o senador ex-ministro Carvalho Pinto.

E foi assim em todo canto. Até aqui. O que fizeram os ex-líderes de aliados de Cortez Pereira? Responsabilizaram-no pela derrota. Dinarte Mariz, ex-líder, de quem fora suplente, escreveu uma carta para Geisel culpando Cortez e o “desastre do seu governo”, pela derrota. Tarciso Maia, ex-aliado, num gesto de maledicência profissional, fez a cabeça de Geisel contra Cortez. Está no depoimento que o próprio Geisel prestou a uma jornalista, o qual virou livro.

O candidato ao senado, no Rio Grande do Norte, foi um ex-deputado, então no ostracismo, vivendo da profissão de caminhoneiro. Agenor Maria derrotou o deputado Djalma Marinho. Com a apoio do aluizismo, Agenor se mandou paras quebradas do sertão. Tomando pinga com agricultores e falando de algodão e praças das cacimbas.

Somando-se à repercussão da belíssima campanha de Pernambuco, sob o comando de Marcos Freire. Campanha acompanhada aqui pela televisão, com audiência incomparável.

Foram essas as causas da derrota de governo aqui. Causas que nada tiveram a ver com o governo Cortez. Mas Dinarte Mariz e Tarciso Maia precisavam explicar a derrota aos seus chefes lá de cima. E Cortez Pereira lhes serviu de expiador.

Apesar das circunstâncias do tempo, Cortez Pereira proveu um governo inovador e não deixou mácula histórica na sua condição de filósofo e humanista.

Foi governador sem legitimidade democrática, mas desincumbiu-se, pela inteligência e amor ao estado, da melhor maneira possível ao exercer o cargo. Dando como consequência benéfica de projetos e ações, para o futuro, às causas não dignificantes da investidura.

Tarcísio Maia

Tarcísio Gurgel

O Rio Grande do Norte conheceu, na segunda metade dos setenta do século passado, uma experiência político-administrativa conduzida por uma personalidade singular. Nomeado Governador do Estado por um dos últimos presidentes do período militar justamente aquele que decidiu enfrentar a chamada linha dura para facilitar o retorno à democracia, [o general Geisel, que, por incrível coincidência o conhecera ainda menino secundarista, na Paraíba] assumiu o poder a 15 de março de 1975, o paraibano de Catolé do Rocha, Tarcísio de Vasconcelos Maia.

Se não era potiguar de nascimento, nem estava na crista da onda das decisões políticas, Tarcísio Maia jamais se sentiu um estranho na terra potiguar, desde que aqui chegando abriu consultório de médico de crianças na cidade de Mossoró. E sempre ligado à antiga União Democrática Nacional, a UDN, onde dera os seus primeiros passos, jamais se afastara da política. Primeiro, ao apoiar a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes contra Getúlio Vargas e, depois, a de Dix-Sept Rosado, contra o esquema situacionista de José Varela.

Na década inicialmente mencionada, encontrava-se gerindo o ainda Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos (IPASE) e já havia alguns anos que não militava propriamente nas pugnas eleitorais. Alguns anos antes tentara o Senado e também retornar à Câmara Federal não logrando êxito, neste último caso tendo de contentar-se com uma segunda suplência. E sua escolha ao cargo de governador, seria facilitada, curiosamente, por um interminável confronto das duas Arenas: a verde e a vermelha, ambas lideradas por ex-governadores: a primeira, por Aluísio Alves; a segunda, pelo inimigo figadal deste, o também ex-governador Dinarte Mariz.

Embora sabidamente ligado a este último, mas tendo superado a retórica candente que marcara seus primeiros tempos da política, mantendo uma postura de urbanidade até para com adversários, Tarcísio Maia—que até então não era sequer cogitado como candidato preferencial de alguém—acabou se tornando o governador aceito por todos. O seu governo marcou-se por um

binômio, por ele próprio difundido e de grande atualidade: a não aceitação da improbidade e a promoção da Paz Pública.

E entre suas obras administrativas, contam-se iniciativas marcantes no âmbito do turismo com projetos grandiosos, como o da Via Costeira e da construção de hotéis; da expansão da malha rodoviária, com especial atenção à pavimentação das estradas vicinais; e da educação, com a construção de um número recorde de escolas. Mas o radicalismo voltaria a recrudescer adiante, pela escolha de sucessores da própria família: o também médico Lavoisier Maia, nomeado pelo último general e o engenheiro José Agripino, filho de Tarcísio, que logrou derrotar o ex-governador Aluísio que tentava retomar o poder no Estado, num pleito que lhe foi favorável pelo estabelecimento de artifícios patrocinados por uma cavilosa lei eleitoral.

Lavoisier Maia

José Antônio Spinelli

Lavoisier Maia Sobrinho¹, nascido em Almino Afonso (RN) em 9 de outubro de 1928, foi governador do Rio Grande do Norte (RN) de 15 de março de 1979 a 15 de março de 1983. Chegou a essa posição por nomeação do general Geisel, quarto presidente da ditadura militar.

Médico formado pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Lavoisier foi professor na Faculdade de Medicina e diretor da Maternidade Escola Januário Cicco, ambas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e exerceu a clínica médica em consultório particular.

Antes da sua indicação para o governo do Estado foi secretário de Saúde do Estado do Rio Grande do Norte durante o governo de seu primo e correligionário, Tarcísio de Vasconcelos Maia (1974/1979), igualmente nomeado pelo sistema autoritário.

Foi senador (1987/1995) eleito pelo Partido Democrático Social (PDS), tendo participado da elaboração da Constituição de 1988. Depois aderiu ao Partido Democrático Trabalhista (PDT). Elegeu-se duas vezes deputado federal pelo Partido da Frente Liberal [PFL] (1999/2007). Em 2003 filiou-se ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), em 2006 foi eleito deputado estadual (2007/2011) e ao final do mandato anunciou seu desligamento da vida pública.

Após exercer o cargo de governador biônico Lavoisier tentou por duas vezes voltar ao governo em eleições diretas. A primeira vez, em 1990, filiado ao PDT, rompido politicamente com a família e apoiado pelo grupo de Aluísio Alves, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), foi derrotado por José Agripino Maia (PFL) no segundo turno da eleição. Na segunda vez, em 1994, concorrendo ainda pelo PDT, perdeu para Garibaldi Alves Filho (PMDB) no primeiro turno.

Ao ter confirmada sua nomeação pelo Colégio Eleitoral reunido na Assembleia Legislativa do Estado em 1º de setembro de 1978, Lavoisier se posiciona como continuador da obra de Tarcísio Maia e salienta seu compromisso de consolidar o Acordo da Paz Pública (MAIA SOBRINHO, 1978), pelo qual os clãs

Alves e Maia selaram uma parceria política que reelegeria o empresário Jessé Freire, da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) ao Senado da República² e conduziria o próprio Lavoisier ao governo do Estado, tendo o ex-técnico da Sudene e agora usineiro de açúcar Geraldo Melo, indicado pelos Alves, como seu vice. O MDB [Movimento Democrático Brasileiro] potiguar entregou-se de pés e mãos atados por obra e graça do clã Alves. Se não havia sentido em concorrer à eleição indireta de governador num Colégio Eleitoral viciado pelas manipulações da ditadura, cabia ter registrado um voto ou manifestação de protesto e poderia ter disputado a única vaga em eleição direta para o Senado, mas preferiu entregar esse cargo à ARENA, frustrando as aspirações do eleito-rado que tinha franca orientação oposicionista como demonstrou na eleição de 1974.

Em seu discurso perante a Assembleia Legislativa, Lavoisier Maia anuncia seu apoio à agricultura como a meta principal do seu governo e assegura que dará continuidade “[...] aos programas de implantação de infraestrutura [...]” do governo Tarcísio Maia: “[...] durante o meu mandato se consolidarão os grandes projetos industriais que constituem os fundamentos do novo Rio Grande do Norte: fábrica de barrilha da Alcanorte, polo metalmeccânico e polo geoquímico [...]” (MAIA SOBRINHO, 1978).

Esse apoio a projetos de grande porte indicaria seu esforço para prosseguir na orientação desenvolvimentista do governo Tarcísio Maia e do governo federal tal como vem definida no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) do governo Geisel.

À frente do governo, Lavoisier nomeou seu primo (e filho de Tarcísio), o engenheiro José Agripino Maia, executivo de empresas privadas na área da construção civil, para a prefeitura de Natal, preparando-o para disputar o governo do Estado em 1982, que dessa vez seria em pleito direto.

A “Paz Pública” foi a resposta dos setores hegemônicos da elite política estadual às condições que a política de “abertura” do regime precisava para renovar os quadros políticos no contexto da liberalização, abrindo espaço para novos atores, portadores de um perfil técnico.

Os Maia também precisavam dessa renovação devido às suas origens enraizadas na elite tradicional, que, todavia, se modernizou e se atrelou à nova configuração do capitalismo multinacional-associado que vinha se consolidando desde a “era Kubitschek” e recebeu grande impulso do regime militar-empresarial-burocrático que emergiu do golpe de Estado de 1964.

Foi, então, montado um cenário com indicação de prefeitos jovens nas ca-

pitais (ocorreu em todo o país, mas particularmente no Nordeste), com perfil técnico, que contaram com forte aporte de generosas verbas federais para investir na área social, em particular na habitação popular.

Qual a novidade? Agripino, filho de Tarcísio e primo de Lavoisier era membro de uma família tradicional do Nordeste com origens nos sertões da Paraíba e do Rio Grande do Norte. O perfil técnico que portava não apagava essas origens “oligárquicas”, mas acrescentava a isso a aura da juventude e do empreendedorismo político turbinados por marketing eficiente.

Então usava-se um velho argumento, com roupagem nova, para permutar setores das elites por setores emergentes e dar a isso uma aparência de mudança efetiva, quando na verdade tratava-se de “mudar para não mudar”, o que acontece quando transformações políticas e/ou econômicas impõem a renegociação do pacto de poder com a formação de novas alianças.

Nesse caso, o maísmo (força emergente) fez aliança com o aluizismo (força tradicional) para marginalizar o dinartismo (força tradicional) e manter as forças populares “no seu lugar”, sem condições de interferir no jogo político. A aliança maísmo/aluizismo apoiava-se na força da facção “liberal” do regime autoritário, representada por Geisel/Golbery/Figueiredo, que conduziam a política de “distensão” ou de “transição lenta, gradual e segura” para um regime civil que não fosse antagonico aos militares³.

Geisel queria fazer suceder o regime militar por uma “democracia forte”, “à brasileira”, o que ocasionou o comentário irônico do advogado Heráclito Sobral Pinto: “não existe democracia à brasileira, existe peru à brasileira”.

Pode-se dizer também que, no caso específico, a velha oligarquia agrária, tão bem representada pelo senador e ex-governador Dinarte de Medeiros Mariz⁴ (1955–1960), cedia espaço à burguesia industrial-financeira incorporada como apêndice do grande capital das empresas multinacionais, que os Maia passavam a representar.

A Paz Pública marginalizou Dinarte definitivamente, reservando-lhe, entretanto, uma sinecura confortável como senador biônico fiel ao regime ditatorial, tão próximo das convicções antidemocráticas do velho político que acumulou capital econômico no comércio de algodão e nos idos da Revolução de 30 despontara como um crítico da oligarquia urbano-açucareira dos Maranhão. A História se repete, o mundo se move superando o velho, mas conservando-o...

Na maior parte do seu mandato como governador Lavoisier enfrentou os efeitos de duas secas consecutivas, uma enchente, invernos irregulares e pro-

longada crise econômica que se abateu sobre o país em 1981–1983 e estendeu seus efeitos pelo restante da década. Esse tempo ficou conhecido como a “década perdida” para as economias latino-americanas e brasileira em particular, com a emergência da crise internacional do petróleo, aumento exponencial da dívida externa brasileira, inflação alta e queda significativa do Produto Interno Bruto (PIB).

Todavia, no que diz respeito ao Nordeste, a ação da SUDENE fez diferença significativa: “Apesar da crise nacional que se processava na década de 1980, a região Nordeste obteve um significativo impulso industrial, em decorrência dos incentivos concedidos pela SUDENE através do FINOR” (OLIVEIRA et al, 2016, p. 77).

No governo, Lavoisier tomou iniciativas tanto na área da agricultura, como na infraestrutura e no setor industrial, visando incrementar ações que promovessem o desenvolvimento. Essas foram as prioridades elencadas pelo novo governante, ao lado de outra, que foi de dar dignidade ao povo potiguar.

Do ponto de vista político, o período de governo de Lavoisier Maia coincide com a continuidade do longo processo de retirada dos militares do poder (a chamada “transição lenta, gradual e segura”).

É, portanto, num quadro de retração econômica grave (1981–1983) e de liberalização política do sistema dominante, além da seca persistente e das enchentes, que Lavoisier Maia governa o Estado do Rio Grande do Norte. Em sua gestão foi iniciada e concluída a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, conhecida por Barragem do Açú, com capacidade para armazenar 2,4 bilhões de metros cúbicos de água, a Via Costeira e o Centro de Convenções. Todas essas obras foram inauguradas na gestão José Agripino.

Em sua última mensagem de governo, Lavoisier faz um balanço da gestão como um todo, abrangendo os quatro anos de administração. Aponta 1.500 obras relacionadas a açudagem; eletrificação de 4.058 propriedades rurais. Apoio à pequena irrigação e crédito rural (14 bilhões de cruzeiros), além de assistência a 22 cooperativas e extensão rural para atender cem mil famílias. Subsidiou a compra de 40 tratores, ampliou a extensão rural de 45 mil para 90 mil produtores e instalou 160 biodigestores para produção de energia alternativa (MAIA SOBRINHO, 1983).

Distribuiu seis mil títulos de propriedade e desapropriou 3.500 hectares de terras. Continuou projetos de colonização já instalados como o Projeto Serra do Mel⁵, o da Lagoa do Boqueirão e o Projeto Sertanejo, com foco no semiárido, apoiando 1.500 pequenos proprietários em sua convivência com

as peculiaridades do clima (MAIA SOBRINHO, 1983).

Para termos um contraponto a essa versão oficial, recorremos a uma publicação periódica fortemente crítica ao governo Lavoisier, a qual se apresentava como uma revista “para homens de negócios”.

No início da segunda metade do seu mandato a revista faz um balanço da administração Lavoisier Maia e aponta poucos projetos aprovados pela SUDENE “em relação aos vizinhos mais próximos”. Numa visão sumária da crise agrícola, mostra que houve perda de metade do rebanho de corte; dizimação do rebanho leiteiro; redução à metade da produção de feijão e milho e perda de 40% da safra de algodão.

Reconhece que, embora o governo não tenha ficado de “braços cruzados”, os efeitos conjugados das secas, enchentes e da crise econômica nacional paralisaram sua ação no suporte ao setor agrícola e no “aproveitamento dos recursos minerais” do solo estadual (SÁ; OLIVEIRA, 1981a, p. 7).

Na edição de abril de 1981 a revista adota um tom mais crítico e incisivo e expõe as propostas do empresariado local, os quais não poupam críticas aos governos federal (em particular ao ministro Delfim Netto e à sua política econômico-financeira) e estadual. A revista observa que as enchentes destruíram parcialmente as cidades de Santa Cruz e Campo Redondo.

Assinala que a infraestrutura de energia elétrica é vulnerável, dependente de uma única linha de transmissão de Paulo Afonso, tendo a enchente destruído 14 torres de aço. Aponta a necessidade de o Ministério do Interior investir na continuidade de uma linha alternativa, vindo pela Serra das Russas (CE) e alcançando o Oeste do Estado (SÁ; OLIVEIRA, 1981b, p. 11).

Em “A reação para o RN sobreviver à crise” a revista aponta que as “classes empresariais” do Estado criticam tanto a política financeira do ministro Delfim Netto como as políticas (ou falta delas) de incentivo ao desenvolvimento do governo estadual. Em relação ao governo federal a crítica é à centralização do planejamento em nível federal em detrimento do planejamento regional e das ações da SUDENE, levando a sobrepor prioridades nacionais sobre as prioridades estaduais e locais que nem sempre coincidem. Quanto ao governo estadual, eles apontam “fraqueza”, “timidez”, “acomodação” etc., e fazem comparações com outros Estados da região para enfatizar que seus governos são mais eficientes para incentivar o desenvolvimento e captar recursos (SÁ; OLIVEIRA, 1981b, p. 10).

Em outra matéria a revista transcreve documento entregue pelas lideranças empresariais do Estado ao ministro Delfim Netto, do Planejamento, em au-

diência conjunta com a presença da bancada federal do Rio Grande do Norte e do governador. No documento, os empresários⁶ apontam as perdas decorrentes da seca prolongada: a) a safra de algodão ficou reduzida a 30% da safra do ano de 1979; b) o efetivo do rebanho bovino decresceu em 55% em relação ao ano de 1977; c) o Estado passou a importar carne e leite da Bahia e de Alagoas; d) a agricultura de subsistência estava em colapso, com a disseminação da fome no interior.

Segundo os empresários, os programas para enfrentar as secas revelam-se improdutivos. O Banco do Brasil reduziu em 45% seus investimentos no Estado do RN devido à política de austeridade do governo federal. Solicitam flexibilidade para o caso do Rio Grande do Norte, com um aporte de 2 bilhões de cruzeiros pelo Banco do Brasil para financiamento da indústria e comércio e apoio financeiro para o custeio da colheita do sal (SÁ; OLIVEIRA, 1981b, p. 15).

Em meio à tempestade (secas, enchentes, recessão econômica) Lavoisier deu continuidade à maré desenvolvimentista que vinha modernizando o Rio Grande do Norte desde os anos 1960, inserindo-o na dinâmica do capitalismo moderno, burguês-industrial (pós-1930), que se consolidou na década de 1950 (dependente-associado) e no pós-1964 exacerbou seus traços de concentração de renda e exclusão política das classes populares pela ditadura militar.

Ao mesmo tempo, ao nível de sua economia interna, a indústria norte-rio-grandense puxou os setores agropecuário e de serviços, consolidando-se como polo hegemônico. A agricultura perdeu espaço devido à crise do algodão que não foi compensada pelas novas atividades emergentes, como a de fruticultura (OLIVEIRA et al, 2016, p. 69).

Num período aproximado de 40 anos a indústria e os serviços se constituíram nos setores mais dinâmicos da economia potiguar, ficando a agricultura em terceiro lugar. Buscar a industrialização como forma de modernizar foi a tônica dos governos Tarcísio/Lavoisier. Mas essa também era uma tendência inscrita no modo de acumulação capitalista que se impõe no país desde os anos 1930, acentuando-se em meados dos anos 1950 com a emergência do “modelo” dependente-associado de desenvolvimento (CARDOSO; FALETTO, 1970).

A modernidade veio, mas não superou as marcas do atraso, do subdesenvolvimento nem das desigualdades sociais. A economia estadual continuou pouco integrada, dependente das exportações de matérias-primas, com fraco impulso para o crescimento endógeno e uma distribuição de renda muito de-

sigual (OLIVEIRA et al, 2016, p. 72–73). E apesar dos esforços das gestões governamentais, tanto em nível federal como estadual “[...] não se logrou promover a modernidade industrial [...]” (FERNANDES, 2007, p. 129).

Para Oliveira et al (2016, p. 82), o saldo do largo período 1970–2016 aponta o Rio Grande do Norte como “[...] consumidor de bens finais, exportador de produtos primários e fornecedor de mão de obra barata e de baixa qualificação [...]”. É um diagnóstico contundente que abarca todo um período em que o Estado foi governado pelo mesmo consórcio de poder.

O governo Lavoisier Maia transcorreu sob o signo da transição controlada para a democracia, da crise econômica e da reforma partidária no contexto nacional, culminando nas eleições de 1982, na qual o governador fez seu sucessor em eleições diretas. Em nível estadual esses fenômenos interagiram com as particularidades e peculiaridades da sociedade civil, da sociedade política e da economia no espaço-tempo geográfico e cultural do ente federativo Rio Grande do Norte.

Nessa medida, aos percalços da crise econômica nacional somaram-se o atraso relativo da economia estadual e os efeitos dos desastres naturais (secas e enchentes) com retração severa da atividade econômica e queda da capacidade do governo estadual de induzir o desenvolvimento.

Alguma modernização houve, inegavelmente. A economia potiguar, ao longo desse período, passou a ocupar uma posição mais favorável no cenário regional. Entretanto, as marcas do subdesenvolvimento e de uma distribuição de renda extremamente desigual subsistiram⁷, caracterizando uma *modernidade sombria*.

Também é inegável que alguns avanços ocorreram. Na área da assistência médica, um médico em cada cidade, investimentos em saneamento e água tratada, regularização do pagamento dos funcionários públicos, assistência técnica aos agricultores pobres. Porém, é sabido, não na dose necessária para reverter a situação de pobreza e, portanto, não na medida suficiente para realizar aquele outro objetivo que o governador enunciou: “garantir dignidade ao nosso povo”.

Após três governos biônicos (Cortez, Tarcísio e Lavoisier) não parece ter havido uma percepção clara de que para combater efetivamente as secas em um Estado que tinha 80% do seu território no Polígono das Secas, seria necessário enfrentar a concentração da propriedade da terra e promover uma reforma agrária consistente, enfrentar o problema da falta de água com soluções técnicas locais, com distribuição de terras em larga escala (e não apenas

em projetos escolhidos a dedo), adoção de práticas cooperativistas, crédito e apoio técnico adaptados a cada mesorregião do Estado, além de autonomia decisória ao nível econômico para que os pequenos e médios produtores se empoderassem como sujeitos coletivos relevantes.

Também não foram capazes de perceber que a competição intrarregional os aprisionava numa condição de parceiros pobres num cenário de profundas desigualdades entre as regiões do país, com vantagens para o Sudeste/Sul mais desenvolvidos e os incapacitava de tirar todo o proveito que poderia advir de uma articulação coordenada com a (ainda) poderosa agência regional (SUDENE) para promover a modernização industrial, mesmo diante das tentativas de esvaziamento do órgão por parte do governo federal.

Todavia, no início de 1981 a engenharia política autoritária do “Acordo da Paz Pública”, fundamentada em leis de exceções, em coerção da vontade do eleitor e em manipulações da legislação para favorecer os candidatos governistas, revelou toda a sua fragilidade e naufragou diante da nova configuração do espectro partidário e da perspectiva das eleições diretas para o governo do Estado.

As articulações de candidaturas com vistas ao pleito já tornavam superado o acordo e demonstravam sua dependência dos humores da política federal. A partir desse momento, o maísmo e o aluizismo se colocavam em campos opostos tendo em vista as eleições de 1982.

A Paz Pública se desnudava como um projeto que acomodava pretensões de duas facções políticas de raiz familiar com objetivos de monopólio do poder, sem maiores compromissos com os valores democráticos e com a “justiça social” entendidos não apenas como arranjos formais, institucionais, mas como a prática da participação popular autônoma na formação da vontade política da sociedade.

Nesse sentido, a Paz Pública, com sua retórica falaciosa de “pacificação”, de “modernidade”, de “democracia” passa à História como o que realmente foi: mero acordo entre elites políticas, tendo o povo como figurante passivo.

Lavoisier Maia morreu aos 93 anos de idade, em sua casa em Natal, em 11 de outubro de 2021.

Notas

1. (p. 67) Grande parte das informações sobre Lavoisier Maia foram obtidas em CPDOC (2020).

2. (p. 68) Na eleição de 1978 houve a renovação de duas cadeiras no Senado, uma por voto direto, outra por voto indireto em virtude das mudanças introduzidas pelo “Pacote de Abril”, de 1977 (MOTTA, 2020), um conjunto de alterações legislativas impostas pelo presidente Geisel (que fechou o Congresso e utilizou o AI-5) para frear o crescimento das oposições. Com exceção do Rio de Janeiro (reduto do MDB *adesista*), todos os senadores indiretos foram “eleitos” pela ARENA. Na disputa por voto direto o MDB venceu em 8 Estados, incluídos os 3 maiores eleitorados do País (SP, RJ e MG). No RN o então senador Dinarte Mariz teve seu mandato renovado pelo voto indireto. A terceira cadeira era ocupada por Agenor Maria (MDB), eleito em 1974, com mandato até 1982.
3. (p. 69) Daí a marginalização do Dr. Ulysses [Guimarães], líder do MDB, um liberal mais sensível às reivindicações populares, e o apoio dado a Tancredo Neves, um liberal-conservador, tido como moderado e mais aberto ao diálogo com os militares.
4. (p. 69) Mariz era o chefe estadual da União Democrática Nacional (UDN), alinhado com Magalhães Pinto e Carlos Lacerda.
5. (p. 70) Implantado em 1972 no governo Cortez Pereira (1970–1974) para cultivar e industrializar o caju em bases cooperativistas e vender para os mercados externo e interno, situado entre os rios Mossoró e Açu, na confluência do sertão com o litoral (figuração real do sonho lírico do encontro do sertão com o mar).
6. (p. 72) Houve mobilização da Associação Comercial, Clube de Diretores Lojistas e Federação das Indústrias (FIERN).
7. (p. 73) Em 1979/80, em Natal, as principais causas de mortes foram “doenças infecciosas e parasitárias”, quadro típico de pobreza absoluta e subdesenvolvimento (IBGE, 1983, p. 198)—o que dizer mais das preocupações do II PND de Geisel com o “desenvolvimento social” e dessa “Paz Pública” que pretendia trazer a modernidade para as terras dos potiguares?

José Agripino

David de Medeiros Leite

José Agripino Maia nasceu aos 23 de maio de 1945, em Mossoró-RN. Quando do seu nascimento, Tarcísio Maia, seu pai, exercia atividades médicas nesse município e já atuava politicamente na UDN local, grupo político liderado pelo também médico Duarte Filho.

Na referida cidade, José Agripino estudou o curso primário no Colégio Dom Bosco. À época, para ascender ao ginásio, fazia-se o “exame de admissão”. José Agripino que sempre passava férias escolares em Salvador (BA), por ali residir seus avós maternos, fez o mencionado Exame na capital baiana, sendo aprovado e vindo cursar o ginásio no Colégio Marista, em Natal (RN). Estudou três anos nesse colégio, destacou-se com notas excepcionais.

Por causa da atividade política do pai (em 1958, Tarcísio Maia se elegeu deputado federal e, por conseguinte, muda-se com a família para o Rio de Janeiro), José Agripino, a partir de 1959, passou a residir no Rio de Janeiro, estudando no Colégio Andrews e formando-se em Engenharia Civil pela antiga Universidade do Estado da Guanabara, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 1967.

Vida profissional

José Agripino retorna a Mossoró para iniciar suas atividades profissionais. Em um primeiro momento, trabalha na Mossoró Agro-industrial S/A (MAISA). E, considerando sua formação em engenharia civil, migra para Empresa Industrial Técnica S/A (EIT) que pertencia ao mesmo grupo empresarial. De engenheiro responsável por obras na região Oeste do RN, José Agripino foi alçado à Direção Regional da EIT, com sede em Recife (PE).

Após o período em Recife, José Agripino é convidado para dirigir outra empresa do grupo: a Companhia Industrial Técnica (CIT), no Estado do Maranhão, que era especializada no processo de extração e beneficiamento da

amêndoa do coco babaçu, segmento de muita importância econômica para o Maranhão e outros estados vizinhos.

Prefeito de Natal: início da vida pública

Em 1979, Lavoisier Maia foi escolhido governador e, durante o período militar, como não havia eleições para prefeito das capitais, cabia aos governadores a incumbência de nomeá-los. O escritor João Batista Machado, em seu livro *Perfil da República no Rio Grande do Norte (1889-2003)*, relata como surgiu o convite para José Agripino ser prefeito de Natal:

O então governador Lavoisier Maia queria um filho do ex-governador Tarcísio Maia na sua equipe de governo. Conhecia bem a capacidade dos dois: o diplomata Oto Agripino Maia e o seu compadre, o engenheiro José Agripino. Oto rejeitou o convite em nome da sua carreira diplomática, na qual chegaria, tempo depois, a ser um dos mais moços embaixadores do Brasil. A opção foi por José Agripino. Lavoisier queria Oto para secretário de planejamento. A escolha ficou com José Agripino, nomeado prefeito de Natal.

Agripino deixou a direção de uma empresa privada no Maranhão, ligada ao grupo da Empresa Industrial Técnica—EIT, para atender ao convite do compadre e amigo. Na prefeitura, começou inovando e criando uma nova maneira de fazer política, visitando o povo nos bairros. Em vez de as lideranças visitarem o prefeito em seu gabinete para fazer suas reivindicações, ele é que se dirigia aos bairros para conversar com o povo, evitando os intermediários. A partir daí, nasceram as chamadas associações de bairros que congregam até hoje as lideranças comunitárias.

Quando do Regime Militar, em 1964, foi instituído o sistema bipartidário, com a promulgação do AI-2, em 1965, surgindo dois partidos: a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), que apoiava o Regime Militar; e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido de oposição ao referido Regime. O pluripartidarismo foi restituído através da Lei Federal n. 6.767, de 20 de dezembro de 1979.

As articulações no Rio Grande do Norte, na composição do novo quadro partidário, refletiam, quase que totalmente, o panorama nacional. O PDS

(Partido Democrático Social) tornou-se sucedâneo da ARENA, como o PMDB em relação ao MDB. A novidade foi o grupo político do ex-governador Aluísio Alves ter se filiado ao PP (Partido Popular), liderado nacionalmente pelos mineiros Magalhães Pinto e Tancredo Neves, sendo que este partido teve vida efêmera e, em 1981, houve a incorporação do PP ao PMDB.

Os partidos também articulavam os diretórios estaduais de suas agremiações, considerando a perspectiva das eleições diretas para o governo em 1982. O PT (Partido dos Trabalhadores) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) apresentaram, respectivamente, como candidatos ao governo os nomes de Rubens Lemos e Vicente Cabral de Brito. Sendo que a disputa principal foi protagonizada entre José Agripino (PDS) e Aluísio Alves (PMDB).

Em relação ao PMDB, não houve maiores problemas em definir o nome do seu candidato ao governo. No PDS, houve marchas e contramarchas, até chegarem ao nome de José Agripino. Ocorreu que, internamente, surgiu um grupo que não desejava um “terceiro Maia” no governo do estado.

O senador Dinarte Mariz reuniu em sua fazenda Solidão, outros expoentes do PDS, como o vice-governador Geraldo Melo, os deputados federais Vingt Rosado e Wanderley Mariz, formando o que denominaram de “Pacto da Solidão”, cujo objetivo era justamente buscar outro nome para ser o candidato do PDS que não fosse o de José Agripino.

O “Pacto da Solidão” foi desfeito, quando o senador Dinarte Mariz, dizendo-se motivado por pesquisas, anunciou seu apoio a José Agripino, acrescentando que tais pesquisas o apontavam em condições de derrotar o ex-governador Aluísio Alves.

O vice-governador Geraldo Melo renunciou ao cargo e foi apoiar a candidatura de Aluísio. Já o deputado Vingt Rosado, permaneceu no PDS, mas resolveu não votar no candidato José Agripino, optando pelo chamado “voto camarão”, ou seja, diante do casuísmo criado para aquela eleição, que obrigava o eleitor a votar nos candidatos de vereador a governador somente de um partido, sob pena de nulidade do voto, o grupo do deputado Vingt Rosado passou a defender o voto em branco para governador, “cortando a cabeça” (por isso a analogia com o crustáceo), para favorecer o candidato do PMDB.

O chamado “voto camarão” teve maior expressão na cidade de Mossoró, onde o grupo do deputado Vingt Rosado exercia considerável influência. E o desenrolar da campanha no segundo colégio eleitoral do estado foi atípico. No PDS, o candidato a prefeito com maior densidade eleitoral era Dix-Huit Rosado, irmão de Vingt.

No PMDB, Aluízio Alves tinha um candidato, professor João Batista Xavier, que emulava com o candidato do PDS. O grupo liderado por José Agripino, para formar um palanque naquele importante reduto eleitoral, recorreu ao instrumento da sublegenda, apresentando, também no PDS, a candidatura do jornalista Canindé Queiroz a prefeito de Mossoró. Candidatura que “cumpriu” com a missão, ficando em terceira posição na disputa municipal.

Portanto, em 1982, José Agripino é eleito governador do Rio Grande do Norte com 57,58% dos votos, derrotando Aluízio Alves com uma maioria superior a 100 mil votos.

Primeiro governo (1983–1991)

Por outra vez recorremos ao livro *Perfil da República no Rio Grande do Norte (1889–2003)*, do escritor João Batista Machado, que assim sintetiza o primeiro governo de José Agripino:

No governo, fez uma gestão elogiada até mesmo pelos adversários. Construiu 1200 quilômetros de asfalto uma Rio-Bahia dentro do RN—e mais de 1000 salas-de-aula; entrou no campo com o projeto “curral” para atender aos pecuaristas carentes; chegou à periferia das cidades com o projeto “crescer”, expandiu o turismo consolidando o pólo da Via Costeira, com a construção de vários hotéis, que se tornou ponto de referência turística do Rio Grande do Norte; construiu hospitais regionais; implementou a irrigação, a perfuração de poços, construção de açudes, pontes e obras d’arte.

No panorama nacional, José Agripino participou da dissidência do Partido Democrático Social (PDS), por conta das articulações que culminaram com a eleição de Tancredo Neves à presidência da República, após vinte e um anos do Golpe Militar de 1964; resultando daí, em 1985, o surgimento do Partido da Frente Liberal (PFL).

José Agripino disputou todas as eleições seguintes pela referida agremiação, com um detalhe que, em 2010, houve alteração no nome do partido, passando a denominar-se Democratas (DEM). Antes da conclusão do mandato de governador, desincompatibilizou-se para disputar uma vaga ao Senado, nas eleições de 1986, obtendo êxito, ao lado de Lavoisier Maia (PDS).

O candidato a governador, João Faustino, também do PFL, perdeu para o PMDB de Geraldo Melo. Foi a famosa chapa "João, Lavô e Jajá". João Faustino, Lavô, de Lavoisier e Jajá, do próprio José Agripino. No primeiro mandato de senador, atuou como presidente da Comissão Mista que elaborou o Código de Defesa do Consumidor.

Segundo governo (1991–1994)

Nas eleições de 1990, quatro candidatos disputaram o governo do Rio Grande do Norte: José Agripino (PDS); Lavoisier Maia (PDT); Salomão Gurgel (PT) e Ana Catarina Alves (PTR). Como resultado do primeiro turno, Agripino atingiu 48,11% dos votos, contra 39,40% obtidos por Lavoisier, acarretando em um segundo turno, no qual Agripino vence com uma margem bem menor daquela obtida em 1982: maioria de 43 mil votos.

Uma circunstância também comparativa entre as duas campanhas ao governo (1982 e 1990): o publicitário Cassiano Arruda Câmara comandou o marketing da primeira eleição de José Agripino e, também, do primeiro turno da segunda. Sendo que, para o segundo turno da eleição de 1990, o comando do marketing foi entregue a dois profissionais com atuação nacional: Geraldo Walter e Ricardo Noblat.

Em relação ao segundo governo, José Agripino declarou que administrou basicamente com recursos próprios do Estado, evidenciando que houve significativa diferença em relação à primeira gestão, no tocante aos repasses de verbas federais.

Como ocorreu no primeiro mandato de governador, Agripino também não conclui o segundo, pois se candidatou ao Senado, em 1994, tendo sido eleito novamente.

Eleições de 1998, 2002, 2010 e 2018

José Agripino disputa pela terceira vez o governo do estado, em 1998, porém é derrotado, ainda em primeiro turno, por Garibaldi Alves Filho. Reelege-se senador em 2002, torna-se líder do PFL, que, conforme já evidenciado, passou a ser denominado DEM. Foi reeleito senador, nas eleições de 2010, quando obteve 958.891 votos, o correspondente a 32,23% dos votos válidos.

Nas eleições de 2018, José Agripino foi candidato a deputado federal pelo DEM, mas não conseguiu ser eleito, ficando na segunda suplência de sua Coligação.

Enfim, o mossoroense José Agripino conseguiu, como poucos em nosso Estado, superar os limites da política provinciana, tornando-se um atuante congressista e um político de visibilidade nacional. Alguns analistas locais atribuem sua última derrota nas urnas a tais “expansões nacionais”. Contudo, tal “julgamento” caberá à história.

Radir Pereira

Walclei de Araújo Azevedo

No longínquo ano de 1919, o mundo padecia destroçado pela Grande Guerra (1914–1918). As conseqüências daquele conflito devastador, eram sentidas em todos os cantos. No sertão do Seridó, as tristezas da seca já se faziam presentes. Como na guerra, a seca, destrói tudo em seu entorno, apenas os fortes sobrevivem. A seca para o sertanejo é, de fato, um martírio secular.

Em meio às adversidades daquele início de século e justificando o adágio popular que diz: *A vida e a morte caminham juntas*, nascia na pequenina Currais Novos, coração do Seridó, no dia 5 de abril de 1919, um menino que se chamaria Radir, Radir Pereira de Araújo, filho do casal, Aproniano Pereira de Araújo e Maria Augusta Pereira.

Na sua genética, carregava a marca fértil dos Araújo, provando aquilo que nos ensinou, o historiador caicoense, Olavo de Medeiros Filho: *Raro é o seridoense que não tem sangue de Araújo*. O menino que nasceu em um contexto de incertezas, cresceu forte e destemido, marcando com muita coragem e determinação, a história econômica e política do Rio Grande do Norte, justificando assim a significativa observação de Euclides da Cunha: *O sertanejo é antes de tudo um forte*.

Como todo garoto de sua época, Radir teve uma infância tranquila, em meio a um ambiente familiar sólido, tradicional e patriarcal, condizente com a estrutura familiar sertaneja do início do século XX.

Acordar cedo, brincar livre pela rua, mas com horário determinado pela mãe para voltar para casa, estudar, buscando conhecer os segredos fascinantes das letras e dos números, respeitar a fé cristã e ouvir com atenção os conselhos experientes dos mais velhos.

Filho de comerciante, logo a inclinação para os negócios, iria se fazer presente na vida do jovem Radir. Aos doze anos de idade, Radir já trabalhava com o pai e os irmãos, na retaguarda dos negócios e aos dezesseis anos tornava-se sócio da firma, Aproniano Pereira & Filhos. Tempos depois, a firma se tornaria sólida, conhecida como a Sertaneja. A história de Radir, de seu pai e da

firma, estão entrelaçadas, formando uma só história de trabalho, dedicação e sucesso.

A história de sucesso da Sertaneja, começou em 1912, a partir da amizade entre o rico fazendeiro, Ladislau Galvão e Aproniano Pereira, pai de Radir. Foi aberto um estabelecimento comercial na Praça Cristo Rei, cuja razão social era, Ladislau Galvão & Cia. O fazendeiro, entrou com o capital e Aproniano Pereira, com apenas 23 anos de idade com o trabalho.

Em setembro de 1912, com a aprovação de aditivo legal, a razão social da firma já era “A Sertaneja”, de Ladislau Galvão & Cia. Havia, ainda, um terceiro sócio: José Leônidas, filho de Ladislau. Oito anos depois, entravam mais dois sócios—Joventino Pereira e Francisco Gomes de Assis.

O ambiente da firma era fraterno e todas as decisões eram tomadas de comum acordo. Em 1921, Francisco deixava a sociedade, e em 1925 era a vez de José Leônidas. Em 1932, o patrono Ladislau Galvão, juntamente com Joventino, decidiam retirar-se, dando oportunidade a Aproniano para que o mesmo reorganizasse a estrutura social da firma, admitindo seus filhos Rodolfo e Rosildo como sócios e passando a razão social para “Aproniano Pereira & Filhos”.

Na retaguarda dos negócios, estava, o pequeno Radir, com 12 anos de idade. O menino ajudava no que fosse preciso, deixando claro para o pai e os irmãos, sua aptidão para o comércio.

Como a vida é também feita de dissabores, em 1935, a família Pereira de Araújo, sofre um golpe com a morte prematura de Rosildo. Pouco mais de um ano depois, o outro irmão, Rodolfo, precisou se afastar dos negócios da família, pois optou por ingressar na faculdade de Direito no Recife. Eis que surge a oportunidade do jovem Radir, com apenas 16 anos, tornar-se sócio da firma com o pai.

O jovem Radir, abraçou a oportunidade com afinco, tendo na figura do pai um exemplo a ser seguido. O velho Aproniano, percebendo a empolgação e destreza do filho para os negócios, o enviou para Natal, a fim de estudar contabilidade, com o renomado professor, Severino Bezerra. Nesse ínterim, Radir já trabalhava, efetuando compras para “A Sertaneja”, em Alves de Brito & Cia. e em João Galvão & Cia., os dois maiores atacadistas de Natal daquela época.

Tendo finalizado o curso, o jovem Radir volta para o Seridó para aplicar na firma, os conhecimentos adquiridos. Para driblar a grande concorrência, assume a função de mascate, vendendo pelas fazendas da região.

Arrumava as mercadorias na carroceria de um caminhão e partia pelas

estradas poeirentas da zona rural em busca dos sítios e fazendas, onde aos poucos conquistava uma clientela fiel. Quando não tinha vaga na boleia do caminhão, se arranjava na carroceria, enfrentando as adversidades daquele sertão profundo.

Curiosamente, os clientes pagavam com os lucros oriundos da safra, naquela época, havia um forte compromisso com a palavra empenhada no ato da compra. Uma prática que infelizmente vem se perdendo em meio ao imediatismo da modernidade...

Em 1940, Radir adquire uma caminhonete, alcançando assim um certo conforto na sua empreitada. Como o transporte, naquela época, era um obstáculo a ser superado, o pai de Radir, buscava ajuda do fretista, João Cândido que transportava as mercadorias, compradas no Recife até Currais Novos em lombos de burros. Apesar da lentidão, as mercadorias chegavam no seu destino a contento.

Em 1942, em plena Segunda Guerra Mundial, Radir, vai servir ao exército, tendo uma visão ampliada das coisas, resolve não se apresentar em Natal, decide por conhecer outras paragens e se apresenta no Regimento Sampaio no Rio de Janeiro.

A mente aberta para o novo, era uma marca da personalidade de Radir Pereira. E foi no Rio de Janeiro que aquele jovem do sertão do Seridó, ampliou seus conhecimentos, o aguerrido mascate, descobre outras aptidões que no futuro, elevariam seu nome a um status de homem público, conhecido além das fronteiras do seu sertão.

Na então Capital Federal, o jovem Radir dividia um apartamento com um rapaz chamado William Arruda, integrante da UNE e foi a partir dessa amizade, que Radir, descobriu sua aptidão para a política, participando de aca-lourados comícios, organizados pela UNE a fim de pressionar o governo Vargas para apoiar as Forças Aliadas contra o Eixo, na Segunda Guerra Mundial (1939–1945).

Sempre que tinha oportunidade, Radir, fazia discursos pertinentes em prol da causa, ganhando adeptos. Naqueles tempos conturbados de guerra, a semente da política começou a germinar em Radir Pereira.

Além do comércio e da política, o jovem Radir, era seduzido pelo futebol, na sua juventude em Currais Novos, fundou o time, Humaitá Futebol Clube, ocupando a posição de meia direita de respeito. Foi também um abecedista ferrenho, sem ser radical.

Quando enamorou-se da jovem, Alda Ramalho, percebeu que chegara a

hora de formar uma família e decidiu dividir com ela o seu viver, formando uma família com os valores que foi educado. Desse casamento, nasceram quatro filhas: Aldair, Aldanira, Alda e Aldanisa.

Da experiência juvenil na UNE, surgiu o desejo de enveredar pela política, foi eleito vereador em Currais Novos, sua terra natal, a partir daí começou a percorrer os caminhos, nem sempre ortodoxos da política, sem nunca esquecer sua condição de comerciante comprometido, nunca misturou política com negócios. Uma façanha que só os fortes conseguem...

Em 1958, no auge do governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek e filiado ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), foi eleito deputado estadual. Assumindo sua cadeira na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, em fevereiro do ano seguinte, foi reeleito no pleito de outubro de 1962, iniciando novo período legislativo em fevereiro de 1963.

Com o clima de instabilidade política e social, que culminou no golpe civil-militar de 1964, apeando do poder o presidente João Goulart (1961–1964), e pondo fim a um período democrático e populista da república brasileira, Radir Pereira, apoiou a ação militar, deixando o PTB. Com a instauração do Ato Institucional n. 2, que estabeleceu o bipartidarismo Radir, filiou-se a ARENA (Aliança Renovadora Nacional).

Em cuja legenda, foi eleito mais uma vez deputado estadual em 1966. Iniciando novo período legislativo em fevereiro de 1967, permaneceu na Assembleia potiguar até o fim de janeiro de 1971, quando se encerrou a legislatura, pois não concorreu a mais um mandato nas eleições de novembro do ano anterior.

Quando decidiu deixar definitivamente, o Poder Legislativo, voltou-se para um aspecto da sua vida que sempre lhe motivou—o comércio. Tornou-se, principal acionista da empresa A Sertaneja, que vivia o seu auge, ultrapassando as fronteiras do Rio Grande do Norte, com filiais no vizinho estado da Paraíba. Como ele mesmo dizia, o sucesso da empresa, se devia principalmente às relações de amizade e tranquilidade que sempre fizeram parte do seu viver.

Em 1979, com o fim do bipartidarismo e o início da reformulação partidária, filiou-se ao PDS (Partido Democrático Social), aceitando o convite para concorrer ao cargo de vice-governador do Rio Grande do Norte, com o jovem político José Agripino Maia encabeçando a chapa que iria concorrer na campanha de 1982, com o veterano político, Aluizio Alves.

Mais uma vez, Radir Pereira, não fugia aos desafios que se apresentavam

na sua vida. Vitorioso, foi a voz da experiência e da moderação no novo governo. Exerceu a função de vice-governador, até 1986, quando José Agripino, afastou-se para concorrer uma vaga no Senado Federal e participar da Constituinte.

Radir, assumiu as rédeas do governo do Rio Grande do Norte e nos dez meses de mandato, realizou obras significativas: pôs em funcionamento o Hospital Tancredo Neves, em Mossoró, democratizou o Projeto Curral, levando o gado às pequenas propriedades, já que a pecuária era quase um monopólio dos grandes latifundiários, e estadualizou a Universidade Regional, cujo campus avançado de Currais Novos, sua cidade natal, leva o seu nome.

Permaneceu no governo do estado até março de 1987, quando assumiu o novo chefe do Executivo estadual Geraldo Melo. A partir de então, não mais concorreu a qualquer cargo público.

Foi ainda filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e ao Partido da Frente Liberal (PFL).

Com sua costumeira calma e moderação, percebeu que chegara o momento de se afastar da política, era hora de cuidar definitivamente de sua vida pessoal e do empreendimento que tanto se identificava. O sertanejo do Seridó, iria descortinar o mundo, buscando aprendizados que pudesse aplicar no seu projeto de uma vida toda—A sertaneja.

Radir Pereira, se afastou definitivamente da vida pública, tendo consolidado sua empresa. O fato de nunca ter misturado política com os negócios, fortaleceu seu empreendimento, elevando A Sertaneja ao status de maior loja de eletrodomésticos do Rio Grande do Norte e Radir Pereira, um nome de sucesso, no ramo empresarial do estado.

A fortaleza que emana dos sertanejos de fibra, como Radir Pereira, materializou-se naquele pequeno empreendimento que nasceu no início do século XX, na praça Cristo Rei, 18, em Currais Novos-RN.

Em meio aos festejos juninos, tão significativos para o sertão do Nordeste, Radir Pereira de Araújo, partiu para a eternidade no dia 7 de junho de 2000, a bordo de algum caminhão ou caminhonete de mascates para ensinar como um mascate consegue superar as dificuldades do ofício e vencer. Deixou para as gerações futuras um legado de trabalho, honradez, determinação e moderação.

Geraldo Melo

Vicente Serejo

Quando o empresário Geraldo Melo tomou posse, naquele fim de tarde do dia 15 de março do ano de 1987, e deixou o Teatro Alberto Maranhão na direção do Palácio Potengi para receber o cargo de governador das mãos de outro empresário, Radir Pereira, a grande distância não era física, entre as praças Augusto Severo, na Ribeira, e 7 de setembro, na Cidade Alta. Do Teatro ao Palácio, a caminhada exigiu doze anos. Era o fim do longo tempo de dominação política chefiado pela mão de ferro do estrategista Tarcísio Maia.

O Rio Grande do Norte experimentava três governos da família, composta de um pai, um primo e um filho, nessa ordem. A mais demorada e bem estruturada hegemonia política depois da oligarquia Albuquerque Maranhão, há um século, iniciada na Proclamação da República, sob a liderança de Pedro Velho. Se o coronelismo político fizera vários governos, mesmo depois da renovadora Revolução de 1930, nunca tantos e de uma mesma família política foram tão fortes e o último deles pelo voto direto, reinaugurando a vida republicana.

Forjado no calor da luta de sessenta, onde tem sua gênese política, Geraldo chegou ao poder político do Rio Grande do Norte conhecendo bem as suas entranhas. Lutara ao lado de Aluísio Alves, concebera e presidira o Conselho Estadual de Desenvolvimento, órgão fundador da moderna cultura de planejamento governamental; dera forma às empresas de economia mista garantidoras da execução das ideias ousadas do governador Aluísio Alves.

Quando faltava pouco mais de um ano para o governo encerrar, Geraldo rompe as amarras políticas com Aluísio e vai para a atividade privada. Funda a Adiplan, empresa de assessoramento na área de desenvolvimento econômico, a mais importante do Nordeste e uma das mais vitoriosas no Brasil, com o sentido estratégico que até então não fazia parte das ações públicas e privadas na economia nordestina. A atuação junto à Sudene projeta a Adiplan que chega a ter uma equipe de sessenta planejadores de alta qualificação técnica e realizadora do primeiro consórcio internacional, com sede em Londres,

onde atuou por cerca de quinze anos no maior levantamento realizado sobre a economia da pesca no Nordeste.

As raízes da sua gênese

A infância de Geraldo Melo em nada difere da infância dos meninos de sua época, do ponto de vista da formação intelectual. Aluno do Marista, cursou o primário, o ginásio e o científico, mas acabou fascinado pelo jornalismo. Com vinte e cinco anos, ele que nasceu em 1935, em Campo Grande, já era o redator-chefe da Tribuna do Norte, como atesta sua carteira de jornalista, assinada em 1955, cinco anos depois da fundação da Tribuna do Norte.

A precocidade de Geraldo Melo antecipou etapas de uma vida que, provinciana, ungia aquele jovem rapaz de todas as qualidades que no seu tempo eram indispensáveis para a política e o poder. Redator e orador, com todos os traços de um animal político cerebral, ali estava alguém com argúcia e censo estratégico que logo lhe credenciariam a reservar seu espaço entre as raposas das artes e artimanhas. Nascia com a têmpera da luta.

Bem antes de eleito governador, Aluízio incentiva Geraldo Melo a disputar uma vaga no processo de seleção do curso da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, CEPAL, a maior instituição formadora de quadros técnicos do continente latino-americano. Geraldo estava pronto para dominar os meandros pouco comuns da economia, mas principalmente para fundar e liderar uma revolução técnica na preparação de novos quadros.

A revolução pela técnica

Foi de suas conversas com Aluízio Alves, o jovem e recém-eleito governador que, por sua vez, acabara de promover uma revolução pelo voto ao derrotar o poder político de Dinarte Mariz, que surgiu a ideia de criar no Estado, sob a forte égide de prestígio do próprio governo estadual, a nova instituição—com liberdade de planejar e executar—e capaz de alavancar o Estado promovendo a modernização de sua economia e torná-la competitiva.

Geraldo sabia que não poderia colidir com os secretários de estado, junto a quem as ideias seriam levadas em forma de projeto com identificação de fontes financiadoras; e que era preciso um novo órgão que, não sendo secretaria de estado a competir com as demais, precisaria de força coordenadora, com status superior, para pensar, assessorar e garantir não o cansado plano

de metas—seria repetir o convencional—mas um programa de ações práticas e fomentadoras do desenvolvimento que o Estado não conhecia a linguagem técnica.

O Rio Grande do Norte, naquele início de 1961, não tinha, institucionalmente, nada que pudesse garantir ações efetivas nas áreas de saúde, educação, segurança, água, energia, telefone e habitação, para citar os principais. O governador Aluizio Alves discutia cada uma das metas, como transformá-las em ações, confiando as tarefas de planejamento ao novo Conselho Estadual de Desenvolvimento (CED). Geraldo operava ideias, abria caminhos, elaborava projetos, e Aluizio, como governador, buscava a forma de realizá-los com recursos federais.

Geraldo formou sua equipe a partir de um acordo técnico com a SUDENE, apoiado por Celso Furtado. Treinava turmas de dez técnicos e, assim, de dez em dez, selecionou os melhores e garantiu lugar no CED. Foi tão determinante seu programa de formação que em todos os governos seguintes, inclusive os mais recentes, secretários vindos do CED ocuparam secretarias de Estado, presidências de empresas públicas estaduais e municipais. O economista Marcos Formiga, duas vezes secretário de Estado do Planejamento, chegou a prefeito, e o professor Domingos Gomes de Lima a reitor da UFRN, para citar dois exemplos.

O Conselho Estadual de Desenvolvimento é o oceano que divide até hoje o antes e o depois na história do planejamento estratégico de governo. Deu suporte, a partir do governo Aluizio Alves, a todos os governos seguintes. Até hoje, sobrevivem as soluções nascidas nas mesas do CED, como a CAERN, TELERN e COSERN, estas duas últimas privatizadas, mas que só atingiram a longevidade pelo modelo empresarial moderno estruturado nos anos sessenta rompendo os limites vinculados ao velho conceito de repartição.

A revolução pelo voto

Depois da campanha de sessenta, quando o jovem deputado federal Aluizio Alves, de Constituinte de 1946, foi preterido pelo então governador Dinarte Mariz para ser candidato a governador. Inconformado, transformou-se nas ruas em símbolo de resistência, esperança e renovação. Só nas urnas de 1986 a história política repetiria outra virada tão espetacular, com a inesperada singularidade de ser liderada, em combate a céu aberto, entre o exército chefiado pelo ex-governador Tarcísio Maia e as oposições lideradas por um empresário

banhado nas águas da economia que parecia apenas um vice-governador rico e vitorioso.

O singular, explica-se: Geraldo Melo, então usineiro, fora o nome escolhido pelo grupo Maia para ser o vice do médico Lavoisier Maia, terceiro governador biônico, depois de Cortez Pereira—outro inovador—e sucessor de Tarcísio, seu primo, de quem fora secretário da Saúde. Caberia a Lavoisier, ficou constatado ao final do seu governo, a hora certa, fazer de José Agripino o terceiro Maia. Para isto, nomearia o filho de Tarcísio prefeito biônico de Natal, afinal era um engenheiro nascido em Mossoró, embora pouco conhecido no cenário político local. Não era tão difícil fazê-lo um bom produto político com a força da máquina governamental.

Geraldo, nesta hora, voltava ao cenário das proeminências políticas como um grande usineiro disposto a seguir como um dos líderes no mundo privado. Escolhido governador biônico, sem contestação formal de Aluízio e Dinarte, Lavoisier sondou se Geraldo Melo aceitaria ser seu vice, sem compromisso fechado. Geraldo admitiu, mas se não fosse preciso roubar tempo de suas atividades empresariais. Dias depois, é avisado por Lavoisier que seria feito o anúncio oficial do seu nome.

Na condição de vice, a trajetória de Geraldo não teve atropelos, a não ser quanto aos métodos de ação. Quando o Diário de Natal, diante dos casos de violência que cresciam na cidade, gritou na manchete da primeira página que Natal tinha medo, Geraldo exercia a interinidade do governo. Na mesma manhã, a cidade amanheceu fortemente guarnecida por grande aparato policial, o que teria causado desconforto pela eficiência e rapidez de ação.

O estopim da ruptura

A convivência seguia pacífica, sob a chefia de ferro do ex-governador Tarcísio Maia, aliado a Aluízio e sem oposição, além do prestígio pessoal junto ao general Golbery do Couto e Silva, quando os jornais publicam as primeiras notas especulativas de que a família Maia preparava o lançamento de José Agripino para ser o terceiro Maia a governar o Estado. Aluízio não deu importância no início. Parecia algo descabido, próprio de um jornalismo especulativo, de poucas novidades. Geraldo, então vice de Lavoisier, deu tempo. Até que as articulações dos Maia, vindas do interior, foram consolidando o que parecia não passar de uma ficção política.

Geraldo tem uma primeira conversa com Agripino, alerta para a ousadia do terceiro Maia, mas fica aí o ritmo dos fatos. Algum tempo depois, num encontro, em Pirangi, verão de 1981, antes do calendário eleitoral, Geraldo ouve do próprio Lavoisier a decisão: José Agripino Maia seria lançado ao governo. Quando saía, por coincidência, Geraldo cruza com Agripino, a quem lembra a conversa anterior e a inconveniência de apoiá-lo. Seria reduzir a classe política à mesa da sala de jantar de uma só família que há oito anos reinava absoluta.

Estava, ainda que de forma velada, declarada a luta nas urnas de 1982 para o período 1982–1986. Até ali, e apesar das claras posições, ninguém imaginaria que o nome da oposição seria o próprio Aluizio Alves. Muito menos que sairia das ruas levando nos ombros uma dura derrota de 107 mil votos, a primeira na sua trajetória política marcada por vitórias.

Restava a Geraldo ficar ao lado de Aluizio, como no passado distante. Mas, agora, levando o nome de um candidato que ia precisar explicar o acordão da Paz Pública, quando subiu no palanque de Jessé Freyre para derrotar Radir Pereira, num imaginário sistema de forças que fortalecia Tarcísio e nada acrescentava a um Aluizio ainda cassado.

O fogo sagrado da luta

A campanha política do então ex-prefeito José Agripino foi a mais dura já encenada no teatro das operações político-eleitorais do Rio Grande do Norte. Mais dura do que a de sessenta. O marketing agripinista soube vestir em Aluizio o figurino do mal, reservando a Agripino, por decorrência lógica, e até em razão de sua juventude sem manchas, o papel do bem. Estabelecido o maniqueísmo, Aluizio não teve como repetir sua velha técnica de reversão dos efeitos num populismo massificador. E cambaleou sem oxigênio, até cair.

Dos escombros da derrota, restou Geraldo. Incólume, naquela hora, com o trunfo ter mantido sua palavra até o fim. Aluizio derrotado, renunciou ao mandato de vice-governador, aceitou assumir a presidência do combalido MDB e fez renascer o estrategista. Incentivou o Instituto Varela Barca, um advogado-símbolo da resistência, ergueu a retórica da oposição, acomodou as cores fortes das ideologias dentro do Instituto, e assumiu a resistência.

Ele, Geraldo, sabia que não seria fácil. Mas, sabia, também, que tinha no alforje uma carta forte: Garibaldi Filho. Ora, aprovada a eleição direta para governadores e prefeitos nos estados e capitais, era a hora de refazer o exér-

cito. Quando vieram as eleições municipais, com Geraldo no comando absoluto da luta, Garibaldi saiu consagrado das urnas natalenses como prefeito. Começava ali a sementeira de Geraldo—destocando o roçado, queimando as ervas daninhas, destocando a terra e iniciando o novo plantio, num inverno de convicções.

O sinal da luta é um slogan

Quando o prefeito Garibaldi Filho organizou e empossou sua equipe de secretários e auxiliares diretos, o marketing tratou de emitir o sinal da luta que viria dois anos depois, em 1986: o slogan da gestão garibaldista acendeu a chama. Era este: ‘O futuro começa agora’.

A estratégia não era negar a esperança como símbolo do passado. Seria um erro abrir mão de um ícone que mesmo derrotado, tinha grande papel na resistência. Era renovar e avançar.

Em Brasília, Aluizio foi fazer o que sabia: a articulação política no plano nacional. Geraldo, aqui, azeitava a máquina do MDB. A uni-los, o apelo da resistência que começa na defesa absoluta da Emenda Dante de Oliveira sustentando a volta das eleições diretas.

A campanha, para ganhar a consagração como escoadouro do desejo popular, foi para as ruas numa avalanche que viraria uma comoção coletiva. Os líderes do MDB, em Brasília, e nos estados, sabiam que a força dos militares sufocaria o sonho, mas seria a forma mobilizadora a partir dos comícios reunindo os principais políticos, empresários, intelectuais e artistas.

No auge do prestígio popular, a emenda acaba derrotada, mas o MDB sai da luta, em todo o Brasil, como o imenso guarda-chuva a abrigar a frustração coletiva. Tancredo Neves, governador de Minas e um nome respeitável desde os tempos do Palácio do Catete, de onde saiu levando o corpo de Getúlio Vargas, depois de avaliar os riscos políticos, aceitou disputar a eleição no Colégio Eleitoral. A aparente contradição acabaria diluída pela força imagética de uma estratégia impecável: transformar a disputa e a vitória em vitória popular.

É indispensável registrar que nessa hora, numa das suas visitas ao senador Dinarte Mariz, hospitalizado em Brasília, ouviu dele, lúcido, mas já abatingido pelo câncer, que a luta não teria um final vitorioso em razão de um fato racional: ele, Dinarte, disse a Geraldo que não acreditava numa renúncia de Tancredo, então governador da poderosa Minas Gerais.

Geraldo, bem informado de tudo, pois era um dos líderes da luta no Nordeste, perguntou: “E se Tancredo renunciar?”. Dinarte demorou alguns segundos, e disparou: “Se renunciar, será o presidente”. Dinarte apoiava Paulo Maluf, estava convencido de que a força do governo militar estava abalada desde a avalanche das Diretas. Tancredo renunciou, foi eleito, tomou posse no Congresso, mas não governou. Brillhou a estrela de José Sarney, coronel político nascido e feito no Maranhão, de uma esperteza política que garantiria sua sobrevivência.

Geraldo, que já comandara a luta pelas diretas realizando o grande comício na Praça Gentil Ferreira, ao lado de Tancredo Neves e Ulisses Guimarães, assume a luta mobilizadora para a eleição de Tancredo no Colégio. Com mãos de seda, costura a convivência silenciosa de Aluizio para atrair José Agripino, então governador, que reclamara ao próprio Tancredo da oposição que sofria no Estado, liderado por Alves, a quem derrotara por 107 mil votos.

Sopra um vento forte

Eleito Tancredo e empossado Sarney, chega a campanha. Geraldo é o candidato das oposições, unindo em torno do MDB, inclusive, alguns partidos de esquerda, um trabalho vindo das cabeças pensantes do Instituto Varela Barca. Sua luta foi contra o então deputado federal João Faustino, um educador, de ex-diretor da Escola Técnica Federal e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Ex-secretário de educação de Natal, na curta gestão do prefeito Ubirajara Galvão, e ex-secretário de educação do então governador Tarcísio Maia. Nome, como declarou, à época, o próprio Tarcísio Maia, com um passado que não lhe vexava. É verdade. Mas, levando nos ombros, a exaustão de três governos Maia, justamente o terreno no qual iria aflorar, durante a campanha, o desejo de mudança. Perde a campanha, a mais disputada das últimas décadas, mas é bom veículo e conduz à vitória Agripino e Lavoisier para o Senado, e Wilma Maia para a Câmara Federal. O slogan da campanha ‘Os Três de uma só vez’, se incluía Faustino, os três Maias foram os eleitos.

A campanha de Geraldo soprou realmente como um vento forte. Simbolizava, de fato, a mudança na medida em que pelo viés do continuísmo o marketing pregava no rosto de Faustino a máscara do quarto Maia. Geraldo chega ao poder na maior conquista eleitoral que a história política do Estado

assistia nas últimas décadas, desde a campanha de Aluizio, em 1960, com o verde da esperança que o marketing de Geraldo assumiu de forma discreta.

Ao grupo Maia, muito fortalecido no Senado e na Câmara, aguardava o inesperado de uma novidade: a retórica progressista da então deputada federal Wilma Maia atuando nas discussões da Constituinte. Ali não estava a mulher do senador Lavoisier Maia ou a ex-secretária do trabalho e bem-estar social do também senador José Agripino.

Movia-se, destemida, a ambição política de uma mulher que depois de ser derrotada por Garibaldi Filho na disputa pela Prefeitura de Natal, seria um meteoro político. Venceu três mandatos de prefeita de Natal e dois de governadora, imponente, na ata do Tribunal Regional Eleitoral, a primeira derrota ao imbatível Garibaldi Filho que acreditou no que diziam: um governador de férias. Não era. E Wilma subiu as escadas do Palácio Potengi pela segunda vez.

Um governo sob ventanias

O Governo Geraldo Melo (1987–1990) pelo menos em alguns momentos e apesar de toda sua experiência, foi castigado por ventanias sociais. O que parecia um compromisso a ser cumprido, se acertadas as bases da convivência, acabou disparando um clima de conflito do governo com os diversos sindicatos das várias categorias profissionais. Uma rota que iria durar toda sua gestão, sempre enfrentando turbulências.

A rigor, embora as urnas tivessem levado o governo central a vinte e seis derrotas, aquelas que abalaram o Brasil, como ficaram conhecidas, os novos governos coincidiam no mesmo e difícil diapasão: a reorganização social e política do Brasil, o ressurgimento forte do movimento sindical e associações de classe, manifestações e protestos que retornavam às ruas levadas pelo clima de liberdade que soprava no Brasil.

Um tempo de reaprendizagem política que parecia remover o lixo autoritário. É desse período, aqui no Estado, a projeção da política sindical no campo da educação, de militantes como Júnior Souto, Fátima Bezerra e Fernando Mineiro que hoje governam.

Geraldo pressentiu e começou o governo, à mesa, com as representações sindicais e instituições representativas, mas o projeto de convivência fracassa. O modelo que hoje é adotado pela governadora Fátima Bezerra, o Fórum dos Servidores, lá foi desqualificado pelas lideranças sindicais alegando que a par-

ceria seria ser vista pelas bases como forma diluída de cooptação. Hoje é um instrumento do campo democrático, lá, foi estratégico enfrentar o governo mantendo a polarização; agora, é diálogo na busca dos pactos de convivência, embora não satisfaça a todos. Nem, até, a alguns setores sindicais.

Na Assembleia, o governo recebeu uma oposição moderada, sem grandes e fortes enfrentamentos. Inovou nos campos do crédito agrícola; liderou no Nordeste o desafio de implantar as bases do hoje Sistema Único de Saúde; construiu uma dezena de hospitais particulares, levou a assistência de saúde à Zona Norte, inclusive UTI; construiu uma adutora que impediu uma grande crise de abastecimento; estradas, segurança—é considerado pela corporação como o melhor governador; estadualizou a Universidade Estadual, a UERN, evitando a crise que poderia levá-la a fechar se continuasse mantida apenas pela Prefeitura de Mossoró; e buscou recursos federais como forma de garantir a sobrevivência do Estado.

Dois episódios essencialmente políticos levam o governo a sofrer abalos sísmicos: a eleição do então deputado Paulo de Tarso Fernandes a presidente da Assembleia, um elo forte com os mais representativos setores do aluizismo; e a sucessão do próprio Geraldo.

Paulo de Tarso acaba derrotado com a eleição do deputado Vivaldo Costa, fato que não deixou de cavar uma vala que distanciou o aluizismo. Geraldo pagou o preço elevado de tentar organizar uma terceira força e assumir, na visão de alguns, a liderança do Estado. Quando vem a véspera da sucessão estadual, Geraldo busca na oposição o seu candidato: Lavoisier Maia.

O nome mais orgânico possível do grupo que Geraldo derrotara há menos de quatro anos. E Lavoisier vem para tentar impedir o retorno de Agripino ao segundo governo. Geraldo levou a campanha ao segundo turno e num clima de absoluta ameaça a uma vitória de Agripino. As pesquisas chegaram a indicar uma pequena supremacia de Lavoisier, apontando uma grande luta no segundo turno com resultados imprevisíveis.

Para alguns observadores, chagara a hora inadiável para cobrar de Fernando Collor a posição dos governadores Geraldo Melo, do Rio Grande do Norte, e Tasso Jereissati, do Ceará, contra sua eleição a presidente. Aí teria nascido a decisão da liquidação extrajudicial do BANDERN que nunca foi explicada por não ter um estado de inadimplência e manter as suas aplicações sob controle do Banco Central. O Estado, a longo prazo, perdeu seu banco, mas, a curto, imediato até, perdeu o governador Geraldo Melo.

O caixa do governo ficou prisioneiro no cofre do banco liquidado, le-

vando o governo a atrasar salário na reta final do segundo turno da campanha. Agripino, que nos palanques se referia ao governo de Geraldo como um vaso quebrado, radicalizou nas críticas sabendo que os caminhos do governo entre os ministérios, em Brasília, eram tortuosos, para não considerar praticamente impossíveis.

Geraldo Melo governa até o fim, Lavoisier retorna ao Senado e José Agripino assume o governo pela segunda vez e Geraldo é eleito senador quatro anos depois. Mas, nesse instante, uma chama crepitou no cenário político: a eleição de Rosalba Ciarlini para o Senado, sendo seu primeiro suplente Garibaldi Alves, o pai de Garibaldi Filho. O jogo, estrategicamente, estava armado por antecipação.

Na hora certa, Agripino deixaria o governo no prazo legal e lançaria Rosalba Ciarlini à sua sucessão no governo. Dito e feito. Para manter a aliança com o senador Garibaldi, a oferta engenhosa de tão perfeita: lembrou que uma vez eleita Rosalba governadora, o pai de Garibaldi teria quatro anos como Senador de fato. Pai e Filho, ao mesmo tempo. Foi como se Garibaldi, como uma aranha política inteligente, tecesse a trama com sua própria secreção, para o sonho que nem Aluizio Alves conseguiu, mesmo tendo sido seu grande líder e ministro de estado duas vezes.

Para realizar o sonho, Garibaldi negou-se a apoiar Geraldo Melo—que o apoiara para senador quando governava o Estado. Resultado: Rosalba assumiu o governo, Garibaldi Alves entrou no Senado ao lado do pai e Geraldo Melo foi derrotado, depois de ser vice-presidente do Senado, e um dos articulistas políticos do Congresso Nacional.

Em 2018, contra todas as expectativas e apenas com a força do seu nome, até hoje sem mácula de denúncia ou escândalo, teve mais votos do que Garibaldi Filho e José Agripino que acabaram engolidos por um capitão e uma deputada.

Geraldo José da Câmara Ferreira de Melo nasceu dia 12 de julho de 1935, em Campo Grande, no Rio Grande do Norte, foi jornalista na origem profissional. Fundador da cultura do planejamento na gestão pública do Rio Grande do Norte, foi empresário da indústria do açúcar. Foi o 47º Governador do Rio Grande do Norte (1987–1990), por eleição direta; e Senador da República, ocasião em que assumiu a vice-presidência do Senado Federal. É considerado um dos maiores oradores da história política contemporânea do Rio Grande do Norte. Faleceu aos 86 anos, em 6 de março de 2022, de câncer.

Vivaldo Costa

Saul Estevam Fernandes

Vivaldo Silvino da Costa foi governador do Rio Grande do Norte entre abril e dezembro de 1994. Enquanto vice-governador, assumiu a chefia do estado após o então governador, José Agripino Maia, renunciar ao cargo para disputar uma vaga ao senado, em abril de 1994. Vivaldo Costa governou o Rio Grande do Norte até 31 de dezembro do mesmo ano.

Filho de Raimundo Silvino da Costa e Francisca dos Anjos Costa, nasceu em Caicó (RN), em 1º de novembro de 1939, onde passou parte de sua infância e adolescência. Iniciou o primário na Escola Reunida Jesuíno Azevedo, em 1950. Concluiu o primário em 1953 no Ginásio Diocesano Seridoense, onde também concluiu o chamado Ginásio, em 1957. Em 1958 mudou-se para a Capital, Natal (RN), quando começou a cursar o chamado Científico no Ateneu Norte-riograndense.

Em 1962 Vivaldo Costa iniciou o curso de Medicina na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Finalizou o curso em 1967. Recém-formado, foi médico plantonista do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e professor-adjunto de Medicina Tropical na UFRN até 1971. Entre 1973 e 1990 foi Presidente da Fundação Hospitalar Carlindo Dantas, em Caicó (RN).

Manteve sua vida política em defesa da saúde pública e de temas relacionados à região do Seridó potiguar, como combate à seca. Adotou como símbolo em suas campanhas um jerimum, que lhe rendeu a alcunha de Pajerimum.

Entrou para a vida política em 1972, quando se filiou à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido que dava sustentação ao Regime Militar. Foi eleito dois anos depois como Deputado Estadual na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Na legislatura de 1975-1979 foi líder do governo de Tarcísio Maia.

Foi reeleito em 1978 para uma nova legislatura pelo mesmo partido até 1982. Em 1979, com o fim do bipartidarismo no Brasil, filiou-se ao Partido Democrático Social (PDS), sucessor do antigo Arena e que foi extinto em 1993.

Pelo PDS ainda renovou sua legislatura por dois mandados—de 1983 a 1986; e de 1987 a 1990.

Em 1988 deixou o PDS e transferiu-se para o Partido Liberal (PL). Entre 1989 e 1990 foi presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Nas eleições de 1990 concorreu à vice-governador na chapa encabeçada por José Agripino Maia, candidato pelo PFL.

Eleito vice-governador, com a renúncia do então governador, em abril de 1994, para concorrer a uma vaga no Senador Federal, Vivaldo Costa assumiu o governo do estado e ficou no cargo até 31 de dezembro de 1994.

Ainda pelo PL concorreu à prefeitura de Caicó, em outubro de 1996. Vitorioso, foi empossado em 1º de janeiro de 1997. Em abril de 1998 abdicou ao cargo em favor do seu vice, Nilson Dias de Araújo, para disputar uma vaga na Câmara Federal. Contudo, não obteve êxito no pleito ao não entrar no número de vagas, mas ficou na primeira suplência.

Em 1999 passou a ser Secretário Municipal de Saúde na cidade de Natal, durante a gestão da prefeita Wilma de Faria (1997–2000). Foi secretário até 2000, quando novamente candidatou-se a Prefeito de Caicó (RN) pelo PL. Não conseguiu êxito no pleito.

Em 2002 filiou-se ao Partido Progressista Brasileiro (PPB) e candidatou-se mais uma vez a uma vaga na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Vitorioso nas eleições, tomou posse em 2003, mas antes disso, enquanto suplente da legislatura federal, assumiu entre os dias 2 e 31 de janeiro de 2003 a função de deputado federal.

No ano de 2006 retornou ao PL e buscou a reeleição nas eleições do ano corrente, mas não conseguiu se reeleger, ficando na primeira suplência. Assumiu o cargo após a deputada Larissa Rosado (PSB) assumir a Secretaria Estadual de Agricultura durante o mandato da então governadora Wilma de Faria (2007–2010). Em 2009 filiou-se ao Partido da República (PR) e renovou a legislatura no ano de 2010 (2011–2014).

Filiado ao Partido Republicano da Ordem Social (PROS), nas eleições de 2014, embora tenha buscado por meio do Circuito Papa Jerimum buscar o apoio popular na região do Seridó, não conseguiu êxito nas eleições. Ficou na primeira suplência da Coligação União pela Mudança II (PMDB / PSB / PR / DEM / PDT / SD / PROS).

Contudo, em 25 de junho de 2015, tomou posse na Assembleia Legislativa do estado após a morte do deputado Agnelo Alves. Permaneceu no cargo até o fim do mandato, quando foi reeleito nas eleições de 2018 para uma nova

legislatura (2019–2022) pelo Partido Social Democrático (PSD) para a sua 9ª legislatura na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.

Vivaldo Costa ainda apresenta diariamente o seu Programa Papa Jerimum, que é transmitido por diversas emissoras e pelas plataformas digitais do político. Entre os temas principais debatidos, estão dicas de saúde, manchetes dos principais jornais e comentários sobre a política regional, estadual e nacional.

Garibaldi Alves Filho

Roberto Homem

Na eleição para senador da República realizada em 2010, no Rio Grande do Norte, Garibaldi Alves Filho—finalizada a apuração—amealhou a seu favor 1.042.272 votos. O número se torna mais expressivo quando consideramos que a disputa envolveu três ex-governadores ótimos de urna: o próprio Garibaldi, José Agripino Maia e Wilma Maria de Faria. O resultado coroou uma carreira dedicada à política e ao povo do seu estado.

Nascido na Maternidade Januário Cicco, em Natal, a 4 de fevereiro de 1947, Garibaldi Alves Filho trouxe no sangue o DNA da política. Seu pai, Garibaldi Alves, apesar de ter nascido em Angicos, foi um importante líder político na vizinha Pedro Avelino. Depois, Garibaldi Alves se elegeu deputado estadual por três vezes consecutivas: 1958, 1962 e 1966. Com a edição do AI-5, em 1969, teve o mandato e os direitos políticos cassados. Após o final da ditadura militar, foi vice-governador e senador da República.

Garibaldi Alves, o pai, é irmão de outros dois importantes nomes da história política do Rio Grande do Norte: Aluizio Alves e Agnelo Alves. Os dois também foram cassados pela ditadura. Aluizio, do cargo de deputado federal e Agnelo, da função de prefeito de Natal. Antes desse trágico episódio, Garibaldi Filho já tinha tomado gosto pela política, participando de diversas campanhas eleitorais no interior do Rio Grande do Norte.

Uma delas foi a que elegeu Aluizio Alves governador, em 1960. Apesar de muito jovem, o sobrinho já apresentava maturidade suficiente para ser ouvido pelos mais velhos, nos assuntos relacionados àquela campanha. De sua mãe, Maria Vanice Chaves Alves, Garibaldi Filho herdou a simplicidade, a serenidade e o caráter solidário.

Quando cursava o ginásio no Colégio Marista, ele dividia as férias entre as idas ao interior do estado e o veraneio na Redinha e, posteriormente, em Ponta Negra. Desde cedo, aprendeu a se relacionar e a amar o convívio com o povo. Matriculou-se no Colégio Estadual do Atheneu Norte-Riograndense

para o curso clássico. Do Atheneu, que na época era um colégio público-referência e que oferecia educação de excelente qualidade, depois de aprovado no vestibular, foi cursar a Faculdade de Direito. Lá, foi aluno de professores como Edgar Barbosa, Manoel Varela e Cortez Pereira.

Na primeira e última vez em que atuou em um tribunal de júri—representando o escritório do advogado Varela Barca—Garibaldi dirigiu-se ao juiz que presidia a sessão e aos jurados, da seguinte forma: “senhor presidente, senhoras e senhores deputados...”

Os risos que ouviu após a gafe, serviram para afastá-lo definitivamente da carreira jurídica. Nesse instante, o Rio Grande do Norte ganhou um dos mais importantes e bem-sucedidos políticos de sua história. Antes de se eleger deputado estadual, Garibaldi Filho foi chefe da Casa Civil da Prefeitura de Natal, até o então prefeito, seu tio Agnelo Alves, ser afastado pelos militares.

A cassação de Agnelo, Aluizio e de Garibaldi Alves praticamente obrigou Henrique Eduardo Alves e Garibaldi Filho a disputarem o pleito eleitoral de 1970. Abertas as urnas, ambos foram os mais votados. Henrique Eduardo recebeu 71.861 para deputado federal e Garibaldi Filho foi o escolhido por 22.266 eleitores para ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.

Em 1971, quando Garibaldi assumiu seu primeiro mandato como deputado estadual, o governador era o seu ex-professor Cortez Pereira, nomeado pelo governo militar. Garibaldi liderou uma oposição jovem e combativa que, em virtude da pouca idade de seus integrantes, passou a ser chamada de “Jardim de Infância”.

O ex-aluno e seu ex-mestre travaram diversos duelos verbais no plenário da Assembleia. Tempos românticos em que o debate político era um exercício de inteligência e de troca de argumentos, sem o ódio e o radicalismo que sobram neste final da segunda década do século XXI. Ao invés de violência e intolerância, as discussões eram respeitadas e algumas travadas até com bom humor.

Cortez Pereira não se limitava a discursar na Assembleia apenas na sessão protocolar de leitura da prestação anual de contas. O então governador costumava ir ao Plenário da Casa Legislativa responder a alguma acusação mais incisiva da oposição. Em uma dessas ocasiões, Garibaldi—que desde pequeno usa óculos para corrigir uma miopia—disse a Cortez que estava enxergando várias irregularidades em seu governo. Ao final da fala do deputado, a palavra foi facultada ao então governador, que respondeu ao jovem líder da oposição:

“olhe, você precisa ter cuidado, porque isso pode ser efeito da sua miopia”.

Além de ter sido “a escola” onde Garibaldi Filho desenvolveu suas aptidões para a política durante quatro mandatos consecutivos, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte—da qual ele inclusive foi presidente—também foi o local onde ele estreitou os laços com a população e aprendeu a importância do trabalho de um legislador, da representação popular e do debate parlamentar.

Algumas de suas bandeiras foram a federalização da Faculdade de Ciências Econômicas de Natal e da Universidade de Mossoró, a expansão no estado do Programa de Reforma Agrária Proterra e do Programa Nacional do Artesanato e a inclusão do RN no Programa de Financiamento das Prefeituras Municipais para a Aquisição de Tratores.

Como deputado estadual, Garibaldi Filho também trabalhou pela criação do distrito industrial de Parnamirim (município que na época se chamava Eduardo Gomes), pela construção da segunda etapa do conjunto habitacional de Ceará Mirim, pela abertura de crédito junto ao Banco do Nordeste para a manutenção do rebanho bovino do RN e pela implantação do Plano de Classificação de Cargos da Administração Pública do Estado. Paralelo às iniciativas propositivas, ele não se descuidou de fiscalizar os atos dos governos que se sucederam ao longo dos seus mandatos.

A atuação na Assembleia Legislativa credenciou o deputado Garibaldi Filho a pleitear a cadeira de prefeito de Natal. Aquela eleição, realizada no dia 15 de novembro de 1985, foi histórica. Desde a tomada de poder pelos militares, em 1964, os cidadãos não tinham o direito de escolher o chefe do executivo municipal.

Naquele ano, somente as capitais tiveram eleição direta para prefeito. Por isso, eleitores de todos municípios do estado acompanharam de perto o pleito de natal. Garibaldi foi eleito derrotando Wilma Maria de Faria (na época esposa de Lavoisier Maia, que havia sido governador até 1983), Miriam de Sousa (esposa do então senador Carlos Alberto) e o professor Waldson Pinheiro.

Depois daquela eleição que escreveu um dos primeiros capítulos da redemocratização do país, Garibaldi Filho foi empossado, em janeiro de 1986, prometendo voltar sua administração para os setores menos favorecidos da população. Nas primeiras horas à frente da prefeitura, o prefeito—em parceria com a igreja católica—iniciou a distribuição de cinco mil litros de leite para crianças carentes.

Nos dias que seguiram, formou grupos de trabalho para elaborar projetos

emergenciais como mutirões habitacionais para recuperação de moradias e programas de unidades volantes de atendimento ambulatorial.

Mesmo tendo sido eleito para um curto mandato de três anos, Garibaldi foi tão bem-sucedido na missão como prefeito, que o eleitor potiguar, em 1990, um ano depois de ele deixar a prefeitura, o elegeu pela primeira vez para o Senado Federal. Ao longo dos anos, ele teve outras duas eleições bem-sucedidas para a Casa.

No período de 12 de dezembro de 2007 a 1º de fevereiro de 2009, Garibaldi Filho foi presidente do Senado e do Congresso Nacional. Ele foi o nome de consenso, escolhido para debelar a crise que culminou com a renúncia do então presidente Renan Calheiros. Até aquele momento, Garibaldi Filho havia construído uma carreira no Senado Federal temperando sua atuação com independência e coragem, além de responsabilidade e moderação.

Ele repetiu a mesma receita no exercício do comando do Legislativo brasileiro. A gestão de Garibaldi Filho na Presidência do Senado ficou marcada pela devolução de uma medida provisória ao presidente da República. Foi a primeira vez que um presidente do Congresso Nacional tomou tal atitude na história do Brasil.

Garibaldi adotou a decisão com o objetivo de buscar reequilibrar os Poderes da República. Naquele período, o Executivo costumava impor sua pauta sobre o Legislativo e o Judiciário. O presidente do Congresso não apenas desenvolveu uma MP, mas também passou a denunciar que o governo estava abusando da prerrogativa de editar medidas provisórias. Garibaldi também voltou a colocar em votação os vetos presidenciais e avançou no sentido de melhorar os padrões éticos na Casa, inclusive endurecendo as regras contra o nepotismo.

Como senador, Garibaldi Filho também foi presidente das comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE). Ele presidiu ainda uma CPI que apurou desvios na aplicação do FGTS e foi relator de uma outra, a CPI dos Bingos, apelidada de CPI do Fim do Mundo. A CPI dos Bingos foi instalada para investigar a atuação de um ex-assessor da Casa Civil flagrado negociando propina com um empresário do ramo dos jogos.

A comissão parlamentar de inquérito também investigou a suposta relação entre o assassinato do prefeito de Santo André, Celso Daniel, e o desvio de recursos públicos para o financiamento de campanhas e irregularidades na gestão de Antonio Palocci na prefeitura de Ribeirão Preto, entre outros temas espinhosos.

Ao todo, Garibaldi apresentou 131 proposições no Senado, durante o período em que representou o Rio Grande do Norte. O estado e a população sertaneja foram sempre prioridade. Foi assim, por exemplo, quando ele protocolou o projeto de Lei n. 408, em 2017, estendendo desconto no preço da energia elétrica para as operações da transposição do Rio São Francisco, o que, na prática barateará o preço da água para o consumidor. A matéria foi aprovada na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e, no início de 2020, estava em tramitação na Comissão de Infraestrutura.

Outra proposição importante foi o PLS n. 222/2016, que cria uma Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga. Aprovada nas comissões de Desenvolvimento Regional e de Assuntos Econômicos, a proposta, em 2020, está sob análise da Comissão de Meio Ambiente. Quer seja na tribuna do Plenário ou percorrendo gabinetes no Palácio do Planalto ou na Esplanada dos Ministérios, Garibaldi sempre esteve presente em todas as lutas em favor do Rio Grande do Norte, independentemente de o governador do estado ser seu aliado ou adversário.

Tal característica o credenciou a ser porta-voz de prefeitos de todos os espectros políticos nas tratativas com diferentes órgãos federais. Depois de cumprir metade do primeiro mandato de senador da República, Garibaldi Filho renunciou para assumir o cargo de governador do Rio Grande do Norte.

Eleito e reeleito, Garibaldi Filho foi governador do estado entre 1º de janeiro de 1995 e 5 de abril de 2002. No exercício da função, colocou em prática o mote que serviu como linha mestra de toda a sua vida: priorizar as políticas públicas e ações voltadas ao ser humano, sobretudo o mais necessitado do apoio do Estado. A opção foi decisiva para que o RN, por exemplo, reduzisse o índice de mortalidade infantil de 77,50 a cada mil nascidos vivos, em 1994, para 32, no ano 2000.

O resultado foi alcançado graças a iniciativas como a implantação do programa do leite, que atendia a 137 mil famílias quando Garibaldi deixou o governo, e a ampliação das populações atendidas com água tratada (crescimento de 23,4%) e esgoto (73,77%). Foram beneficiados 1,8 milhão de habitantes com água e mais 300 mil com esgoto. Na educação, foram investidos R\$ 442 milhões, que permitiram a construção de 32 novos prédios e a ampliação ou construção de 366 salas de aula e a recuperação de 1.050 escolas.

Na saúde, os investimentos foram de cerca de R\$ 50 milhões, em obras como a reforma de uma unidade mista na Cidade da Esperança, a construção do Centro de Formação de Pessoal para os Serviços de Saúde (CEFOPE), ampli-

ação e reforma das sedes do Hemonorte em Natal e Mossoró, construção do Hospital Parque dos Coqueiros e do Pronto Socorro Clovis Sarinho, entre outras. O Programa de Apoio ao Pequeno Produtor consumiu R\$ 120 milhões na construção de casas, unidades sanitárias, melhorias habitacionais e projetos produtivos.

Em sete anos e três meses de administração, o governo Garibaldi investiu R\$ 175 milhões em obras de pavimentação, conservação de rodovias e outros serviços diversos e federais delegados. Foram construídos 445 km de novas estradas.

Uma das obras de destaque foi a implantação e pavimentação dos 85 km da BR-101, que ligam Natal a Touros, permitindo a interligação dos litorais norte e sul do estado. No início do governo, 14 sedes de municípios não estavam ligadas a rodovias pavimentadas. Ao final, apenas duas continuavam na mesma situação. O Aeroporto Internacional Augusto Severo foi ampliado e teve duplicada a sua capacidade de receber passageiros.

Por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial o governo investiu R\$ 216 milhões, o que permitiu a geração de quase 25 mil empregos. Porém, a obra que proporcionou a Garibaldi Filho reconhecimento internacional foi a implantação de 1.000 km de adutoras em todo o Rio Grande do Norte.

A democratização dos recursos hídricos, que além das adutoras envolveu a perfuração de poços, instalação de dessalinizadores e construção de açudes e barragens, exigiu investimentos que superaram os R\$ 500 milhões. Foram beneficiadas mais de 600 mil pessoas de 46 sedes municipais e 145 comunidades rurais.

Daí ele ter sido homenageado com o “título” de “Governador das Águas”. Por ter transformado a realidade de milhares de famílias que experimentavam o sofrimento diário de percorrer quilômetros para recolher uma água de péssima qualidade e suficiente apenas para continuar sobrevivendo.

Garibaldi Filho também foi ministro de Estado. Ele atendeu ao convite da então presidente Dilma Rousseff e assumiu o Ministério da Previdência Social. Depois de quatro anos, entregou o cargo com a Previdência pagando mensalmente e em dia a mais de 32 milhões de benefícios por mês. Também foi na sua gestão que o programa Empreendedor Individual superou a marca dos 4,5 milhões de cadastrados.

Ele também foi o avalista que conseguiu aprovar no Congresso Nacional uma reforma da previdência que criou o regime de previdência complemen-

tar para os funcionários federais e equiparou o teto da categoria ao dos trabalhadores da iniciativa privada. Na sua gestão, foram entregues 300 agências da Previdência Social no país, sendo 11 delas apenas no Rio Grande do Norte. Cumprida a missão no Ministério, Garibaldi retornou para o Senado Federal, onde permaneceu até o final do mandato, em 2018.

Disputou mais uma reeleição, mas o “tsunami eleitoral” que levou o eleitor a procurar algo apelidado de “novo” diminuiu suas chances de vitória. Mesmo assim, em seu último pronunciamento no Plenário do Senado, ele reconheceu democraticamente o resultado das urnas. Citando Drummond—“Tenho apenas duas mãos e o sentimento do mundo”—Garibaldi disse que, como político sempre buscou extrapolar seus limites na tentativa de trabalhar pelos que mais precisam.

Depois do mandato, ele passou a dedicar mais tempo à esposa Denise, aos filhos Bruno e Walter, e aos netos Dudu, Maria Fernanda, Miguel e Pedro. Além desse convívio familiar, tem apoiado o filho e sucessor político, o deputado federal Walter Alves, a tocar o MDB potiguar. Pretende continuar assim, até pelo menos a eventualidade de surgir uma outra missão.

Fernando Freire

Saul Estevam Fernandes

Fernando Antônio da Câmara Freire foi governador do Rio Grande do Norte entre abril e dezembro de 2002. Enquanto vice-governador, assumiu o governo do Estado após o então governador, Garibaldi Alves Filho, renunciar ao cargo para disputar uma vaga ao Senado, em abril de 2002. Fernando Freire governou o Rio Grande do Norte até 31 de dezembro do mesmo ano.

Filho de Jessé Pinto Freire e Ivanise Câmara Freire, nasceu na cidade do Recife, em 22 de março de 1954. Membros de sua família ocuparam importantes cargos públicos no Rio Grande do Norte, no Rio de Janeiro e em Brasília.

Seu pai foi deputado federal (1959–1971) e senador (1971–1980) pelo Rio Grande do Norte, ele também presidiu a Confederação Nacional do Comércio (1964–1980). Seu irmão, Jessé Pinto Freire Filho, foi deputado federal (1983–1987) e deputado constituinte (1987–1988). Sua filha, com sua esposa Eliane Magda de Sousa Freira, Fernanda Câmara de Sousa Freire, foi eleita vereadora em Natal (RN) para legislatura entre os anos 2001 e 2004.

Fernando Freire cresceu na cidade do Rio de Janeiro. Estudou o antigo primário no Colégio Mallet Soares. Concluiu o ensino secundário no Colégio São Vicente de Paula. Entre 1972–1976 cursou Administração em Londres, onde já havia feito um curso de Comércio Exterior na International Studies, em 1972. Em 1976 ainda finalizou um curso de Carga Aérea e Comércio Exterior, em Amsterdã, na Holanda.

Em seu regresso da Europa, ocupou importantes cargos de assessoria na Câmara de Comércio Internacional do Rio de Janeiro (1972–1973), na Confederação Nacional do Comércio (1973) e no Sindicato e do Conselho Nacional dos Representantes Comerciais (1974). Foi diretor da Associação Comercial do Rio de Janeiro (1978–1987); diretor financeiro da Companhia Nacional de Álcalis (1984–1986); diretor-presidente da Brasita S.A. Concessionária Ford do Brasil S.A., Administradora de Consórcio Eldorado Ltda, Jessé Freire Agro-Comercial S.A. e Concessionária Maxion, diretor-vice-presidente da Distribuidora de Automóveis Seridó S.A., Concessionária Volkswagen do Brasil S.A., Piasa S.A.,

Concessionária Fiat S.A., Piasa Shopping S.A., Concessionária Agrale e sócio-gerente da Eldorado Administradora de Consórcio e dos Cinemas Reunidos Ltda (1986–1991).

Ingressou na vida política em 1990, quando foi eleito deputado federal pelo Partido Progressista Reformador (PPR). Na Câmara Federal, foi vice-presidente da Comissão de Finanças e Tributação e suplente da Comissão de Defesa Nacional no biênio 1991–1992.

Em 1992 foi membro titular da Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Em 1993 ainda foi membro da Comissão de Relações Exteriores e suplente da Comissão Especial da Seca no Nordeste.

Nas eleições de 1994 filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), quando foi eleito vice-governador do Rio Grande do Norte na chapa liderada por Garibaldi Alves Filho. Quatro anos depois a chapa foi reeleita.

Os dois mandados foram marcados por um importante programa de recursos hídricos, que construiu importantes adutoras e barragens em diversas regiões do estado. Em 5 de abril de 2002, Fernando Freire assumiu o governo interinamente devido ao afastamento do então governador para se candidatar ao senado.

Nas eleições do mesmo ano, filiou-se ao Partido Progressista Brasileiro (PPB) e concorreu à reeleição enquanto governador. Contudo, perdeu as eleições no segundo turno para a candidata do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Wilma de Faria.

Após o fim do seu mandato, Fernando Freire foi denunciado pelo Ministério Público do RN. O que culminou com sua prisão, em 25 de julho de 2015, após ser condenado por corrupção, formação de quadrilha, falsidade ideológica e peculato em diversos processos.

As condenações estiveram atreladas a um esquema que ficou conhecido como “Escândalos dos Gafanhotos”. O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte entendeu que o esquema consistia em concessão fraudulenta de gratificação em nome de diversas pessoas, sem o consentimento ou o conhecimento delas.

Na época, o esquema foi descoberto através da reclamação de diversos contribuintes que se declararam isentos nos impostos de renda no ano de 2003, mas que acabaram caindo na malha fina. Após investigações, descobriu-se que estes funcionários foram usados como “laranjas” para pagamento ile-

gal.

Em 2004, ainda se iniciou a investigação pelo suposto pagamento de propina, no esquema que ficou conhecido como “Máfia dos Combustíveis”, que teria funcionado entre setembro de 2002 e março de 2003 e teria beneficiado o então governador, ocasionando um prejuízo de R\$ 66 milhões aos cofres do Estado, resultando em uma condenação de 19 anos, 11 meses e 9 dias de reclusão, em regime fechado. Essa última condenação se juntava a outras, o que totalizou 96 anos de prisão.

Em 13 de setembro de 2018 o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, concedeu um habeas corpus ao ex-governador. Entretanto, como se referia somente a condenação vinculada à investigação conhecida como “Máfia dos combustíveis”, Freire ainda continuou preso, haja vista que possuía outras condenações.

Somente em 10 de junho de 2019 o ex-governador Fernando Freire foi solto para cumprir pena em casa ao ser beneficiado com a progressão do regime fechado para o semiaberto. Segundo o entendimento jurídico, houve uma otimização da pena, quando a pena de peculato foi unificada e o montante foi reduzido de 96 anos para 12 anos de prisão. Fernando Freire foi liberado com a condição de usar tornozeleira eletrônica e estar em casa das 20h às 5h.

Wilma de Faria

Maria do Nascimento Bezerra

Wilma, aquela que seria a primeira prefeita de Natal, filha de Morton Mariz de Faria, um seridoense de Serra Negra do Norte, e de Francisca Sales Paraguai de Faria, mossoroense, nasceu no dia 17 de fevereiro de 1945, em Mossoró.

Era como se Mossoró quisesse, anos depois, ressarcir Natal do pioneirismo de Celina Guimarães, primeira eleitora do Brasil, nascida em Natal. Entre os vários títulos e condecorações recebeu a cidadania dos seguintes municípios: Caicó, Jucurutu, Jardim do Seridó, Serra Negra do Norte, Areia Branca e Santa Cruz.

Seus estudos, do primeiro e terceiro grau, foram feitos no Rio Grande do Norte, com incursão na Universidade de Minas Gerais, num curso de Sociologia. A sua formação básica é em Letras e Pedagogia, sendo mestra em educação. Já era casada e mãe, quando adquiriu seus títulos universitários; e prefeita, em 2000, quando concluiu o mestrado.

Conhece por vivência o sufoco das múltiplas jornadas. Em função dos cargos e profissões exercidos, participou de inúmeros congressos, encontros e seminários no país. E no exterior, participou como conferencista de vários encontros acadêmicos e políticos. Tem vários trabalhos publicados.

A sua trajetória profissional tem início em 1976, como assessora técnica da Secretaria Municipal de Educação de Natal. Depois, foi coordenadora de projetos e convênios da pró-reitoria de planejamento da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Em 1979, como primeira dama do Estado, esposa do então governador do Estado, Lavoisier Maia, foi coordenadora estadual do Programa Nacional de Voluntários da Legião Brasileira de Assistência e presidente da Fundação Meios. Segue-se o magistério na UFRN.

Entre 1983/85, acumula as seguintes funções no Estado: secretaria de trabalho e bem-estar social; presidente da Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor e Conselho Deliberativo da Companhia de Habitação Popular do Rio

Grande do Norte. Professora do Departamento de Educação do Centros de Ciências Sociais Aplicadas; professora técnica de redação para Cursos de Nível Superior do Centro de Formação de Executivos.

A sua primeira tentativa política foi em 1982, quando se candidatou a prefeitura da capital, perdendo pra Garibaldi Alves Filho. Em 1986, elegeu-se deputada federal constituinte, tendo uma brilhante atuação em todas as comissões de que participou.

Foi membro titular da Comissão de Ordem Social para a elaboração da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; membro titular da Comissão Parlamentar de Inquérito instalada na Câmara Federal para a investigação do destino das verbas do Ministério da Educação.

Eleita, em 1988, prefeita municipal de Natal. Em 1996, teve seu segundo mandato, indo para um segundo turno, disputando com a deputada Fátima Bezerra. Na última eleição do século, candidata-se novamente, sendo reeleita logo no primeiro turno. Como chefe do executivo municipal, administrou a cidade por três mandatos: 1988, 1996 e 2000.

Em 2002, Wilma marca mais uma vez seu nome na trajetória política e feminina do Estado. Eleita a primeira mulher a governar o Rio Grande do Norte e ainda reeleita em 2006.

Em março de 2010, Wilma de Faria decidiu renunciar ao seu segundo mandato de governadora do Rio Grande do Norte e deixa-lo para o seu vice, Iberê Ferreira, para disputar uma vaga de senadora. Mas não conseguiu, foi a terceira colocada nas eleições com 651.358 votos (21,89% dos votos válidos).

Quando todos pensavam que sua trajetória política estaria em via de aposentadoria, a presidente do Diretório Estadual do Partido Socialista Brasileiro (PSB) durante 20 anos, foi eleita vice-prefeita, na chapa encabeçada pelo prefeito Carlos Eduardo Alves. Em 2016, foi eleita vereadora de Natal pelo Partido Trabalhista do Brasil para a legislatura 2017–2020. Mas seu corpo arrefeceu à luta contra o câncer que durante dois anos a enfraqueceu. Wilma de Faria faleceu no dia 15 de junho de 2017.

Iberê Ferreira de Souza

Thiago Freire

Iberê Paiva Ferreira de Souza nasceu em 27 de fevereiro, em Natal, mas baseou sua vida em Santa Cruz, onde iniciou a vida política. Filho de Odorico Ferreira de Souza e Hermengarda O'Grady de Paiva Ferreira de Souza, era advogado, formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Era casado com Celina Maria Maia Ferreira de Souza e tem três filhos.

Graduado em direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, atuou como adjunto de promotor público no município potiguar de Santa Cruz, de 1963 a 1967. No ano de 1969 filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Em 1971, ingressou na carreira política como deputado estadual e tornou-se líder da bancada do MDB. No mesmo ano foi escolhido membro do diretório regional e secretário-geral da Comissão Executiva Regional do partido.

No ano de 1975 assumiu novo mandato como deputado potiguar. Em 1979, tornou-se secretário-chefe da Casa Civil do Estado do Rio Grande do Norte, no governo Lavoisier Maia Sobrinho (1979–1983). Em 1980 filiou-se ao Partido Democrático Social (PDS), cujo diretório regional integrou.

No ano seguinte assumiu como Secretário de Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Em 1983 tornou-se superintendente da Legião Brasileira de Assistência (LBA), em Natal, até 1985, quando novamente atuou como secretário do governo potiguar, no decorrer do mandato de José Agripino Maia (1983–1986).

Em 1986, ano em que se filiou ao Partido da Frente Liberal (PFL), assumiu seu primeiro mandato como deputado federal. A partir de fevereiro de 1987, com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, atuou com os demais congressistas nos trabalhos que resultaram no texto da oitava Constituição Brasileira, promulgada em 5 de outubro de 1988.

Dentre as comissões e subcomissões criadas para a formulação da chamada “Carta Cidadã”, foi membro titular da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso e integrou quatro comissões: Educação, Cultura e Esportes;

Família; Ciência e Tecnologia; Comunicação. No ano de 1989 foi escolhido vice-líder do PFL na Câmara. Nas eleições de 1990 candidatou-se a deputado federal e foi eleito para novo mandato no Congresso Nacional. Tomou posse em 1991.

Nas eleições de outubro de 1994 foi reeleito para a Câmara dos Deputados. Nesse mesmo ano tornou-se secretário-geral do PFL potiguar. Em fevereiro de 1995 tomou posse do terceiro mandato. Em 1997, ano de sua filiação ao Partido Progressista Brasileiro (PPB), integrou comissão especial para PEC sobre prorrogação do fundo de estabilização fiscal (FEF). Entre outubro desse ano e abril do ano seguinte licenciou-se do mandato no Congresso para exercer o cargo de Secretário do Trabalho e Ação Social do Estado do Rio Grande do Norte, durante o governo de Garibaldi Alves Filho (1995–1999).

Nas eleições de 1998 candidatou-se e foi eleito para o seu quarto mandato na Câmara dos Deputados. No ano de 2001 filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Por essa legenda contou com a terceira maior votação do Rio Grande do Norte para o cargo de deputado federal, nas eleições de outubro de 2002.

Entre janeiro de 2003 e fevereiro 2005, licenciou-se na Câmara por diversas vezes para atuar como secretário da Agricultura, Pecuária e Pesca do Estado do RN, no mandato de Wilma Maria de Faria, governadora potiguar desde 2003. No decorrer de 2005, ano em que se tornou filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), foi membro da comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural na Câmara dos Deputados.

Em outubro de 2006 concorreu às eleições como candidato a vice da então governadora Wilma Maria de Faria (PSB), que disputou sua reeleição com o ex-governador Garibaldi Alves Filho, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Wilma de Faria venceu em segundo turno com um total de 824.101 votos, correspondentes a 52,38% do eleitorado. Em janeiro de 2007 Iberê Ferreira renunciou ao sexto mandato de Deputado Federal para assumir como vice-governador do estado do Rio Grande do Norte.

Assumiu o comando do governo do estado em março de 2010, após a renúncia de Wilma de Faria para disputar as eleições para o Senado Federal em outubro do mesmo ano. Neste pleito, tentou renovar seu mandato de governador, mas os 562.256 votos foram insuficientes para o êxito. Foi derrotado por Rosalba Ciarlini, do Democratas, que recebeu 813.813 votos.

No ano de 2010, antes mesmo de assumir o governo do estado, Iberê descobriu um câncer no pulmão, ao qual prontamente se submeteu a uma cirur-

gia de retirada do mesmo. Cerca de dez meses depois, já em 2011, descobriu um câncer na próstata, ao qual foi submetido a novo procedimento cirúrgico para a retirada do novo tumor.

No entanto, cerca de um ano após a última cirurgia, em 2012, o governador descobriu um tumor no cérebro o que o levou novamente a um complicado procedimento cirúrgico. Todo o acompanhamento médico do governador se deu no Hospital Sírio Libanês em São Paulo. Apesar do sucesso da cirurgia no cérebro, com o tempo, os médicos identificaram uma necrose no tecido cerebral o que o levou, em 2013 a um novo procedimento cirúrgico de natureza grave.

Durante os meses que se seguiram o governador não apresentava um quadro satisfatório de recuperação e os exames indicaram uma degradação gradual de neurônios o que o levou a uma nova internação em julho de 2014. O governador passou dois meses internado no Hospital Sírio Libanês e os médicos registraram um quadro irreversível de coma profundo. Seu falecimento se deu no dia 13 de setembro de 2014. A família enlutada, realizou todas as cerimônias de sufrágio no município de Santa Cruz, e o sepultamento no Cemitério Morada da Paz em Emaús, Parnamirim (RN).

Rosalba Ciarlini

Isaura Rosado

Nascida em Morróró (RN), em 26 de outubro de 1952, filha de Clóvis Monteiro Ciarlini e Maria da Conceição da Escóssia Ciarlini (dona Conchecita), casada com o ex-deputado Carlos Augusto Rosado, mãe de três filhos e avó.

Até os nove anos de idade estudou em Mossoró, no Colégio Dom Bosco. Por decisão dos pais, após essa idade, foi morar na casa de dona Alaíde Escócia, sua avó materna, em Fortaleza (CE) para fazer o ginásial.

Naquela época, presenciou um dos momentos mais críticos do país: o movimento de 31 de março de 1964. Na capital cearense, estudou nos Colégios das Doroteias, Batista e Colégio Cearense. Os conhecimentos adquiridos nessas escolas a credenciaram para passar no vestibular da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), para o curso de Medicina, onde estudou a metade da graduação e depois conseguiu transferência para a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), onde se formou e fez residência em Pediatria.

A prática médica foi lhe conferindo experiência também em gestão pública, especificamente na área da saúde, na qual ocupou diversos cargos administrativos: foi diretora da Comunidade de Saúde de Mossoró, durante 12 anos; diretora do Hospital Regional Tarcísio Maia, fundadora da Unimed Mossoró e sua presidente por três períodos. Um fato que muitos desconhecem é que Rosalba Ciarlini foi a primeira mulher a ocupar o cargo de presidente da Unimed Brasil, entre 1980 a 1985.

Da saúde pública para todos os outros setores

Rosalba foi a primeira prefeita eleita de Mossoró, em 1988. Foram 37 mil, 307 votos, representando 49,7% e uma maioria para o adversário mais próximo de 7.081 votos. Até o ano anterior, ela não se imaginava na política. Nora do ex-prefeito e ex-governador Dix-Sept Rosado, sempre conviveu com o ambiente político.

Ouvia histórias do sogro e percorria o interior do Estado nas campanhas do marido, ex-deputado Carlos Augusto. Mas, achava que apoiar o trabalho do marido que chegou a ser presidente da Assembleia Legislativa era sua única missão política.

O adversário naquele momento era o médico Laíre Rosado. O grupo político liderado por Carlos Augusto apresentava Rosalba como candidata a prefeita de Mossoró, cujas pesquisas indicavam 8% nas intenções de voto.

Mas tudo mudou quando, ela mesma relembra, depois de ter saído de um plantão, reunida com lideranças comunitárias e moradores, no Sítio Canto, de Dix-Sept Rosado, a médica da periferia, da comunidade, que trabalhava com a pastoral, que queria fazer política da saúde e política social, que nunca havia pensado em ser candidata, encontrou um grupo significativo de vozes do povo que dizia que ela deveria ser candidata à Prefeitura de Mossoró.

Foi em seus mandatos na prefeitura de Mossoró que foram criadas celebrações culturais como o *Mossoró Cidade Junina* e o *Auto da Liberdade*, com intenção de promover o turismo de eventos.

Alçou o RN a um Estado propício a investimentos

A primeira prefeita de Mossoró também foi a primeira senadora eleita do Rio Grande do Norte, em 2006, com 645.869 votos, correspondentes a 44,18% dos votos válidos. Na metade do mandato, Rosalba renunciou ao Senado, para disputar o governo do Estado, vencendo no primeiro turno com 52,43% dos votos válidos contra o governador Iberê Ferreira de Souza, que havia assumido e pela renúncia da governadora Wilma de Faria.

Enquanto governadora, Rosalba teve como um dos primeiros desafios recuperar a capacidade de investimentos do Rio Grande do Norte. Negociou junto ao Governo Federal e tirou o Estado da inadimplência. Com isso, conseguiu junto ao Banco Mundial o empréstimo de US\$ 540 milhões, criando o Programa *RN Sustentável*.

Em sua gestão foram investidos R\$ 1,4 bilhão em saneamento urbano para 18 municípios do Estado; foram construídos 700 quilômetros de adutoras nas regiões do Alto Oeste, Seridó, Agreste; e foi possível viabilizar a barragem de Oiticica.

Na Educação, foram reformadas mais de 200 escolas em todas as regiões; convocados mais de 4 mil professores concursados. Diversas ações valoriza-

ram a UERN, entre elas o Hospital da Mulher. Foram 100 milhões de reais para obras e compra de equipamentos.

Em consonância com o Governo Federal à época, em sua gestão foi elaborado o primeiro Plano Estadual de Cultura, e entregue à Assembleia Legislativa após ampla discussão em todas as regiões.

O Fundo Estadual de Cultura (FEC), importante mecanismo de financiamento cultural foi proposto por ela e aprovado na Assembleia Legislativa, através da Lei Complementar n. 460, de 29 de dezembro de 2011, garantindo que 50% dos recursos chegassem ao interior.

Dessa maneira, vale lembrar que foi posta em prática uma consistente política de editais, que abriu caminho para apoio inclusivo e democrático a segmentos culturais, até então ainda não amparados como o Teatro de João Redondo e o Circo Potiguar que tiveram seus primeiros financiamentos públicos de forma sistematizada. Em igual valorização, também foram sucessivamente contemplados os Brincantes do Folclore, do Carnaval e do Ciclo Junino (apoiado durante os quatro anos de gestão).

A política de publicação do autor potiguar alcançou mais de 150 títulos. Ainda com objetivos de democratização, os editais de Pauta Livre e de Ocupação, colocaram os equipamentos culturais mais perto do artista e do público.

Através do financiamento do Banco Mundial, R\$ 40 milhões foram destinados à restauração dos teatros Lauro Monte (Mossoró), Adjuto Dias (Caicó) e, em Natal, o Teatro de Cultura Popular Chico Daniel e o Teatro Alberto Maranhão. Neste vasto programa de restauração que se completaria nas gestões subsequentes, foram também incluídos: Biblioteca Câmara Cascudo, os museus: Pinacoteca Potiguar, Café Filho, Memorial Câmara Cascudo, Fortaleza dos Reis Magos. A construção do Museu da Rampa se efetivou através do PAC das Cidades Históricas.

A Cidade da Criança foi restaurada e entregue ao público. As tradicionais Escolas de Dança (EDITAM) e de Música (Waldemar de Almeida) foram transformadas em Escolas Formais incluídas no Sistema Estadual de Educação.

O Agosto da Alegria—que durante mais de um mês exaltou a cultura popular—abraçou artistas e encantou o público pela engenharia da sua concepção. Passaram por esse projeto importantes nomes da cultura popular e da cultura de rua, como Ariano Suassuna, Antônio Nóbrega, MV Bill, Paulinho da Viola, dentre muitos outros. Foi na gestão de Rosalba que a cidade de Açu teve seu primeiro teatro com recursos oriundos de renúncia fiscal, via Lei Estadual de Cultura Câmara Cascudo, em parceria com a Petrobras.

Podemos destacar ainda a valorização dos servidores públicos estaduais com a concessão de reajustes entre os anos de 2011 e 2013 que chegaram a 76,82%; foram quitados débitos de salários atrasados desde 2010 de professores temporários e horas suplementares; adquiridos 266 novos ônibus para reforçar a frota e, por meio do Pronatec, iniciado em 2011, foram oferecidas 30 mil vagas em cursos técnicos profissionalizantes; com o Projovem Campo Saberes da Terra foram beneficiados 3.600 estudantes das áreas rurais de 76 municípios.

Na geração de emprego destaca-se a criação do programa Pró-Sertão de apoio e criação de facções têxteis na região do Seridó; programa Mão Amiga de apoio ao empreendedorismo potiguar, por meio de microcrédito.

O legado da Copa 2014 no Brasil passa pelas mãos da ex-governadora pois foi ela quem construiu o estádio Arena das Dunas para a Copa do Mundo Fifa 2014, época em que também reformou e ampliou o Centro de Convenções de Natal.

Foi em seu mandato que o Estado conseguiu zerar as filas de cirurgias ortopédicas no Hospital Walfredo Gurgel. Também ocorreu a retomada dos transplantes de rins, fígado e outros órgãos e cerca de 1 mil profissionais ampliaram o quadro de servidores. Foram criados 100 novos leitos de UTI; doze hospitais reformados; descentralização do serviço do SAMU e o ampliação de oito para 25 bases, alcançando 75% da população norte-rio-grandense.

Foram investidos R\$ 242,6 milhões em pavimentação, construção e reconstrução das estradas, sendo 311 quilômetros de vias construídas e outras 2.900 recuperadas.

Ao final do governo o seu grupo político não lhe autorizou pleitear o segundo mandato previsto na legislação eleitoral. Houve uma disputa interna, onde Rosalba foi descartada pelo partido que decidiu não ter candidatura própria. Rosalba Ciarlini voltou às suas bases e foi eleita para o quarto mandato como prefeita de Mossoró.

Robinson Faria

Ludimilla Oliveira

Robinson Mesquita de Faria nasceu em 12 de abril de 1959 em Natal, mas sua família tem gênese no agreste do Rio Grande do Norte. É filho do industrial Osmundo Faria e de Jane Mesquita.

Graduado em Direito pela UFRN, desde cedo já fui instruído para a vida empreendedora por seu pai, um agente privado de influência política e social, perspicaz e determinado para que o filho fosse um seguidor de seus ensinamentos, assim como um exímio cuidador e mantenedor do patrimônio por ele construído.

Todavia, ainda jovem, Robinson já idealizava no diapasão social que convivia, o ser político. Embora não fosse vontade do pai o seguimento de carreira para o filho, que inicialmente propôs crescer no afinco estudo das ciências jurídicas, mas, depois, a vida e o cotidiano gerado pela constante presença com a classe política, o levasse a sonhar em ser político.

Aos 27 anos, o passo de ousadia e de enfrentamento foi dado e o caminho aberto para o Legislativo. Foram, nesse percurso, seis mandatos de deputado estadual, constructo histórico que consolidou a vida pública, política e, acima de tudo, convicções que o fizeram político, o que tanto almejava ser.

Embora não tivesse nascido dentro da política, jazia na veia de Robinson Faria, um ideal que não foi tão simples de moldar. Pois, é nítido que a resistência já começava dentro de casa e esse fato, por conseguinte foi tornando-se mais forte com a subestimação, inclusive partidária e os incontestes naturais dos tradicionais blocos políticos.

Assim, o perfil desse ex-governador do Estado pode ser traçado e definido como aguerrido, determinado e sem temor. O homem público tornou-se, antes de ser governador, vice-governador do Estado.

Determinação não faltou para a chegada ao governo do Rio Grande do Norte em 2014. Os governos anteriores, faziam parte de agregados oligárquicos formados por famílias com distintivos, no seio da sociedade. Desbravar essa consistente e consolidada visão por anos proclamada, foi um marco na

campanha política que elegeu Robinson Faria, governador do Rio Grande do Norte.

A ressalva da popularidade foi em tese esquecida, mas o mesmo em seus mandatos de deputado adentrou no interior e foi esse conhecimento de realidade de diferentes perfis das cidades que o influenciou para a governança. O legado da quebra paradigmática das oligarquias dominantes é ponto fulcral e histórico em sua carreira de candidato a governador, pois, derrotou Henrique Alves.

Fato propalado como mote, para quem exercia um vertiginoso grau de influência política e social no Estado e até mesmo no Brasil, que o faria render forças para trazer desenvolvimento para o Rio Grande do Norte. Foi nesse cenário emblemático que Robinson Faria se tornou governador no Rio Grande do Norte.

Quando o ano governamental começa, temos já um cenário de crise administrativa-econômica já em maior destaque, advinda de gestões anteriores, além de uma realidade naturalizada pela seca na região. Tais condicionantes, foram aos poucos formatando o desafio de governar e enfrentar os anseios da população.

O Estado possui uma geografia espacial diferenciada e a condição natural de cada microrregião constituída, traz consigo uma realidade. O que ecoa, principalmente na esfera econômica. São as vocações de cada lugar que circunstanciam suas performances. Com isso, a pauta é mesmo peculiar e inerente às especificidades e a partir daí as demais coisas vão acontecendo.

No dia 6 de fevereiro de 2018, Robinson em sua mensagem anual na Assembleia Legislativa, faz considerações preponderantes e assim destacamos:

Quando decidi me candidatar a governador do Estado do Rio Grande do Norte, não faltou quem me alertasse que aquele não seria um bom momento. “O estado está quebrado”, diziam uns. “O governo é uma bomba relógio pronta para explodir”, diziam outros. “Problemas de décadas se acumularam e as contas não vão fechar, pois já está faltando dinheiro até para os salários” outros tantos completavam. Quando a gente vê um problema no horizonte, um problema que afeta a vida de milhares de pessoas, os fracos tendem a desviar o caminho ou a fugir para longe. Os fortes, vão para cima, enfrentam, chegam junto para ajudar. Foi isso o que fiz. Decidir fazer o governo da superação e da reconstrução.

ção, mesmo sabendo que não iria ser fácil, como não foi e como não está sendo.

Trecho de seu discurso, em 6 fev. 2018.

O discurso tergiversado pela fala aguerrida e a entonação de luta no esteio das dificuldades, emolduram o conjunto de problemas que a gestão possuía. Foram os embates, a tônica da governança. Afinal, era preciso avançar diante das barreiras.

No que concerne as ações instituídas, como marco para o período entre 2015 e 2018, é de se elencar os destaques obtidos, inclusive em entrevista com o governador Robinson Farias, eis algumas das ações que nortearam os principais eixos no âmbito econômico, no âmbito da educação, no âmbito social e no que tange aos recursos hídricos¹.

Âmbito econômico

Microcrédito do Empreendedor: mais de 17 mil operações de crédito, R\$ 50 milhões em financiamento em 127 municípios beneficiados. Dados de geração de empregos apontam que, entre janeiro e junho de 2018, os microempreendedores estão empregando mais que demitindo. O saldo positivo foi de 3.475 vagas de emprego.

Novo PROADI: programa foi reformulado, ampliando benefícios até 2040, beneficiando mais de 90 indústrias e garantindo mais de 20 mil empregos.

RN Gás+: incentivo às indústrias e estabelecimentos comerciais que utilizam gás natural.

Regulamentação da lei da carcinicultura no RN “Lei Cortez Pereira”. Importante instrumento para incentivar o desenvolvimento sustentável da atividade no estado.

Energia Solar: governo trabalhou para trazer a 1ª fábrica de placas fotovoltaicas do estado. A empresa chinesa Chint, segunda maior do setor no mundo, vai instalar sua fábrica em Extremoz. Mais de 1.000 empregos e investimento de R\$ 100 milhões.

Energia eólica: RN é o maior gerador de energia eólica do Brasil. Mais de 70 parques dos 127 em operação licenciados pelo atual governo, que trabalhou para agilizar a documentação e garantir segurança jurídica.

Incentivo à pesca: isenção fiscal para as embarcações de pesca oceânica, que hoje geram um dos principais produtos de exportação da balança comercial do Estado.

Âmbito da educação

49 escolas de tempo integral: 29 escolas de ensino médio e 20 de ensino fundamental. Mais de R\$ 14 milhões em investimentos e 12 mil alunos beneficiados apenas no ensino médio. Meta: transformar 50% das escolas da rede em tempo integral até 2025.

Governo passou de 1 para 8 Centros Estaduais de Educação Profissional. E mais 3 em construção: Assu, Mangabeira (Macaíba) e Parque dos Coqueiros (Natal). Mais de 5 mil alunos já beneficiados.

Mais de 5 mil professores contratados para reforçar a rede estadual de ensino.

Programa RN Alfabetizado para erradicar analfabetismo no estado, em parceria com Assembleia, prefeituras, universidades, sociedade civil. Ações: Alfabetização com Qualificação Social e Profissional, Alfabetização de jovens, adultos e idosos, Alfabetizo você, Proale—Alfabetização e Letramento e RN Mais Leitor.

Projetos de inovação em parceria com a Fundação Telefônica Vivo, Instituto Unibanco, para formação de professores e implantação de novos projetos pedagógicos.

Vale-Livro: aquisição de livros para as escolas estaduais.

Modernização: Sistema SigEduc para matrículas, aplicativo #QueroAprender, Projeto de Inovação Pedagógica (investimento de mais de R\$ 10 milhões na modernização da aprendizagem).

Aulões Quero Aprender de preparação para o ENEM.

Seis escolas-modelo de ensino médio integral em Caraúbas, Ceará-Mirim (2), São Gonçalo do Amarante, Macaíba e João Câmara. Prédios com energia solar, reuso de água, equipamentos de última geração para 5000 alunos. Investimento de R\$ 26 milhões.

Programa Estadual de Transporte Escolar: investimento de R\$ 37 milhões; 272 ônibus e 58 mil alunos atendidos para 458 escolas estaduais e também municipais em 160 cidades.

Reforma das Casas do Estudante masculina e feminina, em Natal.

Manutenção, reforma, ampliação e construção de escolas—programa RenovEscola. R\$ 13 milhões.

RN Vida: parceria com Fecomércio e faculdades para aulas de esportes e artes para 600 alunos da rede pública.

Âmbito social

Programa de Segurança Alimentar serve mensalmente mais de 892 mil refeições (almoços, cafés e sopas); restaurantes populares: 52 restaurantes (28 abertos por Robinson) e 33.990 refeições por dia / 679.800 refeições por mês; Café Cidadão: 28 unidades (22 abertos por Robinson) e 7350 mil refeições por dia / 147 mil cafés por mês; Sopa Cidadã: 11 unidades, 3,3 mil sopas por dia / 66 mil por mês.

Reformulação da rede de Centrais do Cidadão: 21 prédios já construídos ou em reforma; investimento de R\$ 12,3 milhões e economia com aluguéis de mais de R\$ 1 milhão/ano.

Novo prédio do SINE/RN: investimento de R\$ 3,3 milhões.

Recursos hídricos

Barragem de Oiticica: principal obra de segurança hídrica do RN, retomada pelo governo, investimento de R\$ 311 milhões que beneficia 500 mil potiguares. Construção da Nova Barra de Santana, para abrigar desalojados. Barragem receberá águas da transposição do São Francisco.

Investimentos na ampliação dos sistemas de abastecimentos em Nova Parnamirim, Assu, Caicó, Baraúna e Pedra Grande (Enxu Queimado): mais de R\$ 75 milhões investidos.

Complexo Jerônimo Rosado/Adutora Mossoró-Assu: ação emergencial a fim de garantir abastecimento de 150 mil potiguares, investimento de R\$ 17 milhões.

Plano adutor Seridó: estudos para interligação dos sistemas adutores e garantia do abastecimento de água em toda a região.

Obras de acesso à água em 158 comunidades rurais: barragens submersas, mini adutoras, construção de passagens molhadas, poços. Garantia de água de qualidade em todas as casas das comunidades. Investimento de R\$ 33 milhões.

Perfuração de 445 poços em 2017.

Programa Água Doce (PAD): 1ª etapa concluída, com 68 dessalinizadores em 38 municípios, beneficiando 22 mil potiguares.

Programa Água Para Todos (PAT): R\$ 23 milhões investidos em sistemas simplificados de abastecimentos de água em comunidades e aglomerados rurais e mais R\$ 3,8 milhões para a construção dos barreiros. 89 obras concluídas, beneficiando mais de 2,7 mil famílias.

Cisternas: 62 já implantadas em Jardim de Piranhas e 179 com construção iniciada em Caicó.

Adutora do Alto Oeste: R\$ 168,9 milhões investidos, abastece 26 municípios e beneficia mais de 200 mil pessoas.

Adutora Carnaúba dos Dantas: R\$ 12 milhões, abastece o município e mais duas comunidades rurais de Parelhas, beneficia 9 mil pessoas.

Apesar do espectro apresentado de ações realizadas, serem bem maiores do que as descritas e, terem impactos significativos para a população de um modo geral.

O governo enfrentou dificuldades, inclusive para explicar a herança histórica dos problemas oriundos principalmente da ausência de uma política de industrialização sólida; e no que tange a redução gradativa da exploração petrolífera e da queda dos royalties; e da crise nacional e a implicação direta de repasses do Governo Federal dentre outros aspectos que não foram aceitos. Sobretudo, a própria condição de enfraquecimento do Estado fustigada pela seca e suas implicações para as esferas sociais, econômicas e ambientais.

Notas

1. (p. 121) Os dados apresentados têm como fonte o relatório de gestão do governador Robinson Faria

Sobre os autores

Adilson Gurgel de Castro, advogado, presidente por três mandatos da Ordem dos Advogados do Brasil (seção Rio Grande do Norte) e professor Honoris Causa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

André Felipe Pignataro Furtado de Mendonça e Menezes, advogado, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e membro da Academia Cearamirinense de Letras e Artes.

Carlos Roberto de Miranda Gomes, advogado, escritor e sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e membro da Academia Norte-Riograndense de Letras, entre outras instituições.

David de Medeiros Leite, doutor pela Universidade de Salamanca e professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

François Silvestre de Alencar, jornalista e escritor, foi presidente da Fundação José Augusto.

Francisco Honório de Medeiros Filho, escritor, professor de Filosofia do Direito e Direito Constitucional e sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Gustavo Sobral, jornalista e escritor, reúne suas publicações no site pessoal *gustavosobral.com.br*.

Isaura Amélia de Souza Rosado Maia, doutora em Sociologia da Educação pela Universidade de Salamanca, foi presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte e da Fundação José Augusto.

José Antônio Spinelli Lindoso, sociólogo, professor doutor titular de Teorias Sociológicas do Departamento de Ciências Sociais da UFRN.

Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira, doutora em Arquitetura e Urbanismo, professora da Universidade Federal Rural do Semi-Árido e sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Maria do Nascimento Bezerra (1931-2011), professora, escritora e pesquisadora da trajetória feminina na política do Rio Grande do Norte.

Ramon Ribeiro de Souza, jornalista formado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Ricardo de Moura Sobral, advogado, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e membro da Academia Cearamirinense de Letras e Artes.

Roberto Homem de Siqueira, jornalista formado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Saul Estevam Fernandes, doutor em história pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Sérgio Luiz Bezerra Trindade, doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho, professor do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

Tarcísio Gurgel dos Santos, professor, escritor, doutor em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Thiago Freire Costa de Melo, professor, bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Vicente Alberto Serejo Gomes, jornalista, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e membro da Academia Norte-Riograndense de Letras.

Walclei de Araújo Azevedo, professor, licenciado bacharel em história e pós-graduado em História do Brasil.



EDITORA BIBLIOTECA OCIDENTE
LIBRUM LUX MUNDI